

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO – PDTU
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

Rogério Henrique Almeida

Territorialização do campesinato no sudeste do Pará

**Belém - Pará
Junho de 2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO – PDTU
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

Rogério Henrique Almeida

Territorialização do campesinato no sudeste do Pará

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, para obtenção do Título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, sob a orientação da Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

**Belém - Pará
Junho de 2006**

FICHA CATALOGRÁFICA

Almeida, Rogério Henrique

Territorialização do Camponato no sudeste do Pará / Rogério Henrique Almeida; Orientador Rosa Elizabeth Acevedo Marin. - 2006.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2006.

.173 folhas; 29 cm.

Inclui bibliografias

1. Posse da Terra - Pará. 2. Geopolítica - Pará. 3. Camponeses - Pará. 4. Colonização Agrária. I. Título.

CDD 333. 310811

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO – PDTU
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Rogério Henrique Almeida

Territorialização do campesinato no sudeste do Pará

Banca Examinadora

Profª Drª. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
(Orientadora/NAEA-UFPA)

Profº Drº Maurílio de Abreu Monteiro
(Examinador /NAEA-UFPA)

Profº Drº. Armando Diniz Guerra
(Suplente/NEAF-UFPA)

Belém - Pará
Junho/2006

AGRADECIMENTOS

Ao cabo de tudo uma dívida enorme. Aqui singelamente reconhecida.

À *baixinha*, Rosa Rocha, companheira de todas as estações. Sempre presente com apoio moral, intelectual, sentimental e paciência nos momentos de crise.

Aos homens e mulheres do Bico do Papagaio, pelas várias lições que proporcionaram à minha pessoa.

Ao Fórum Carajás pelo apoio nos trabalhos de campo.

Aos entrevistados pela paciência com que me atenderam. Grato a todos (as).

Aos colegas da CPT pelo acesso aos dados aqui expostos, aos (as) dirigentes e militantes do MST e Fetagri de Marabá, e demais entidades.

À Eliana Viana e Marlene, que cederam um espaço para acomodar a minha rede e ajuda no levantamento de dados no INCRA.

Agradecimento especial à professora e orientadora Rosa Acevedo pela orientação, cessão de livros e encorajamento para a produção deste estudo.

E finalmente à minha família Delza (mãe), Cristiane (irmã), Isabella (sobrinha), Jonathan (sobrinho), Pedro Henrique (filho).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	VI
Resumo.....	IX
Abstract.....	X
Lista de Tabelas.....	XI
Lista de foto.....	XII
Lista de mapa.....	XIV
Lista de siglas.....	XV
Apresentação.....	21
1. Debate sobre a categoria campesinato.....	31
1.2. A condição subalterna não elimina o protesto.....	35
1.3. Economia camponesa.....	37
1.4. Campesinato no Brasil e Amazônia.....	39
1.5. Campesinato no sudeste do Pará.....	42
2. Debate sobre a categoria território.....	47
2.1. Território de Carajás – espaço de disputa.....	52
2.2. O território e a luta pela terra.....	60
3. Movimentos Sociais e a luta pela terra no sudeste do Pará: décadas de 80 e 90	65
3.1. A luta pela terra: atuação da Igreja e STR's na década de 1980.....	67
3.1.1. A luta pela terra e a violência.....	74

3.1.2. A luta pela terra: a Universidade e o movimento camponês.....	86
3.1.3. A luta pela terra: reconfiguração espacial, conflitos e atores sociais na década de 90	90
3.2. A luta pela terra: manutenção da violência.....	97
3.2.1. Violência: o recrudescimento em 2001.....	101
3.3. Novos atores sociais: INCRA, Fetagri, MST, Coopserviços e o Fera.....	111
3.3.1 A FETAGRI do sudeste do Pará.....	113
3.3.2. O MST no sudeste do Pará.....	115
3.3.3. Coopserviços – uma prestadora de serviço regional.....	120
3.3.4. Acampamentos em Marabá – ações coletivas.....	122
4. Terra conquistada: a territorialização do campesinato no sudeste do Pará.....	126
4.1. Pequena inflexão sobre a política de reforma agrária do Banco Mundial.....	128
4.2.Território em disputa: projetos de assentamento, áreas de reserva, CVRD e o latifúndio	137
Conclusão.....	156
Bibliografia.....	161

RESUMO

O presente trabalho investiga o processo de territorialização camponesa em regiões da Amazônia marcadas pela aguda disputa pela terra, recursos naturais. Trata-se do sul e sudeste paraense, regiões de fronteira imortalizadas pelo elevado índice de violência contra camponeses e seus apoiadores. Para tanto usamos referências da geografia, história, antropologia, sociologia e política.

A pesquisa parte da hipótese que houve uma territorialização camponesa, produto da pressão, negociações e acomodações de forças sociais e políticas no sudeste do Pará, onde concorrem na disputa pelo território ações políticas e econômicas em escalas nacionais e internacionais.

O trabalho investiga sob que contexto se desenvolve tal territorialização, quais agentes internos e externos estão presentes e que processos anteriores foram articulados pelas entidades camponesas. A investigação ainda identifica os antagonistas dos camponeses, bem como os pares que se associaram na caminhada em busca do reconhecimento político, social e econômico.

Palavras chaves: Amazônia, campesinato, fronteira e territórios.

ABSTRACT

The present paper searches the process of the countryside territory act the Amazon regions marked by the intense land dispute, natural natural resources it's about the south and southeast of Pará, boarders regions impressed by high ranks of against countrymen and their supporters. To give support to this paper, references to geography, history, anthropology, sociology and politics are used.

The research begins from the hypothesis that there was a countryside territory act, result of pressure, business and accommodations of social and political strengths in the souheart of Pará, where they contest in the dispute of the territory political and economical actions in national and international scales.

The paper investigates under which context it is develops such territory actions, what internal and external agents are present and which previous processes were articulated by the countryside entities. The investigations still identifies the antagonists of the countrymen, as well as the pairs that associate in the walk searching for political, social and economical recognition.

KEY WORKS: Amazon, countryside, border and territories

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- Áreas indígenas no sul e sudeste do Pará.....	58
TABELA 02- Violência no Estado do Pará - chacinas na década de 1980 no sul e sudeste do Pará.....	81
TABELA 03- Ocupações de terras e a violência no sul e sudeste do Pará.....	98
TABELA 04- Ameaçados de morte em 2001.....	99
TABELA 05- Ocupações de terras realizadas em 2001.....	102
TABELA 06- Famílias despejadas por ordem judicial.....	103
TABELA 07- Síntese do contexto histórico.....	109
TABELA 08- Criação de PA's por ano.....	141
TABELA 09- Criação de projetos de assentamentos por período.....	141
TABELA 10- Distribuição de projetos de assentamento por município nas regiões sul e sudeste do Pará.....	144
TABELA 11- Áreas desapropriadas para efetivação de PA's.....	150
TABELA 12- Relação de imóveis com mais de 10 mil hectares.....	155
TABELA 13- Amostragem de modalidades de territórios no sul e sudeste do Pará	156

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Desocupação da Fazenda Cabaceiras – 2003- Marabá – ocupada pelo MST desde/1999 -

J.Sobrinho..... 105

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Projetos de assentamento 154

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONG's
AMATA	Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins
AMCAT	Associações dos Municípios da Confluência do Araguaia Tocantins
AP	Ação Popular
APA	Área de Proteção Ambiental
ARPP	Associação Rural da Pecuária do Pará
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNE	Banco do Nordeste
CAT	Centro Agro-Ambiental do Tocantins
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEPASP	Centro de Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPT	Conselho Nacional das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOCAT	Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CSN	Conselho de Segurança Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DIOE	Divisão de Investigações e Operações Especiais
EB	Exército Brasileiro
EFA	Escola Família Agrícola
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATA	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FECAP	Federação das Centrais e Uniões de Associações dos Pequenos Produtores Rurais do Pará
FERA	Fórum das Entidades pela Reforma Agrária
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará
FATRAF	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar
FNO	Fundo Constitucional do Norte
GEBAM	Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis e do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social I
ITR	Imposto Territorial Rural
JUC	Juventude Universitária Católica
LASAT	Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia Tocantins
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDTX	Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu
MEB	Movimento de Educação de Base
MIRAD	Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária
MRAM	Modelo de Reforma Agrária de Mercado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTPS	Ministério do Trabalho e da Previdência Social
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido
PAR	Projetos de Assentamento Rápido
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PDA	Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos

PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Assentamento
PGC	Programa Grande Carajás
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PM	Polícia Militar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PO	Programa Operacional
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RESEX	Reserva Extrativista
SIPRA	Serviço de Informação em Projetos da Reforma Agrária
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SR	Superintendência Regional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TODA	Título da Dívida Agrária

UDR	União Democrática Ruralista
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

APRESENTAÇÃO

A grande propriedade rural, com base de mão de obra escrava, numa lógica de monocultura agro-exportadora foi o fator estruturante do universo rural brasileiro. Tal desenho conferiu poderes econômicos e políticos por muitos anos aos senhores de terras até os anos inaugurais do século XX. A posse de grandes extensões de terras foi o símbolo do *status quo* da época, que só a partir de 1930, com o advento de um processo de industrialização e urbanização, tem o poder arranhado. Além de vastos territórios, o controle do Estado ancorou a reprodução social e econômica dos senhores de terras. Controlar o Estado além da efetivação de recursos econômicos significou o controle do aparato de coerção contra os seus adversários, rebeliões de escravos e camponeses.

Sob tal contexto, o que modela o campesinato? A Europa foi muito tempo a matriz usada para investigar a categoria camponês no Brasil, Maestri (2005) adverte que é equivocada a matriz, e indica as fases nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial para se compreender essa categoria no país. No heterogêneo universo amazônico, Hébette (2004) pontua nos quilombos e na insurreição cabana a gênese do ator social que tem na subordinação uma de suas principais características. Velho (1972) ao investigar o sudeste do Pará situa no século XVIII a colonização movida graças à atividade mercantil do caucho, castanha e diamante. Goianos, maranhenses, piauienses constam entre os pioneiros. Em suas mais variadas situações: ocupante, posseiro, sitiante, arrendatário e meeiro.

Os planos de desenvolvimento do Estado para a Amazônia têm vários períodos. Mas, mostra-se de forma mais contundente nos fins de 1960, em particular na Amazônia Oriental. Abertura de rodovias, projetos pecuários e madeireiros constam entre os programas desenvolvidos. Deu-se assim a associação do Estado com o capital privado

nacional e internacional. Renúncia fiscal e abundância de recursos naturais serviram como base para “ocupação” da região, que redefiniu territórios e reestruturou as realidades econômicas, sociais e políticas.

Setores do capital financeiro, comercial e industrial, entre eles bancos e empresas automobilísticas passaram a controlar grandes porções de terras. O dinamismo que marca a fronteira registra desde a década de 1980 sinais de um processo de territorialização do campesinato nas terras do Araguaia - Tocantins, em particular, nas regiões sul e sudeste do Pará. Territorialização que tem nos anos finais da década em debate os primeiros indicadores, através da desapropriação de castanhais para a criação de áreas de projetos de assentamentos rurais, em particular nos municípios de Marabá e São João do Araguaia.

No primeiro momento o elemento físico é o que mais chama a atenção. No entanto, os camponeses expressam o processo de territorialização de diferentes formas: a) através da construção de representações políticas como a versão regional da FETAGRI e do MST, b) organização de associações e cooperativas de produção, c) da visibilidade de suas demandas, d) acesso ao crédito, e) educação de turmas especiais de nível superior, f) vínculo e influência em prestadores de assistência técnica para os PA's, g) nomeação de PA's com nomes de dirigentes e apoiadores assassinados na disputa pela terra. h) apropriação do discurso de suas demandas, antes mediado por parte da Igreja, partidos políticos e universidades.

A disputa política de cargos em câmaras e executivos municipais e na assembleia, também pode servir como referência. Nota-se que o horizonte homogêneo que direcionou (a) o projeto de desenvolvimento da região se depara com uma marcante presença camponesa, que se não altera as linhas gerais do planejamento estatal para a região, nos instiga à reflexão de sua permanência na fronteira. Permanência que pode ser debatida

tanto pela sua histórica trajetória de luta, quanto pela agenda das reformas estruturais do Estado.

O contexto em ênfase é um momento na história nacional de retomada da organização da sociedade civil, após o período de exceção (1964-1985). Período em que o Estado brasileiro encontra-se pressionado por dois flancos. O primeiro, a sociedade civil que se reorganiza nas cidades e no meio rural a exigir políticas públicas, universalização de direitos. E o segundo, relacionado com a nova dinâmica da economia mundial, provocada, tanto por uma alteração na geografia política e econômica, quanto às novas tecnologias, que exigem do Estado, uma flexibilidade maior, com vistas a dinamizar a recente ordem econômica.

É justo durante o estado de exceção, que a Amazônia, experimenta tendo o Estado como indutor da economia, radicais modificações em seu território. As rodovias ganham relevância a partir do fim da década de 1950 com a construção da Belém - Brasília, e se aprofunda com a edificação da Transamazônica, em 1970. A pecuária é um outro indutor da reconfiguração espacial, social, econômica e política da região.

Ao investigar a região na década de 1960, em particular o município de Conceição do Araguaia, Ianni (1979) classifica a diversidade dos migrantes atraídos por terra, ou por emprego, ou mesmo através de projetos de colonização oficiais, como: posseiros, sitiantes e colonos. O movimento dos camponeses é concomitante à implantação das obras de infraestrutura do Estado. Movimento caracterizado como “espontâneo”, na busca de uma condição de sua reprodução social, onde as entidades confessionais Movimento de Educação de Base (MEB), Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), são os mediadores mais presentes.

A dimensão física considerada compreende 36 municípios do sul e sudeste paraense, que configura a área de abrangência da superintendência do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional de Marabá, SR-27. Trata-se de *locus* marcado por rápidas e profundas modificações. Assim, além da transferência de extensas terras públicas para a iniciativa privada, via os projetos de pecuária, experimenta uma outra e mais radical modificação de sua configuração, a partir da inauguração do projeto de extrativismo mineral, que tem na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o principal ator. A antes principal empresa estatal do país ganha identidade de empresa privada no ano de 1997, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo a agenda estipulada pelas grandes economias e as agências multilaterais (Banco Mundial e BIRD), que tem na política de privatização um de seus pilares.

A interdisciplinaridade serviu como base para iniciar a compreensão sobre a complexidade da investigação em foco, que exigiu pesquisar categorias da Geografia, História, Antropologia, Política e Sociologia. Uma barreira a ser superada em se tratando da formação do investigador, que se restringe na área de comunicação, marcada por elementos tecnicistas.

A pesquisa resulta da inquietação do mesmo, que se deu a partir de experiência profissional junto a ONG de Marabá, Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria, Sindical e Popular (CEPASP), entre os anos de 1999 a 2002, na condição de assessor de comunicação. Convivência iniciada na condição de entrevistador numa avaliação de rede Fórum Carajás, que se deu no ano de 1997.

É a empiria/militância junto ao conjunto de entidades de base e de apoio ao movimento camponês o ponto de partida da inquietação da presente investigação. A curta jornada tem ajudado a preparar o investigador, que passa a notar por outro viés, elementos antes meramente ligados à rotina das entidades que se aglutinam na defesa da reforma agrária. Passo inaugural, numa caminhada ainda incipiente, onde se busca o

aperfeiçoamento, a convivência com códigos e rigores da academia, a vigilância com os vícios de militância.

Conjugando as duas realidades, a pesquisa parte da hipótese que houve uma territorialização camponesa, produto da pressão, negociações e acomodações de forças sociais e políticas no sudeste do Pará.

A partir de tais passos, a pesquisa objetiva: i) analisar a política agrária do governo de Fernando Henrique Cardoso, tentar compreender o processo de territorialização do campesinato no sudeste do Pará; ii) conhecer os elementos históricos, sociais, políticos e econômicos que concorrem para a territorialização em níveis local e nacional.

A primeira parte da pesquisa consiste em elucidar algumas questões-chave e conceitos como campesinato, fronteira, história da colonização do sudeste do Pará e territorialização. Em nossa discussão usaremos como base teórica os estudos de Velho (1972), Ianni (1979), Wolf (1976), Musumeci (1988), Martins (1995), Haesbaert (2002), Hébette (2004), Almeida (2005), Fernandes (2005), Carvalho (2005), entre outros.

Para tanto, o trabalho se encontra dividido em quatro capítulos. O primeiro se dedica a compreender elementos que conformam o campesinato nas esferas mundial, nacional e local. Já o segundo traça um quadro explicativo sobre território, as suas dinâmicas, como se desenvolvem as disputas pelo espaço, onde o objetivo é definir o uso da terra e dos recursos naturais. Como compreender a atual dinâmica da realidade da região, sem antes empreender uma reconstrução, ainda que parcial, das duas décadas pretéritas?

É esse o conteúdo que trataremos no terceiro capítulo, a recomposição de momentos históricos das décadas de 1980 e 1990, onde se encontram os atores envolvidos na disputa pelo território, os mediadores que dialogam com o camponês e seus antagonistas. A investigação revela a coerção pública e privada contra os dirigentes,

militantes das entidades camponesas, bem como os seus apoiadores em diferentes períodos.

Ao se comparar os números que evidenciam um quadro de morticínio e a ação do Estado com relação às entidades de representação camponesa, nota-se o sentido de criminalizar as ações de pressão da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura no Pará e Amapá (FETAGRI), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que sempre contam com o apoio da CPT. O derradeiro capítulo é dedicado a entender como as políticas públicas se desenvolveram, no sentido de possibilitar a territorialização camponesa.

O capítulo ainda examina os dados INCRA, SR-27, que indicam em que período houve maior incidência de criação dos projetos de assentamento (PA's). E, nos inquieta pelo menos em duas questões: i) o reconhecimento do Estado através dos PA's é ponto de chegada ou de partida do movimento camponês? ii) a territorialização camponesa refuta por completo a tese da fronteira, que confere ao camponês a característica da itinerância?

Sobre o aspecto metodológico, não é rara a crítica sobre a dificuldade em acessar dados nos órgãos oficiais que tratam da questão agrária, a fidelidade das informações sobre o assunto nas diversas esferas do poder, ou ainda a insuficiência, e mesmo a sobreposição na escolha de categorias no universo camponês do Brasil, em especial, na Amazônia.¹

No que tange em acessar o banco de dados da SR-27, enfrentamos o mesmo obstáculo vivido por outros investigadores. “Má vontade” de técnicos e equipamentos danificados estiveram no cotidiano da pesquisa. A construção do processo de evolução da territorialização através de mapas não foi possível. A explicação do setor técnico da SR-27, que trata da questão, foi que, ainda que reconheça a importância histórica, o procedimento tem sido de manutenção de uma matriz que é atualizada conforme as áreas

¹ Ver artigo de Alfredo Wagner Berno de Almeida sobre a territorialização camponesa na Amazônia.

ocupadas são reconhecidas como áreas de assentamento, sem o devido registro anual. Acessamos tão somente o mapa com a tabulação até o ano de 2005. Tal contexto inviabilizou a recomposição de uma memória cartográfica sobre a definição territorial da região.

Apoiado numa cópia em xerox da matriz da relação dos PA's, a principal base de dado fornecida pela SR-27, compomos uma tabela que visualiza a territorialização por ano, identificando os momentos de pico e os instantes de refluxo, dialogando com o contexto político e econômico que competiram para tais instantes. Realizar o desmembramentos dos PA's por município e cruzar com dados do IBGE sobre o território de cada unidade administrativa, no sentido de conhecer que área os projetos de assentamento ocupam, colaborou para mensurar a territorialização por município.

Buscar compreender o que se vivência na realidade camponesa da região no dias atuais exigiu a recomposição de trajetórias passadas. Identificar sob que contextos se desenvolveram e que atores sociais concorreram. Um expediente usado para tratar da organização de fragmentos dessa realidade pretérita para a produção do conhecimento científico, como argumenta Lévi Strauss (199:37), foi a “bricolage”. Tendo como bússola tal perspectiva, fizemos uso das seguintes ferramentas: entrevistas semi abertas, reunião de materiais (pautas de reivindicações das ações dos camponeses, matérias de jornais, jornais institucionais, fotos, manifestos, relatórios, revistas etc). A recomposição exigiu ainda a revisão de obras que tratam sobre a região.

Num país marcado pela tradição da oralidade no processo de transmissão da informação e do conhecimento, a ferramenta da entrevista colabora para que se recuperem os fragmentos da história que não estão registrados nos jornais, nos documentos oficiais, nos relatórios das entidades de representação ou apoio dos camponeses, mas sim no

registro dos que estiveram presente em determinado período histórico. Para tanto, empreendemos entrevistas com dirigentes sindicais, assessores e ouvimos assentados,

Thompson (1992, p.106) analisa o trabalho de Storn Clark sobre a mineração no século XIX e alerta que as entrevistas auxiliam na construção da memória que não foi registrada em documentos. As observações do pesquisador tratam da relevância da tradição oral para a recomposição da história de diversas áreas do conhecimento, como economia, religião e biografia.

Musumeci (1988) esclarece sobre as entrevistas salientando que as imagens que os entrevistados apresentam nos primeiros contatos, geralmente têm, entre outros intuitos, o de “conquistar a adesão do interlocutor” (...) às lutas do grupo, caracterizando com nitidez o oponente”, (Soares, 1981, p.111). Ignorá-lo significa não apenas ater-se a aspectos parciais da realidade, mas atribuir aos informantes uma ingenuidade política de que, na maioria das vezes, não padecem, como sublinha Soares a propósito do seu trabalho de campo junto aos camponeses de Bom Jesus, no Maranhão.

O desafio colocado a nós, por conta da convivência como colaborador de entidades de representação e apoio aos camponeses, impõe distanciamento que exige o processo da pesquisa. Se num sentido o contato com algumas referências política dos camponeses facilita em acessar alguns dados, na esfera da investigação, cumpre-se o olhar crítico sobre a realidade envolvente. Uma delas a crescente burocratização dos sindicatos, em detrimento do debate político, como bem salienta Carvalho (2005).

Na busca de conhecer melhor o histórico de luta pela terra no sudeste do Pará, o atual processo de territorialização, nos foi obrigado tratar de uma categoria até certo dia de domínio exclusivo da geografia. Para tanto ampliamos a leitura sobre a questão, como nos

foi exigido cumprir leituras no sentido de compreender como as macros políticas interferiram, e ainda interferem na definição da política de reforma agrária nacional.

Não é possível a recomposição desse período da história camponesa do sul e sudeste do Pará sem um trabalho de campo. Não da envergadura exigida por Malinowski (1989), mas sim como *survey*, um curto espaço de tempo. A aplicação do subsídio de Oliveira (1996), com Olhar, Ouvir e Escrever ou mesmo as inquietações do esquema básico sugerido por Yin (1994), em sua defesa do estudo de caso como metodologia, “quem” “o que”, “onde”, “como”, e “por que”, deveras similar ao lead do jornalismo americano, serviram de suporte metodológico.

O trabalho de campo além em busca de dados no INCRA possibilitou apresentar às principais instituições de representação e apoio aos camponeses, o projeto da pesquisa, coleta de dados e a realização de entrevistas. Entre as entidades visitadas, citamos a FETAGRI, MST, CPT, LASAT e COOPSERVIÇOS. Fizemos ainda uma *survey* no acampamento 26 de Março, ligado ao MST, localizado no município de Marabá, área correspondente à fazenda Cabaceiras, que tem como titular a empresa Jorge Mutran Importação e Exportação Ltda. O *survey* nessa localidade teve como objetivo compreender um pouco da luta pela terra numa área de fronteira em dias atuais, as formas de organização e seus limites.

A construção da presente pesquisa visa buscar mediante depoimentos e documentos o entendimento desse ator coletivo que organiza sua afirmação como cidadão. Não uma cidadania como concessão do Estado, como trata Marshal (apud, Castro, s/d) ao observar a sociedade inglesa do século XVIII. Mas, como uma conquista da ação coletiva, ainda que em uma democracia liberal incompleta, posto não efetivar a universalização dos direitos.

Houve ainda o erro de planejamento do trabalho em deixar somente para a parte final a elaboração da análise quantitativa dos dados disponibilizados pelo INCRA. O que se explica pela atenção, talvez exagerada, em recompor ao menos em parte, os elementos que compuseram as décadas de 1980 e 1990.

1 - O debate sobre a categoria camponês

Fernandes (2004) sugere que o debate sobre a categoria camponês data do século XIX. Tanto intelectuais alinhados ao socialismo, quanto ao capitalismo, preconizaram o seu fim. A persistência camponesa tem inquietado diversos campos das ciências sociais. Entre eles a Etnologia, a Economia, a Sociologia, a História e a Antropologia. Entre as características da categoria são pontuadas: o trabalho de base familiar, a persistência ante as transformações sociais e a condição subalternizada.

A presença do camponês é verificada em sociedades escravocratas, feudais, socialistas e capitalistas. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de camponês. Em toda sua existência na luta pela terra, essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la (FERNANDES, 2004). Nesta seção, com base em estudos de Wolf (1976), Mendras (1978), Ianni (1985) e Hobsbawm (1999) tentaremos pontuar algumas características do camponês. Essa é a ênfase do capítulo, que tratará ainda da categoria no Brasil e no sudeste do Pará.

É o surgimento do Estado que delimita o nascimento do camponês, na característica que lhe estrutura, a subordinação. A partir de tal marco, o cultivador primitivo passa a obedecer a sanções. Trata-se do momento onde o cultivador passará a se subordinar a alguém que não faz parte de seu grupo, estrato social (WOLF, 1976, p. 26).

Em sociedades de diferentes formas de organização cabe ao camponês a condição subalternizada. Subalternização revelada ainda pela transferência de excedentes para classes dominantes. Trata-se de uma relação marcada pela assimetria de poder.

Sob que ângulo examinar a categoria? As leituras realizadas sugerem que, optar por uma perspectiva homogênea é enveredar em erro. A diferenciação marca o

campesinato. Por isso devem-se observar suas diferentes matizes de comportamento e perspectivas.

Wolf (1984) revela que há diferença entre os arrendatários e os proprietários, entre camponeses pobres e camponeses ricos, entre lavradores que são também artesãos e outros, que apenas aram e colhem, entre homens responsáveis por todas as operações agrícolas da terra da qual são arrendatários ou proprietários e trabalhadores assalariados que fazem seu trabalho sob a supervisão de outros, em troca de dinheiro.

O antropólogo ainda salienta que é preciso distinguir entre camponeses que vivem perto da cidade e se envolvem nos mercados e negócios urbanos, e aqueles que vivem em aldeias longínquas; entre camponeses que começam a mandar seus filhos e filhas para as fábricas dentro dos limites de seus pequenos mundos provincianos.

Wolf (1976) pontua o amor à terra como uma das principais características na obra já clássica *Sociedades Camponesas*. Ao lado de Wolf, Mendras (1978) tem papel relevante na produção sociológica sobre o campesinato. Para conformar o que diferencia o modo de produção primitivo do modo de produção camponesa, considera que o camponês, ao contrário do homem primitivo, este produziu não só para suprir as necessidades calóricas, mas, mantém relações com o mercado.

São cinco os pontos enumerados por Mendras (1978, p.14) para diferenciar o “selvagem”, o agricultor, o tipo ideal de sociedade camponesa:

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;
2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e social da coletividade;
3. Um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;

4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
5. A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Hobsbawm (1999, p.218) aborda as sociedades tradicionais e afirma que os camponeses constituíam o tipo básico da humanidade, onde:

Em certo sentido, as pessoas ou seres humanos eram tipicamente camponeses e o resto era minorias atípicas. Em segundo lugar, os camponeses tinham consciência muito clara que eram diferentes das minorias não- camponesas e que quase sempre eram subordinados e oprimidos por elas, das quais não gostavam e nas quais não confiavam.

Hobsbawm (1999) sintetiza em dois tipos ideais o camponês. O primeiro representado por algo como o campesinato comunal da Rússia central, em meados do século XIX, levando o tipo de vida bem descrito por Dobrowolski para a Polônia; e o segundo representado pelo modelo do campesinato francês de meados do século XIX.

Ianni (1985) tendo como *locus* América Latina investiga a presença camponesa e se alinha à tese da condição subalternizada. O sociólogo compreende que, na condição de classe social em formação, mesclam-se elementos sociais, econômicos, políticos e culturais diversos, heterogêneos e contraditórios para se compreender a condição camponesa. O sociólogo considera ainda que a própria diversidade do camponês corrobora para a sua condição subalterna.

Ianni (1985) em sua investigação sobre a história dos camponeses na América Latina assinala que ocorre de forma continua a subordinação camponesa às estruturas públicas e privadas. Os camponeses em suas diferentes formas: sitiante, parceiro, arrendatário, morador, agregado, são subordinados ao coronelismo, gamonalismo,

caciquismo, mandonismo de fazendeiros, latifundiários, negociantes de terras, empresários nacionais e estrangeiros.

A categoria é subordinada aos interesses da cidade, indústria, banco, comércio, governo, Estado. Onde a Igreja, a escola, as agências governamentais, os poderes municipais, as organizações políticas, os meios de transporte e comunicações, rádio, imprensa, televisão, toda essa teia de relações econômicas, políticas e culturais subordinam o trabalhador rural. Em tal contexto o camponês não alcança a condição de cidadão, nem mesmo de categoria inferior. Aparece como tutelado, índio, mestiço, negro, mulato, branco, todos são tratados de cima para baixo, (IANNI,1985, p.31 e 32).

Velho (1979) destaca o aspecto da subordinação, em sua análise sobre o modo de produção camponês. O antropólogo sublinha a dificuldade de se definir o modo de produção da categoria, posto o seu caráter dual. Tal leitura advém dos paradigmas que hegemonizam o debate. O primeiro que enfatiza o seu caráter de micro análise, de unidades internas de produção familiar cujo expoente é Chayanov; e o segundo que sublinha o aspecto da diferenciação de classe, com destaque para o Marx e Lênin. No primeiro a equação do modo de produção reside no equilíbrio entre esforço de trabalho e as necessidades familiares. Já o segundo indica o aspecto pequeno burguês.

O principal dualismo envolvido na posição dos camponeses na sociedade consiste em serem, por um lado, uma classe social (de baixa “classidade” e de uma maneira geral dominados por outras classes) e, por outro, um “mundo diferente” – uma classe extremamente auto-suficiente “sociedade em si mesma”, portanto os elementos de um padrão separado, distinto e fechado de relações sociais. (VELHO, 1979, p.53).

Mendras (1978) alerta que o século XX é marcadamente um século da retomada do movimento camponês em escala planetária. Fato que se explicaria por uma conjunção de elementos. Entre eles, o desejo de libertação dos camponeses, que colide com o pós II Guerra Mundial, e ainda os processos de desenvolvimento da economia e da industrialização, onde caberia ao camponês um papel no processo de industrialização e urbanização, no barateamento da cesta básica.

Os dias recentes atualizam as bandeiras da luta camponesa. A agenda de luta antes situada na conquista da terra ganha outras dimensões, e em escala planetária, como a organização da Via Campesina¹. A soberania alimentar, diversidade cultural, meio ambiente, biodiversidade, economia solidária, despontam como novas questões do debate. Tal agenda confronta interesses de empresas multinacionais de pesquisa ligada à transgenia, e outras alinhadas a monoculturas de grãos, que tem gozado de hegemonia como modelo de produção agrícola. Modelo que tem servido como discurso legitimador de apropriação de vastas extensões de terras.

1.-2- A condição subalterna não elimina o protesto

O que motiva ao camponês a rebelião ante a sua condição de subordinação? Wolf (1984) indica que o contexto institucional habitual para reduzir seus riscos, e quando as instituições alternativas afiguram-se, ou por demais caóticas ou restritivas demais para garantir a viabilidade de um envolvimento em novos modos de vida, que as tensões psicológicas, econômicas, sociais e políticas se avolumam e desembocam na rebelião camponesa e no envolvimento revolucionário.

¹ Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar.

A Revolução Mexicana (1910) é na América Latina um marco do início do século XX, entre as várias manifestações ocorridas no continente. Registram-se ainda importantes movimentos na Bolívia, Peru e Brasil. No entanto, na pesquisa de Wolf (1984) sobre o caso mexicano, verifica-se que faltou ao movimento capitaneado por Zapata e Vila, uma perspectiva política maior que o horizonte de suas províncias.

Esse momento revolucionário se deu a partir de uma conjunção de fatores. Na análise de Wolf (1984) pesaram a favor a influência do pensamento anarco-sindicalista e a ação massiva de camponeses ao lado de operários industriais. A Constituição teve a marca dos radicais, que conseguiram garantir uma reforma agrária, educação leiga, legislação trabalhista e o fim do latifúndio. Ao contrário das experiências da Rússia, China e Vietnã, no México não havia um partido na vanguarda do processo, reflete Wolf (1984, p. 66).

Ianni (1985, p.31) interpreta a luta pela terra como um elemento central das lutas camponesas. Para o sociólogo os movimentos camponeses expressam principalmente a luta para permanecer na terra ou reconquistá-la. Isso é verificado para o zapatismo e o indigenismo, para as ligas camponesas e a reforma agrária realizada pelo governo de Salvador Allende no Chile.

Ianni (1985, p. 31) reflete que a história da terra, que aparece na história dos movimentos camponeses, é a história das diferentes modulações da revolução que o capitalismo provoca no campo. É uma história permeada de brigas, conflitos, vinganças, tocaias, lutas. A utopia da aldeia livre de qualquer forma de coerção é a perspectiva do camponês.

O processo de luta pela terra, tendo como recorte a experiência das ligas camponesas no Nordeste brasileiro (1954-1964), foi objeto das inquietações de Bastos

(1985). O autor toma como referência interpretativa o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Desenvolvimento que prima pela manutenção da concentração da terra. Se num extremo o desenvolvimento do capitalismo estabelece a concentração da terra e renda, num outro extremo provoca a exclusão de parte significativa da sociedade, elemento que deve ser considerado no processo do surgimento de movimentos camponeses.

1.3- Economia camponesa

Duas perspectivas hegemônicas o debate sobre a economia camponesa. A primeira tem como expoente Chayanov, que examina a economia a partir de um horizonte da produção interna. Em tal contexto os meios de produção (terra e trabalho) estão sob o controle familiar. O cálculo de tal perspectiva reside na relação consumidor X produtor.

Archetti (1978, p.14) investiga a contribuição da micro teoria de Chayanov e sublinha que a tese central sobre a economia camponesa reside num sistema que a terra, o trabalho e os meios de produção se combinam, segundo o processo natural de desenvolvimento familiar.

Ao comparar o modo de produção camponês com o capitalista, Chayanov destaca o processo capitalista, os capitais constante e variável, determinam uma taxa de lucro, enquanto na perspectiva camponesa verifica-se o oposto. Na economia camponesa o produto do trabalho gerado pela sua família é a única categoria possível de renda e, estando ausente o fenômeno do salário, a categoria capitalista do lucro não está presente. Chayanov esmera-se em compreender a racionalidade do modo de produção e de consumo, a partir dos princípios internos, na leitura de Archetti (1978).

O trabalho e o consumo fazem parte da equação da economia camponesa, mas, tem como variante o tamanho da família, a relação entre os membros que trabalham, e os que não trabalham (consumidores). A combinação entre o trabalho, a terra e os instrumentos de trabalho somente é possível mediante um esforço penoso. A realização de uma função de produção está diretamente relacionada com o grau de auto-exploração da força de trabalho. O eixo da teoria de Chayanov reside no necessário equilíbrio entre o consumo da família e a auto-exploração do trabalho familiar, (ARCHETTI,1978, p.15).

Archetti (1978, p.15) sobre a micro teoria de Chayanov adverte que não é possível reduzir a economia camponesa domésticas individuais, as relações produtivas econômicas dentro das quais, criam as sociedades camponesas são de natureza muito diversa e este fato faz com que vários tipos de sociedades camponesas se tornem formas de produção específicas e discerníveis entre si.

Archetti (1978, p.18), ao analisar artigos de Tepicht, salienta que o mesmo indica um certo grau de desenvolvimento tecnológico, onde os elementos patriarcais, a combinação entre a terra e trabalho como mais importante que o uso do capital, e tem como o incremento da renda global da família com base na renda por trabalho.

Wolf estuda a unidade camponesa e conclui que tal unidade deve ser analisada além de uma organização produtiva, onde

formada por um determinado número de “mãos” prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto mãos para trabalhar, Wolf (1976, p.28).

A diferenciação é a segunda perspectiva sobre a economia camponesa. A relação da produção camponesa com o mercado é o ponto de vista de Marx e Lenin. Para esses

pensadores o processo de evolução do capitalismo como modo de produção indicava que o futuro do campesinato seria uma integração subalternizada, seu fim.

1.4- Campesinato no Brasil e na Amazônia

O que dá contorno à categoria campesinato num país do Novo Mundo, dono de dimensões continentais, marcado pela colonização judaico-cristã? Holanda (2003) investiga as raízes do Brasil e aponta que os portugueses fundaram sem sombra de dúvida uma civilização de raízes rurais no Brasil, mas não agrícola.

Nesse prisma, prossegue Holanda (2003), predominou na colônia a monocultura para exportação, tendo como base o braço escravo. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Já Caio Prado Jr. (1963) quando trata da história econômica do Brasil, assinala que a monocultura para exportação foi o fator estruturante.

O poder centrado nos senhores de terras tem como chefe máximo o patriarca e na lógica patriarcal o chefe detém poderes ilimitados na família que ultrapassa os laços consangüíneos, Holanda (2003). Desta forma, o controle do Estado é condição *sine quo non* para o padrão dos senhores das terras. Assim verifica-se a confusão entre público e privado. Até os primeiros passos do século XX o país detinha como base uma agricultura agro-exportadora, sendo o poder era encarnado pelas oligarquias rurais.

Maestri (2005) antes de indicar uma definição sobre a categoria campesinato no Brasil, observa de forma crítica, o início do debate². Neste se privilegiava uma perspectiva européia, que impedia uma observação da formação particular no Brasil. Aos olhos do

² É a partir do VI Congresso Internacional Comunista, 1928, que tratava sobre os povos coloniais, que emerge o debate sobre a categoria no Brasil. No congresso, onde se preconizava a associação entre trabalhadores e burguesia, cientistas sociais brasileiros, a partir de uma matriz européia, através de partidos de esquerda, se apropriaram do debate sobre a categoria. (MAESTRI, 2005, p. 217). (MAESTRI, 2005, p.217).

pesquisador, a categoria no Brasil tem as seguintes fases: nativa, cabocla, escravista, quilombola e colonial.

Ao observar a unidade produtiva camponesa, Maestri, (2005, p.219), compreende tratar-se de:

Núcleo dedicado a uma produção agrícola e artesanal autônoma que apoiado essencialmente na força e na divisão familiar do trabalho, orienta sua produção, por um lado, à satisfação das necessidades familiares de subsistência e, por outro, mercantiliza parte da produção a fim de obter recursos monetários necessários à compra de produtos e serviços que não produz: ao pagamento de impostos, etc. A unidade produtiva camponesa articula-se com a divisão social o trabalho, sobretudo através de sua esfera mercantil. O núcleo familiar camponês mantém a posse relativamente estável sobre a terra – meio de trabalho -, mesmo quando não possui sua propriedade.

Após esses passos preliminares sobre o processo de construção do mundo agrário brasileira, como caracterizar o camponês no Brasil? Ianni (1978, p.132) toma como referência o ponto de vista de Caio Prado Jr na definição de camponês, onde verifica tratar-se de:

Trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, embora ocupando terra a títulos diferentes – proprietários, arrendatários, parceiros - exercem sua atividade por conta própria, Este tipo de trabalhadores, a que propriamente se aplica e a que se deve reservar a designação de “camponês”, forma uma categoria econômica social caracterizada. As unidades camponesas são constituídas pelas explorações de pequenos proprietários (via de regra minifundiários), arrendatários, parceiros ou posseiros, voltados basicamente, com trabalho familiar, para a sua reprodução como camponeses.

Ao discutir as diversas classificações de campesinato, Martins (1983, p.104), reflete sobre a categoria posseiro, considerando que:

O posseiro é lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte de sua produção para o sustento da sua família. O que ganha com a venda desses excedentes é para comprar remédios, sal, querosene, às vezes roupa e mais uma ou outra coisa necessária à casa ou ao trabalho. Como não possui título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem

acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita saber que, a rigor, o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse.

Hébette (2005, p. 94 e 95) em suas investigações sobre o camponês na Amazônia, em particular a fronteira do sudeste paraense, pontua que o mesmo tem a sua gênese na luta dos quilombos, em associação com os cabanos³. Sobre os dias atuais, após cruzar dados de várias fontes oficiais, considera como camponês aqueles que trabalham em área inferior a 200 ha. O mesmo se dedica a lavouras temporárias, com uso limitado de insumos, ausência de equipamentos agrícolas ou outros utilitários como veículos e um nível baixo de comercialização dos produtos. E tal ponto de vista que adotamos.

Na história da Amazônia o ciclo da borracha que se encerra em 1912⁴, é indicado como corte histórico para a espacialização do camponês. Ao observar o surgimento no camponês agrícola nos anos 20, Costa (2000, p.49) conclui que:

[...] a consolidação e expansão de um campesinato agrícola, em parte também originado na decomposição dos seringais, fundamentalmente, entretanto, formado pelo processo contínuo da absorção de novas levas de migrantes diretamente advindos de outras áreas do País.

Assim temos conforme as diferentes fases da História, em países dispares, com processos produtivos diferenciados, a presença camponesa. Presença marcada em suas variadas formas: comunal, aldeias, ejidos, farmers. Com maior ou menor relação com o entorno, variando conforme o grau de proximidade ou distância dos centros urbanos. Persistindo às transformações sociais, rebelando-se, ou não. No Brasil, encontramos as formas caboclas, quilombolas, posseiro da fronteira, entre outras.

³ Cabanos é a denominação dada aos revoltosos da Cabanagem (1835-1840).

⁴ O ciclo da borracha na Amazônia durou entre os anos de 1879 a 1912.

1.5 –Campesinato no sudeste do Pará

É comum a confusão feita pelos veículos de comunicação na designação do que seria a região sudeste do Pará. É praxe tratarem como se fossem uma só, como reflete Guerra (2001). Para efeito de delimitação geográfica vamos considerar como referência a mesorregião sudeste do Pará, que na verdade engloba as duas regiões.

O Estado autoritário exerceu papel decisivo no processo de colonização da região. Tendo como marco a década de 60, com a abertura de rodovias, a colonização se desenvolveu de forma induzida e espontânea.

Hébette (2004) em suas investigações conclui que goianos e maranhenses constam na matriz da formação da região. Pioneiros na busca das drogas do sertão, ou no extrativismo vegetal do caucho ou da castanha, pedras preciosas, a princípio de forma sazonal. A migração em direção ao campo paraense mudou profundamente a fisionomia do sudeste do Estado do Pará a partir dos anos de 1960.

Até essa época, os municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí (hoje desmembrados), eram povoados por numerosos grupos indígenas já bastante dizimados pelo contato com os “cristãos”, e por uma população cabocla relativamente escassa. O sudeste é caracterizado como área de colonização espontânea. Os migrantes ocuparam as terras devolutas nas matas do Tocantins e do Araguaia e tornaram-se posseiros, (HÉBETTE, 2004, p.191 e 192).

Na produção de Hébette a precariedade conforma o cotidiano dos posseiros na fronteira sudeste do Pará, às margens dos rios Araguaia-Tocantins, pontuado por uma série de obstáculos para a sua manutenção nas terras ditas sem homens, como advogavam os planejadores de então. O processo de chegada dos posseiros é concomitante aos

empreendimentos de infra-estrutura, que visavam à integração econômica da região ao resto do país. Não bastasse o estranhamento ante o universo da floresta, o aparato do Estado, numa política de combate à ameaça comunista, erigiu a região à área de Segurança Nacional.

No sudeste paraense, além do aparato estatal, atraídos pelos incentivos fiscais, funcionam como força contrária a ação dos camponeses considerada espontânea, grileiros, fazendeiros e os grandes empreendimentos da pecuária, afora as adversidades naturais da floresta. Como compreender a permanência e a hipótese de territorialização do posseiro da fronteira, quando o cenário indicava um desfecho oposto? Hébette defende que, ao contrário dos planos de colonização oficiais e privados, é o processo de luta motivado pela necessidade de sobrevivência material, que cimta a permanência do posseiro na fronteira. Assim verifica-se o registro de “terra de trabalho” e “terra de negócio”. Ainda na perspectiva de Hébette, a necessidade por um quinhão de terra para produzir visando a sobrevivência, antecede as CEB’s e STR’s. Nessa mesma direção analisa Adriance (1996).

A década de 1980 através de implantação de grandes projetos no bojo do Programa Grande Carajás (hidrelétrica de Tucuruí, Ferrovia de Carajás, Pólo de Gusa e exploração mineral) exerce papel redefinidor do espaço geográfico, econômico, político e social da região. A grande empresa pecuária extensiva serviu como estruturante na ocupação das terras. Aos olhos dos planejadores, a Hiléia não passava de um vazio demográfico, numa flagrante indiferença aos índios.

Na década de 1980, período de redemocratização do país, todo o Brasil experimentava a reorganização das entidades representativas dos trabalhadores do campo e da cidade. Na Amazônia não foi diferente. Um prisma para se compreender o desenrolar do processo na Amazônia pode ser a implantação de políticas de colonização.

Almeida (1991, p.278) observa que no momento a *intelligentsia* do regime trabalhava no sentido de deter o êxodo no campo, ou retendo os contingentes populacionais ou orientando o fluxo de migrantes para pólos de atração agrícola. A isso denomina de demografismo, onde os conflitos são tratados ao nível das relações de trabalho e dos processos reais subjacentes às formas de acesso ao meio de produção básico, a terra. Os técnicos da burocracia estatal imaginavam, assim, despolitizar os antagonismos sociais e neutralizar as reivindicações dos movimentos camponeses, que então conheciam grau elevado de mobilização.

O momento marca a inserção do capital industrial na região, tendo como força motriz o Projeto Grande Carajás (PGC), os atingidos pela instalação da hidrelétrica de Tucuruí tinham pautas direcionadas para as Centrais Elétricas do Norte - Eletronorte - por conta da formação do lago de Tucuruí, que provocou o deslocamento de milhares de pessoas, e a regularização da terra com o INCRA. São anos de acirramento da violência e ocupação das áreas dos castanhais. Guerra (2001, p.129), observa a conjuntura local e concluiu que:

É durante a década de 80 que ocorre a grande maioria das ocupações dos castanhais e fazendas, numa ação massiva dos posseiros. A história dos antigos exploradores destas áreas através de aforamentos e arrendamentos feitos ao Estado são argumentos para uma violenta repressão, o que resulta numa das páginas mais sangrentas do massacre de camponeses no Brasil.

Guerra (2001) em trabalho que investiga a identidade do posseiro da fronteira explicita tratar-se de universo diverso. Pontuando que essa fronteira é composta por pessoas de variadas latitudes do país. Cada um trazendo consigo valores particulares. Nesse período, os sindicatos de trabalhadores rurais surgem sob a tutela do Estado⁵.

⁵. O primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) é o de São João do Araguaia, surge sob a tutela do INCRA, no ano 1974. Embora nascido sob a tutela do Estado, o posseiro, apoiado por segmentos da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra-CPT, Movimento de Educação de Base-MEB, Comunidades Eclesiais de Base-CEB's), partidos políticos, e demais organizações de apoio à luta camponesa, segue na construção e consolidação de espaços políticos de representação.(Guerra-2001).

Musumeci (1988) na análise sobre o mito da terra liberta, sobre a fronteira do Maranhão, sinaliza que duas perspectivas se confrontam sobre a posse a terra. A terra tratada como instrumento de trabalho com base familiar (camponês), e a terra subordinada à orientação jurídica e mercantil, terra de negócio (capitalista).

O camponês posseiro das frentes pioneiras de expansão ocupa as *terras livres* com a finalidade de prover à sua subsistência através basicamente, do trabalho familiar; não concebe a terra como apropriável em si mesmo, nem a utiliza com a motivação de obter lucros. A terra é para ele apenas um meio de produção, um instrumento para a realização do trabalho familiar e para a apropriação dos frutos desse trabalho, (MUSUMECI, 1998, p.32).

A própria reforma agrária distributivista poderia, portanto, entrar em conflito com as reivindicações e os objetivos mais autênticos dos posseiros, convertendo-os em mais um instrumento de expansão capitalista no campo, e não numa resposta aos reais anseios do campesinato (idem, 1998, p.41e 44).

Qual a gênese da colonização da fronteira? Velho (1972) analisa o processo de colonização da região e adverte para a relevância que teve a atividade mercantil. Primeiro com a exploração das drogas do sertão, em seguida com a frente pecuária. O antropólogo enfatiza que é atividade mercantil que dá aos que protagonizaram a colonização uma extraordinária importância. Aqui a posse do capital e dos meios e canais de comercialização antecede a questão da posse da terra. Goianos, maranhenses e piauienses são os pioneiros do processo, com o intuito de se estabelecer uma frente pastoril.

Nos diferentes ciclos de exploração da região, caucho, castanha, diamante, Velho (1972, p. 41), descreve as atividades c comercial e mercantil como marcante no processo de colonização da região:

Desde o início aparece a figura do comerciante, nacional ou de origem sírio-libanesa. Vinham muitos do Grajáú, então importante centro comercial de pecuária e venda de peles, mas também de outros lugares. Podiam ser homens que ao contrário da imensa maioria já traziam algum recurso; ou então, que se elevavam acima da massa investindo aquilo que ganhavam na própria área no comércio. Numa região em que a terra não constitui bem escasso, não aparece a figura do latifundiário como o poderoso por excelência. O bem escasso nas regiões longínquas são o capital e os meios de comercialização.

Musumeci (1988) investiga a fronteira da Amazônia maranhense e reflete sobre os paradigmas que examinam a questão. A pesquisadora alerta quanto aos princípios dos estudos sobre fronteira, onde se reificam posições dicotômicas, as vezes idealistas, ou mesmo maniqueístas com relação ao camponês ou fazendeiro.

Musumeci (1988) em trabalho de campo realizado na região do Mearim, expõe que ao contrário da defesa de autores que concluem que o processo ocorre numa perspectiva exógena, verificam-se diferentes forças agindo. Já sobre o camponês inserido no processo da fronteira, demole o mito idealizado da economia da subsistência e do isolamento. Na perspectiva da pesquisadora é equivocado tentar analisar o modo de produção camponês somente a partir do prisma interno, antes deve-se entender as relações que tais unidades produtivas estabelecem, como o que costuma dominar o ambiente em questão, no caso, o mercantil usurário.

2. Debate sobre a categoria território

O território compreende uma categoria basilar em nossa investigação. No presente capítulo traçaremos o debate sobre a mesma em três níveis. O primeiro a partir de leituras indicando passagens de autores como Sousa (1985), Rafestin (1993), Haesbaert (2002) e Santos (2005). O segundo nível contempla a categoria administrativa, tendo como recorte a região¹ foco do estudo, o sudeste do Pará ou Carajás, como alguns autores adotam. Para tanto, usaremos subsídios construídos por Coelho (2002) e Palheta (2002). No último nível relacionam-se o território e a luta pela terra, a partir dos estudos de Santos (2000), Almeida (2005) e Fernandes (2006).

Até a década de 1980 o prisma positivista serviu de referência para a análise sobre a categoria território. A linha de pensamento, construída a partir do Estado Moderno, era regida pelos limites do Estado Nação, numa lógica de soberania. O território era compreendido num princípio jurídico-institucional. Trata-se de uma interpretação que privilegiava a esfera técnica, na qual a questão física, os limites ou fronteiras, eram delimitadores da ação política de uma classe social, para uso dos recursos naturais nele existentes. Os limites e fronteiras tinham como escalas os acidentes geográficos: rios, montanhas, cadeias de montanhas. Uma categoria por excelência pesquisada pela Geografia, (RAFESTIN, 1993, HAESBAERT, 2002 e SANTOS, 2005).

Território, nação, espaço, fronteira, soberania, capital e outras categorias, ganham uma nova dimensão com o presente estágio do processo capitalista. A atual conformação mundial, que tem como impulsionadores, além da recente revolução tecnológica, o fim da

¹ Para Bardiue (1989), o conceito sobre região é objeto de disputa de variadas ciências. Se para a perspectiva econômica impera a lógica de fluxos com ênfase no aspecto quantitativo; para a geografia ganha relevo os elementos físicos; enquanto a sociologia tende a privilegiar em sua análise elementos trans-regionais e transnacionais; já a etnologia sublinha o sentimento de pertencimento e identidade.

experiência do Leste da Europa, (IANNI 1995, CHESNAIS, 1996 e SANTOS, 2000). Com o estágio recente do capital, tratado por uns como globalização, por outros uma denominação de imperativo da economia mundial, a categoria território ganha interesse de disciplinas diversas, entre elas: filosofia, ciências sociais e comunicação.

No contexto em que as fronteiras de espaço e tempo foram rompidas, por conta do advento das recentes tecnologias, que recorte adotar sobre o território, quando a fluidez de informação e capital, por conta das múltiplas redes cortam os nossos dias? Autores como Rafestin (1993), Santos (2005) e Fernandes (2006) alertam que o passo inaugural é compreender o espaço². Rafestin (1993) ancorado em Marx enfatiza se tratar de um local sem valor de troca, apenas com valor de uso. Assim seria o local da possibilidade. Conformado pelas dimensões materiais e simbólicas, transformado pelo trabalho de diferentes grupos de interesses.

O conflito pela disputa do poder³, em múltiplas faces e dimensões, ocupa o cerne do debate sobre o território. Conflito entendido numa atmosfera regida pelo aspecto técnico científico, no qual é conferido ao elemento informação papel primordial. Ao contrário do ocorrido quando do Estado Moderno, que tem a primazia regida pela energia, (SOUSA, 1995, HAESBAERT, 2002 e SANTOS, 2005).

A partir dos pressupostos de Robert Sack, Haesbaert, (2002, p.119), com base no princípio do conflito, salienta que, o território é uma tentativa de um indivíduo ou grupo de

² Sobre o debate do espaço, ver em particular as contribuições de Milton Santos, onde o mesmo trata das várias modalidades da categoria em *Natureza do Espaço* (1996).

³ Para Foucault (1990), ao contrário da análise marxista onde o Estado ganha caráter estruturante na análise sobre o poder, não existe uma definição unitária e global chamada poder, mas unicamente formas díspares e heterogêneas, em constante transformação. Para o autor o poder não existe. Existem práticas e relações de poder. Tal horizonte analítico corrobora para a presente análise sobre a disputa pelo território. É tal perspectiva que adotamos para investigar os sujeitos sociais em atuação na região em questão.

atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

Santos (2000) investiga o problema do território⁴ a partir da perspectiva do Estado moderno e sublinha que a política⁵ exerce o papel central, e não o domínio das técnicas de produção. Se no estado moderno cabia à nação o poder decisório, na recente cena mundial, a hegemonia é ocupada pelas agências multilaterais e empresas transnacionais. Ainda que o contexto mundial exija o Estado mínimo, é sobre ele e sua força normativa, que recai a produção de condições favoráveis para a circulação do capital.

Sousa (1995) aborda a categoria e afirma que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O geógrafo arremata que territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias. Territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica ou cíclica.

Os estudos examinados sobre a categoria em destaque indicam que não devemos contemplar uma abordagem linear, e sim trabalhar na perspectiva de territórios, posto ser constante o processo de territorialização, desterritorialização e re-territorialização. Trata-se de uma perspectiva dialética, e por isso, deve ser observada como um processo marcado

⁴ A análise numa perspectiva hierarquizada sobre o processo de novos territórios, ou mesmo, o fim do território, predominou durante um certo tempo, reflete Haesbaert (2002). O autor da obra *Território Alternativos*, chama atenção para a dinâmica da criação e recriação do território. E mesmo os excluídos do processo hegemônico, mobilizam a construção de perspectivas opostas. Oposições que passam pelo fundamentalismo religioso, ambientalismo, grupos de auto-gestão, etc. Tendo como referência o Estado Moderno- estado nação- o território é uma invenção política do mundo moderno (obra de uma classe social, executada especialmente para seu próprio benefício). O termo território, raro até o século XVII, torna-se comum juntamente com a expansão burguesa, a partir do século XVIII. (HAESBAERT, 2002, p.120, apud Allies,1980).

⁵ Santos (2000) observa que, a política compensava a diversidade, a diferenciação do poder técnico ou do poder econômico, assegurando, ao mesmo tempo, a ordem interna de cada império e a ordem internacional. Através da política cada império regulava a produção própria e de cada colônia, o comércio entre estas e outros países, o fluxo de produtos, mercadorias e pessoas, o valor do dinheiro e as formas de governo.

por um intenso dinamismo, onde a destruição, construção e reconstrução de territórios são constantes.

Se de certa forma ocorre o consenso sobre a tese da disputa pelo poder, como característica mais marcante, quando tratamos de estudos sobre o território, Haesbaert (2002, p.121), sublinha que tal disputa tem como chancela as desigualdades de forças que envolvem o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Quando nos debruçamos no sentido de tentar identificar os atores que disputam o controle pelo território, na região que compreende o estudo em questão, ratifica-se a tese de Haesbaert.

Em oposição aos camponeses, o Estado desponta com posição contraditória⁶. Já em oposição sistemática, encontramos o agronegócio e sua diversidade. Na região em pesquisa, salienta-se a atividade pecuária. No entanto, o poder da atividade de mineração que tem como protagonista a CVRD, exerce um papel estruturante na região.

Como já dito antes, em certa medida, imperou a visão hierarquizada sobre o processo atual do capitalismo, no qual predominou o paradigma exógeno para tentar entender a dinâmica de transformações. Nessa mesma direção linear, caminharam os pressupostos sobre a presença camponesa na fronteira, que argumentavam caber ao camponês o processo de “amansar a floresta”, e confirmar a tese da itinerância, procurar outros rumos, dando lugar à atividade capitalista.

⁶ Quanto a posição contraditória da ação do Estado com relação às demandas camponesas, ao mesmo tempo em que ele reconhece as bandeiras de luta, e atende em certa medida as reivindicações das entidades dos trabalhadores, ele agenda ações no sentido de reprimir ou inibir a luta pela terra. Veremos mais detalhes adiante, no capítulo Territorialização do campesinato no sudeste do Pará.

Nesse sentido a presença camponesa no sudeste do Pará, contraria os dois pressupostos em debate. Sob tal aspecto, o argumento de Haesbaert (2002, p.14 e15):

Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes-, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada.

Quando investigamos a dinâmica da região estudada, nota-se que além da dimensão física da definição do uso do solo e dos recursos da natureza, o campesinato estabelece outras conquistas. Tais como: acesso a política de crédito, assistência técnica, educação, visibilidade de suas demandas. O que sinaliza um modo de reprodução social que vai de encontro a homogeneização anunciada desde 1960.

Com as recentes transformações que marcam o cotidiano do mundo, que uns chamam de pós-modernidade, autores das ciências sociais primaram em pregar o fim do território. É justo contra tal princípio que incide a crítica de Haesbaert (2004). Se numa direção, a ordem hegemônica tenta homogeneizar comportamento e forma de perceber o mundo, sob o mesmo processo, a partir dos que ficam a margem, criam-se formas próprias de uso de micro espaços.

São múltiplas as possibilidades de observação sobre o território: material, simbólica, num princípio jurídico-institucional ou naturalista. A Ciência Política tende a enfocar as relações de poder, já a Antropologia, o trata a partir da subjetividade, onde salienta as sociedades chamadas tradicionais; a economia prefere a dimensão de espaço à de território, numa ênfase locacional, ou como uma das bases de produção (enquanto “força produtiva”), (Haesbaert, 2004, p.37). Para fins de nosso estudo, numa região

marcada pelo dinamismo, recortaremos, como um espaço de disputa pelo poder, que compreende a ação de vários atores pelo controle dos recursos naturais e definição de seu uso.

2.1 Território de Carajás – espaço de disputa

Migração, projeto Poloamazônia⁷, Garimpo de Serra Pelada, projeto de mineração da CVRD⁸, organização e consolidação do movimento camponês, novas institucionalidades, são elementos que atuam no dinâmico processo de transformações políticas, econômicas, sociais da região. Em particular nas décadas de 1980 e 1990.

Trata-se de dinâmica marcada pelo conflito, negociações, acomodações, avanços e recuos. Tal processo tem implicado em constante alteração do espaço físico, na cena política e econômica. Como no caso do reconhecimento político e social da luta camponesa, através da criação de vários projetos de assentamentos rurais, e demais políticas públicas deles advindos (PRONAF, ATER, PRONERA) e alteração do entorno da área de interesse da CVRD.

Antes de avançar no debate, cumpre ratificar que as políticas geradas no processo de estado de exceção (1964-1985) tiveram papel estruturante do território do sudeste do Pará. O planejamento estatal era gerido a partir do planejamento de concepção tenocrático-economicista, e uma visão geopolítica-militar do desenvolvimento nacional, como já

⁷ Como política governamental, o POLOAMAZÔNIA, lançado na segunda metade da década de 1970, consistia em 14 pólos de desenvolvimento. Um pacote com base em incentivos fiscais e demais estímulos aos pólos de mineração como Carajás e Trombetas, dentre outros de diferentes naturezas. Com esses pólos, visava-se à reorganização do espaço regional em benefício da acumulação de capital por meio da mineração e da agropecuária. (SÁ, 1987, PINTO, 1987, COELHO,2002).

⁸ A CVRD é uma das maiores mineradoras do mundo. Foi privatizada em 1997, num processo conturbado. Atualmente parte da sociedade civil organizada em torno de organizações de trabalhadores, tenta reverter a privatização. Além da mineração a empresa tem pautado a sua política de expansão internacional e em obras de logística de transportes e geração de energia.

atestado em diversos estudos, entre eles Ianni (1978), Martins (1989), Coelho (1997) e Hébette (2004).

Nesse sentido O PGC ergue-se como um marco no processo de organização do espaço e definição do território no sudeste paraense. No contraditório mega-projeto, atuam Estado e iniciativa privada. Sob um contexto de avanço de uma nova etapa do processo de produção capitalista, tem conferido às empresas multinacionais e transnacionais hegemonia. Becker (1991) enfoca o aspecto autoritário do programa, no entanto ressalta o papel estratégico do mesmo na construção de um projeto nacional.⁹

A luta pela terra é uma questão central na área de interesse do nosso estudo, o sudeste do Pará, ou “região de Carajás”, como defendem pesquisadores, marcada por uma dinâmica econômica, social e política ímpar. Na complexa realidade, competem pelo domínio do espaço e dos recursos naturais, atores como empresas de mineração (CVRD), pecuaristas, Estado, madeireiros, sem terra, assentados, posseiros e garimpeiros.

Lima (1991, p.353) investiga a região e reflete que a fronteira é por excelência um *locus* que encerra uma variedade significativa de processos de criação e apropriação de valor do espaço [...]. Um espaço de estruturação em aberto, passível a modificações constantes nas esferas social, política e econômica. No tratado do geógrafo, é a cidade, em detrimento do rural, que exerce o papel de socialização daqueles que afluem à região.

A partir de uma observação que privilegia uma análise hierarquizada, Lima (1991), confere à CVRD um papel onipresente. Ainda que em 1991 a região registrasse um movimento sindical rural ativo que ocupa castanhais, posteriormente reconhecidos como

⁹ O discurso oficial justificava a intervenção governamental pela necessidade de explorar ordenada e sistematicamente as riquezas da Amazônia num projeto de escala nacional capaz de suprir o país com divisas para superar o período crítico de crise mundial e de dar continuidade ao desenvolvimento regional. (BECKER: 1991, p.336).

projetos de assentamentos rurais, entretanto tais situações passam sem registro do pesquisador.

A gestão do território de Carajás desvenda a essência logística dos grandes projetos associados à nova ordem científico-tecnológico. Carajás é um segmento localizado de um conjunto de escala planetária, um espaço transnacional em construção [...] Os conflitos e contradições locais e o caráter da gestão da Companhia, autônoma e baseada no saber técnico-científico, traduzem-se em dispositivos de controle que fecham o território de Carajás, transformando-o em verdadeira cidadela. (BECKER, 1991, p.339 e 340).

Nas observações de Lima (1991) e Becker (1991), sobre a transformação da região de Carajás, os camponeses e suas variadas formas de organização ou são considerados frágeis, ou simplesmente ignorados, perspectiva que não se repete quando tratam dos garimpeiros. A onipresença do Estado e da empresa é o prisma da análise dos pesquisadores. Hoje se verifica na região a territorialização do campesinato negando a tese de itinerância da fronteira, onde caberia ao camponês, o simples processo de amansar a floresta. Ao contrário, registram-se em todos os municípios sob a responsabilidade da SR-27 projetos de assentamentos.

A CVRD usa de um mosaico de instrumentos técnicos, jurídicos, e mesmo de coerção, para a manutenção da extensa área que envolve projetos de mineração, ferrovia, porto e reservas ambientais. Inclui ainda a seleção de grupo de assentados para se tornar alvo de financiamento e assistência técnica no sentido de atender às necessidades imediatas do Núcleo de Carajás. (ACEVEDO e EMMI, 1997, p.263).

Um exame no mapa¹⁰ evidencia os seguintes territórios controlados pela CVRD: Floresta Nacional de Carajás (FLONA, 411.948,87ha) Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado (APA 21.600ha), Reserva Biológica do Tapirapé (REBIO, 103.000ha), Floresta Nacional do Tapirapé/Aquiri (FLONA, 190.000ha). Segundo Saha (1997), a soma das áreas de mineração (Carajás, Sossego, Salobo, Igarapé Azul, Buritirana, Igarapé Bahia) da Companhia equivale a 193.750 ha, onde são extraídos ferro, cobre, manganês e ouro.

Coelho (2002, p.138) observa a dinâmica da região e trata de entorno a essas áreas de efervescente disputa pelo espaço periférico da *company town*. Para a pesquisadora, o entorno se distingue não só por sua posição geográfica ao redor do centro, mas também pela dispersão de sua população e pelas atividades predominantemente rurais. Devido às grandes distâncias iniciais dos centros ou cidades regionais já existentes, o entorno é o lugar para onde os centros de mineração tendem a se estender territorialmente e a limitar ou regular a ocupação. As disputas pela terra ganham ali grandes proporções. O entorno das áreas mineradoras passou então a ser visto como área problema e de radicalização dos movimentos rurais (ou garimpeiros no caso de Carajás na Amazônia).

Coelho (2002) e Palheta (2002) chamam a atenção para a presença camponesa como agente definidor de uso do território, ainda que não aprofundem. Nesse sentido, cumpre-se salientar que a territorialização de hoje resulta do processo de lutas pretéritas. Fruto de ações dos posseiros, das delegacias sindicais, STR's, das instituições confessionais. Em particular na persistência na ocupação de terras, bem como a realização de ações coletivas, como os conhecidos Gritos da Terra.

¹⁰ Inserido do quarto capítulo. O mapa elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nos ajudará na visualização dessas territorialidades. O mesmo está inserido no capítulo que trata da Territorialização camponesa no sudeste do Pará. Ver ainda Coelho (2002).

Um dos resultados da força dos movimentos sociais tem sido a articulação entre diferentes atores sociais com o propósito de se definir a organização sócio-espacial dos municípios. Esse é o caso do MST, que vem conseguindo territorializar trabalhadores rurais sem terra presentes nos municípios de Parauapebas, Eldorado dos Carajás e Marabá, e do MLT em Curionópolis (PALHETA, 2002).

A disputa pelo controle do território nas terras dos Carajás é sintetizada por (PALHETA, 2002, p. 172) que afirma que esta “... *apresenta-se como um palco de transformações ocasionados por conflitos e pelos diferentes interesses gerados nas negociações para se definir a gestão do território e a resolução dos interesses contrários e diversos dos atores presentes no território de Carajás*”.

O contexto nos impinge a evidenciar uma territorialização do campesinato. A coerção pública e privada constam como elementos de oposição à ação camponesa. Coerção que teve seu auge na década de 1980, e que prossegue com a eliminação, a prisão ou ações jurídicas contra dirigentes, ação que os setores engajados na luta pela terra e a reforma agrária chamam de criminalização dos movimentos sociais.

Não há dúvida do papel hegemônico na definição das territorialidades que tem a CVRD no sudeste paraense. Os estudos de Coelho (1997) alertam para o protagonismo da Companhia, seja no controle de uma vasta área através de definição de reservas ambientais, seja no processo de controle ou cooptação de trabalhadores rurais, como no caso do Assentamento Gelado. A autora indica que entre as modalidades de comando do território da CVRD na região, ocorrem áreas fechadas, florestas nacionais, áreas de proteção ambiental, além de reservas indígenas. A desigualdade marca o processo entre os centros de interesse da CVRD e do seu entorno.

Ianni (1995), Chesnais (1996) e Santos (2000), entre outros, são categóricos ao analisar a globalização, quando sentenciam do caráter estratégico que possui a ciência e a tecnologia no planeta para o controle do poder. Nesse horizonte é a CVRD que encarna o elemento que conforma a definição do território da região. É a mesma empresa, através de suas redes de comércio, que conecta o local com o global. Em oposição os camponeses e garimpeiros tensionam a disputa pelo espaço.

O processo de inserção do capital na região induz uma redefinição do espaço físico, econômico e social. Neste criam-se novas unidades administrativas, as oligarquias rurais experimentam um refluxo, os camponeses agudizam o processo de luta pela terra.

(COELHO 2002, p.159) indica que o movimento social ligado à luta pela terra exerce papel importante na definição do território, desta forma “...recentemente, os assentamentos do INCRA (autônomos ou vinculados ao MST e à FETAGRI) modificaram o entorno imediato do território de Carajás ao longo de um curto espaço de tempo. Pode-se afirmar que tais assentamentos fizeram da ocupação deste entorno um fenômeno social e geográfico espetacular.”

Palheta (2002, p.183) analisa a articulação entre diferentes atores sociais na definição da organização sócio-espacial dos municípios da região e sinaliza o caso do MST, que vem conseguindo territorializar trabalhadores rurais sem terra presentes nos municípios de Parauapebas, Eldorado dos Carajás e Marabá, e do MLT em Curionópolis.

O indígena¹¹ é outro ator que atua na definição do território. Dados coletados junto ao Instituto Sócio Ambiental (ISA) indicam em número de oito os povos, que vivem em 15 áreas no sul e sudeste do Pará, com predominância Kayapó em seus vários troncos¹².

¹¹ Dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) indicam 82 áreas no Pará. Segundo a classificação do CIMI, são sete as modalidades: registradas, homologadas, declaradas, identificadas, a identificar, reservadas e sem providências.

A soma das áreas consideradas exclusivas do povo Kayapó totaliza 8.880.492 ha (8.880km), o que equivale a 75.4% das terras indígenas da região. A terceira área em extensão também tem o povo Kayapó como um dos povos indígenas que controlam uma área que se estende a oeste do estado, nos municípios de Anapu, Altamira e Senador Porfírio.

Conforme os dados do ISA a terra indígena é dividida com os povos Araweté e Assurini, 1.650.939 ha (1.650km), ou seja 1.4%. Mede 1.124.697 há (1.124 km), a soma das áreas do povo Parakanã, o que equivale a 0.9% do total de áreas indígenas da região em debate. Considerando a área total da região tendo como base o IBGE (tabela 09), as áreas indígenas ocupam 4.1% do território.

TABELA 01- ÁREAS INDÍGENAS NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Nº	POVO	NOME DA TERRA	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO/ DATA	ÁREA (Ha)
1.	Parakanã	Apyterewa	São Félix do Xingu	Declarada 22/09/2004	773.000
2.	Parakanã	Parakanã	Novo Repartimento/Itupiranga	Homologada 30/10/1991	351.697
3.	Karajá	Kapotnhinore	Santa Maria das Barreiras	Em identificação 29/09/2004	---
4.	Karajá	Karajá de Santana do Araguaia	Santa Maria das Barreiras	Homologada 26/12/1991	1.485
5.	Karajá	Maranduba	Santa Maria das Barreiras (Araguacema/TO)	Homologada 20/04/2005	375
6.	Kayapó	Badjônkôre	Cumaru do Norte/São Félix do Xingu	Homologada 24/06/2003	221.981
7.	Kayapó/Mekragnoti/ Me Ngra Mrari	Mekragnoti	São Félix do Xingu (Altamira/PA;Matupá e	Homologada 29/08/1993	4.914.255

¹² Além da dúvida que sempre paira sobre a precisão dos dados, faz-se necessário registrar que algumas terras indígenas extrapolam a região do estado, ocupando terras do oeste, e mesmo outros estados, como Mato Grosso e Tocantins.

			Peixoto de Azevedo/MT)		
8.	Kayapó/A'Ukre/ Gorotine/Kikretum/ Kubren Kran Ken/Kokraimoro	Kayapó	Bannach/Cumaru do Norte São Félix do Xingu (Ourilândia do Norte)	Homologada 30/10/1991	3.284.005
9.	Kayapó	Las Casas	Redenção /Pau Dárco	Declarada 24/11/2006	21.100
10.	Gavião Parkateyé	Mãe Maria	Bom Jesus do Tocantins	Homologada 21/08/1986	62.488
11.	Guaraní M'byá	Nova Jacundá	Jacundá	Dominial Indígena 29/02/1996	424
12.	Assurini do Tocantins	Trocará	Tucuruí/Baião	Homologada 24/11/1982	21.722
13.	Araewté/Assurini do Xingu/Kayapó Kakaraô/ Parakanã/Kayapó Xikrin do Bacajá	Trincheira/Bacajá	São Félix do Xingu (Senador Porfírio, Pacajá, Anapu e Altamira)	Homologada 04/10/1996	1.650.939
14.	Suruí Aikewara	Sororó	São Geraldo do Araguaia/ São Domingos do Araguaia	Homologada 31/08/1983	26.258
15.	Kayapó Xicrin do Cateté	Xikrin do Cateté	Parauapebas /Água Azul do Norte	Homologada 26/12/1991	439.151
TOTAL					11.768.880

FONTE : www.isa.org.br – julho de 2006. Tabela organizada por Rogério Almeida

Cumprir pontuar ainda dois processos de redefinição territorial da região. Um que abrange sete municípios do entorno da barragem de Tucuruí, chamado de mosaico. O Mosaico de Unidades de Conservação de Tucuruí é o primeiro em implantação no País com recursos de compensação ambiental. Ele é formado pela Área de Proteção Ambiental – APA do Lago de Tucuruí (568.667 hectares) e pelas Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS Alcobaça (29.049 hectares) e Pucuruí-Ararão (36.128 hectares). As RDS, localizadas na margem esquerda do reservatório são conjuntos de ilhas do lago habitadas por populações tradicionais de pescadores e pequenos agricultores.

A APA abrange o território dos sete municípios localizados no entorno do reservatório de Tucuruí. Ao lado do mosaico de Tucuruí, a APA de São Geraldo do

Araguaia, consagra a Eletronorte como significativo ator na definição do território. A área criada em 1996 mede 24 mil ha. Pesquisadores registraram 113 sítios arqueológicos, onde foram catalogadas 5.740 gravuras e pinturas rupestres. (www.eln.gov.br-2006).¹³ Tal conjunto pode vir a deixar de existir caso projetos de hidrelétricos sejam implementados na bacia do Araguaia-Tocantins, alertam entidades ambientalistas.

2.2 - O território e a luta pela terra

A civilização brasileira possui vínculos agrários profundos, herança da colonização lusa. O elemento terra significou (e ainda significa), poder político e econômico. Colônia marcada pela abundância de terras, e muitas delas ainda virgens, fez com que a grande propriedade se tornasse a unidade de produção, assim analisa Holanda (2003). Por conta desses elementos, a monocultura agrária, com mão de obra escrava, voltada para o mercado externo, estabeleceu o modelo de nossa sociedade agrária.

É justo contra essa herança que formas diferentes, os camponeses afrontam o poder hegemônico e buscam a construção de suas estratégias de lutas e territorializações. Entre a diversidade podemos citar: quilombolas, indígenas, mulher seringueiras, quebradeiras de coco.

Submeter, subjugar, impor uma lógica de discurso único, homogeneizar, são palavras que integram o vocabulário da globalização, que desnuda em seu bojo, uma nova divisão internacional do trabalho. (Ianni,1995, Chesnais,1996 e Santos,2000) refletem que por conta desse contexto, o uso da terra, bem como de todos os recursos naturais,

¹³ Área de Proteção Ambiental - APA do Lago de Tucuruí, foi criada em 2002 (lei nº 6451, de 08/04/2002) que corresponde a uma área de 568.667 ha. que engloba em sua totalidade, o reservatório da UHE Tucuruí, abrangendo parte dos territórios de sete municípios da região. (www.eln.gov.br-2006). .

renováveis ou não, foi submetido mais estritamente às leis de mercado e do lucro capitalista.

O agronegócio, tendo como gênese o planejamento das agências multilaterais, em particular o Banco Mundial, surge como um contra projeto à luta pela terra dos camponeses no Brasil e América Latina. Bernardo Mançano Fernandes, Horácio Martins de Carvalho, entre outros pesquisadores, denominam tal modelo como “reforma agrária de mercado”. Instrumentos como negociar, cooptar, subjugar, tendem a esvaziar o debate político sobre a reforma agrária, e ao invés da disputa entre projetos de classes antagônicas, contempla o caminho da negociação.¹⁴

É esclarecedora a leitura sobre a questão agrária realizada por Fernandes (2006, p.03). O geógrafo, afirma que, em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. O conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores é inerente ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção.

Saliente-se a reforma agrária de mercado tem como modelo a Revolução Verde¹⁵. Sobre a subjugação do espaço no contexto das recentes tecnologias, em Santos (2000, p.88), temos a seguinte tese:

Os séculos recentes marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-

¹⁴ Aprofundaremos o debate sobre o assunto no capítulo dedicado à política agrária de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil.

¹⁵ A Revolução Verde teve início nos anos de 1950. Tratava-se de uma radical transformação da agricultura, tendo como base uma injeção de tecnologia. A mesma primava em insumos e na substituição das sementes crioulas pelas Variedades de Alto Rendimento, VAR, cujo objetivo era o aumento vertiginoso da produtividade.

informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres.

Santos (2000, p.88), adiante argumenta que:

Vive-se um novo pacote tecnológico, onde a competitividade emerge como fator decisivo para o aumento da produção. A escolha do produto obedece à uma base mercantil casado com uma demanda de bens científicos (sementes, fertilizantes, corretivos). A racionalidade da agricultura globalizada impõe uma homogeneização.

Haesbaert (2002) em estudo sobre territórios alternativos observa que a propósito da assimetria das forças atuantes na disputa pelo território, há correntes e atores que investem no caminho contrário à homogeneização desejada pela globalização. Já Fernandes (2006) em suas investigações sobre a territorialização camponesa no Brasil, destaca a ocupação de terras como uma ferramenta que afronta o *status quo* do modelo capitalista agrário.

É possível situar numa escala temporal a territorialização camponesa no Brasil? Fernandes (2006), Leite e Medeiros (s/d), Navarro (s/d), entre outros, estão em consenso em pontuar a atuação do MST, quando se trata de renovação das bandeiras e a territorialização. É inegável a contribuição do movimento na inserção do debate sobre reforma agrária na agenda política do país.

Almeida (2005, p.84) salienta que a partir de 1980 a mesma está vinculada à redemocratização do país, que em certa medida garantiu direitos na Carta Magna de 1988. Tal territorialização revela alteração do modelo clientelista no campo e cidades da Amazônia. Fatores étnicos, ecológicos, identidade coletiva, autodefinição pontuam a dinâmica da luta pelo território, que antes residia na esfera do STR. O antropólogo enfatiza

a insuficiência das categorias usadas pelos órgãos públicos¹⁶ ante a dinâmica dos atores sociais.

O local como elemento de reconhecimento ganha primazia na luta pelo território. Verifica-se uma apropriação política dos atores organizados nas mais variadas formas e diversidades de demandas. Se antes o discurso da categoria camponês tinha nos partidos políticos o dono da voz, o que se verifica é um rompimento do paradigma.

A essas formas associativas expressas pelos novos movimentos sociais, que objetivam os sujeitos em existência coletiva (Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento dos Fundos de Pasto) correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e sua reprodução física e social. No universo de tantas redes, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), fundado em 1991/1992, se configura com a rede mais expressiva. Aglutina 600 entidades afiliadas (indígenas, artesãos e pequenos agricultores familiares da Amazônia), tem maior representação junto aos organismos multilaterais (BIRD, G7) e a órgãos públicos. O GTA representa a sociedade civil junto ao PPG-7 (Programa Piloto de Preservação das Florestas Tropicais), (ALMEIDA, 2005, p.87).

Um dos exemplos enfatizados pelo antropólogo recai na ação das quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo babaçu livre. A mesma tem desaguado em leis municipais que garantem a coleta livre de coco em vários municípios no interior do Maranhão. Bem como uma organização que aglutina a categoria nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e

¹⁶ A insuficiência das categorias trabalhadas pelos órgãos públicos sobre a questão tem se mostrado flagrante. Por conta de demandas o INCRA criou em 1985-1986 “ocupações especiais”, no Cadastro de Glebas, onde se incluíam nos documentos de justificativa as chamadas **terras de preto, terras de santo, terras de índio, os fundos de pasto** e os **faxinais**. (Almeida 2005, p.87).

Piauí. Assim, as quebradeiras de coco, ainda que as áreas sejam privadas, possuem o direito de coleta. Outras formas de territorialização podem ser percebidas, como a definição de unidades de proteção ambiental, reconhecimentos das demandas territoriais de remanescentes de quilombos.

No oeste e sudoeste do Pará, região da Transamazônica e do rio Xingu, nota-se uma grande mobilização ativada pelos camponeses, extrativistas, indígenas, quilombolas do município de Juruti¹⁷, entre outros, no debate e disputa pelo modelo de desenvolvimento na região. A ação coletiva tem no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX) o fórum aglutinador. Entre os debates travados estão: a polêmica da construção do complexo hidrelétrico do Xingu, o asfaltamento da BR-163 (Cuiabá-Santarém), projeto de extração de bauxita no município de Juruti, expansão da monocultura de soja em Santarém, o deslocamento do conflito do sul e sudeste contra camponeses e outros pares, por conta da intensa disputa pela terra e recursos naturais.

É possível sinalizar que ocorre uma territorialização no sul e sudeste paraense e que a mesma tem nas décadas de 1980 e 1990 como marco e que se desenvolve através da renovação dos atores políticos, como a criação de uma regional da Fetagri, o surgimento do MST, entre outros movimentos. A região concentra o maior número de PA's no Brasil, que contabiliza 450 projetos de assentamento, até maio de 2005. Se antes partidos políticos e entidades confessionais detinham o monopólio sobre o discurso camponês, hoje se percebe a apropriação pela FETAGRI e o MST, entre outros. Eles estão organizados em diversas formas: sindicatos, cooperativas, associações, centrais de cooperativas, federações e movimento de mulheres.

¹⁷ Desde 2006 há debates sobre a exploração de bauxita pela empresa ALCOA no município de Juruti. Conforme audiências públicas várias comunidades quilombolas podem ser afetadas pela exploração do minério.

3 – Movimentos sociais e luta pela terra no sudeste do Pará : décadas de 1980 e 1990

Nas duas décadas pretéritas o mundo passou por profundas transformações. Os dias de hoje conferem às agências multi-laterais e empresas transnacionais a hegemonia no processo de decisão da economia mundo, em detrimento do papel exercido pelo Estado. Tais mudanças se estendem sobre o modelo de produção agrícola, que intentam subordinar os pequenos produtores rurais ao mercado.

O epicentro indicado das mudanças é a década de 1980, quando Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, ao lado da primeira ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher¹, semeiam as bases para implantar o que é hoje a nova ordem mundial. No Leste Europeu, a experiência socialista vai ruir com a simbólica derrubada do Muro de Berlim, e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No hemisfério Sul, para a economia brasileira, a década de 1980 é considerada perdida. No campo político, trata-se dos anos da Nova República, redemocratização do país após 20 anos de regime de exceção, que colide com o que ficou conhecido como milagre brasileiro. Na Assembléia Constituinte, o *lobby* dos ruralistas mobiliza-se no sentido de dificultar a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

É o instante em que partidos do campo democrático (PT, PDT, PMDB), organizações sociais e populares estão a se reorganizar em todo o país, de Norte a Sul. É

¹ O Consenso de Washington, realizado em 1989, quando da reunião dos Estados Unidos com organismos financeiros privados e multilaterais, é colocado como um marco. Na reunião, especialistas sugerem um conjunto de medidas para as economias periféricas. As formulações elaboradas por um grupo de intelectuais foram sistematizadas por John Williamson, do Institute for International Economics, a serviço de instituições financeiras e do governo dos Estados Unidos. Essas formulações, que ficaram conhecidas como Consenso de Washington originaram a cultura da subordinação do Estado ao Mercado. Entre as medidas, constavam: controle dos gastos, reforma tributária, abertura comercial, privatização de estatais, investimento estrangeiro direto, com eliminação das restrições, desregulação – afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas, direito de propriedade (CANNABRAVA FILHO.2003). Chesnais (1996), Santos (2000) e Ianni (1995), entre outros, chamam a tal conjunto de medidas de políticas neoliberais.

esse movimento que dá corpo à campanha das Diretas Já, que encarnou a campanha pela Anistia, que vai fazer assentos na Assembléia Nacional Constituinte.

Após os congressos de Medelim (1968) e Puebla (1979), quando se descortina o que ficou conhecido como Teologia da Libertação, a Igreja Católica opta por ação conjunta mais próxima aos segmentos populares na América Latina. No meio rural amazônico, a associação e apoio das pastorais, com posseiros e sem terra, revela-se significativo no enfrentamento com fazendeiros, madeireiros, grileiros e o Estado.

A agenda militar prioriza a construção de rodovias, o rio como a via principal de deslocamento humano e de riquezas cede lugar às obras como a construção das rodovias Belém Brasília e Transamazônica, configurando um dos vetores dessa expansão. A pecuária extensiva funcionava como a base da grande propriedade rural.

No coração da Amazônia, a sua parte Oriental, sudeste do Pará, no Vale do Araguaia Tocantins, lá no Bico do Papagaio - norte do Tocantins, sul do Pará e oeste do Maranhão, surgia o PGC, em tese, a redenção da dívida externa brasileira, nele foram investidos 62 bilhões de dólares, o equivalente à dívida externa brasileira na época, segundo Pinto (1981).

Tendo o Estado como indutor da economia, num papel estratégico, a empreitada reconfigura a feição política, econômica, social do sudeste paraense, bem como a paisagem física, com a derrubada das matas e introdução do pasto. Seria com o fim de fragmentar a luta camponesa que se criaram novas unidades administrativas?

No presente capítulo, com base nas pesquisas de Ianni (1978), Emmi (1987), Almeida (1991) e Hébette (2004) dentre outros autores, faremos a recomposição de parte da dinâmica que marca tal recorte histórico. Numa busca de pontuar o processo econômico

com base nos grandes projetos, a dinâmica de luta pela terra, as formas de organização e associação camponesa, a ação da Igreja Católica, UFPA e dos partidos políticos.

3.1. A luta pela terra: a atuação da Igreja e STR's na década de 1980

Como já salientado no primeiro capítulo, no fim da década de 1950, acentua-se o processo de intervenção do Estado na região, bem como a migração rural em direção ao campo paraense. O que dá contorno a uma colonização espontânea. Assim desponta o posseiro nas terras devolutas nas matas do Tocantins e do Araguaia. Temos assim, concorrendo no processo de disputa pelo território os migrantes, as empresas de capital público e privado, os garimpeiros, os indígenas, bem como a colonização induzida pelo Estado².

A necessidade de uma área visando a produção de gêneros para suprir as necessidades da família, surge antes de qualquer processo de organização social, religiosa ou política, que intermedeie a luta pela terra. Os laços de família, apadrinhamento, vizinhança e parentesco, tendo como referência o trabalho coletivo organizado através de mutirões é o que modela o universo camponês da época, (IANNI, 1978; PEIXOTO, 1991, ADRIANCE 1996 e HÉBETTE, 2004).

A integração econômica da região amazônica ao resto do país, com base em incentivos fiscais às grandes empresas do capital comercial e financeiro inaugura na região o período conhecido como modernização conservadora. O modelo de integração, baseado em incentivo fiscal, tem como consequência a concentração de terra e renda nas mãos de poucos.

² Entre os projetos de colonização, verificam-se: Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) ou Projetos de Assentamento Rápido (PAR) criados pelo Governo Federal.

O cenário, em certa medida, reedita a lógica colonial de uma política de privilégios, quando o controle do Estado e distribuição de vastas extensões de terras, por uma classe, traduzia o poder de troncos familiares. Sob tal atmosfera, o uso da violência pela classe dominante, contra os seus opositores, revela a indiferença à diferença de projeto político dos camponeses. Nesse sentido as ações dos setores públicos e o privado, se opõem aos anseios dos camponeses, dificultando-lhe a territorialização.³

Almeida (1991) sobre o período adverte que é o Estado que impõe ações de coerção contra camponeses, na medida em que impulsiona via incentivos fiscais e concessões de extensas áreas de terras a grupos empresariais, escudados na maior racionalidade econômica e inovações técnicas. Ao analisar a inovação técnica, o antropólogo reflete tratar-se de modernização conservadora, posto não poder o processo se dispor do monopólio da terra, dos mecanismos de imobilização e atos coercitivos como forma de resolução de conflitos agrários. O autoritarismo é a face mais aguda da modernização.

A violência é um elemento inerente à disputa pela terra na fronteira. Na região em questão, o regime militar e o advento do movimento da Guerrilha do Araguaia⁴, são mais dois itens que somam na coerção pública e privada contra os camponeses. É nessa realidade marcada pela adversidade que a presença da Igreja Católica ganha importância.

³ Ainda hoje detentores do poder econômico e político, em certos municípios da região, alegando “pioneirismo”, julgam-se senhores da vida e da morte de seus opositores, e acima da lei, a exemplo do que se registra no município de Rondon do Pará, situação denunciada amiúde pela CPT. Em novembro 2000, o sindicalista José Dutra da Costa, Dezinho, foi assassinado. José Soares de Brito, por conta de ameaças, foi obrigado a mudar do município. A mesma opção foi feita por Maria Medrado, dirigente sindical do setor madeireiro. A viúva de José Dutra, Maria Joel Costa, hoje presidente do STR de Rondon, também é ameaçada de morte. Por ocasião da primeira passagem de morte de José Dutra, a praça central do município, virou um espaço de tensão, onde os fazendeiros e madeireiros obstruíram ruas, e impediram a celebração da missa na igreja. À José Décio Barroso Nunes, “Delsão” tem cabido a organização de oposição aos camponeses. É sobre ele que pesa a acusação de mando de morte de José Dutra.

⁴ O movimento conhecido como Guerrilha do Araguaia foi organizado pelo Partido Comunista do Brasil, na região do Araguaia Tocantins, entre os anos de 1970 a 1974. No período correspondente, a região passou a ser considerada como área de segurança nacional. A intervenção do Exército Brasileiro foi marcante. Tal momento ficou conhecido como militarização da questão agrária.

Unidos pela necessidade de sobrevivência, a luta pela posse da terra e pela permanência do lote, a resistência à violência, constituíram para muitos um cimento de coesão dos camponeses. Muitos que não se visitavam e que se conheciam apenas como “Baiano”, “Mineiro”, ou “Ceará”, entrosaram-se pela necessidade de sobrevivência, (HÉBETTE, 2004, p.193).

Peixoto (1991) em sua leitura sobre a questão reflete que boa parte dos analistas sobre a ação da Igreja Católica junto aos camponeses tende a tratar o assunto sob a ótica unilateral, até mesmo idealizada, de uma conjunção sem ruídos, ou mesmo uniformizar a relação entre a Igreja e o camponês. A ação da Igreja é “uma presença marcada pela ambivalência”.

[...] o sentido da ação da Igreja Católica junto ao campesinato não deixa de ser ambivalente. Se a fração progressista é mais movimento que instituição e, na sua inserção na realidade, ela progride e se transmuda, não se pode deixar de considerar o poder encampador da burocracia eclesiástica, tanto em relação aos movimentos populares como às tendências internas divergentes, (PEIXOTO, 1991, p.147).

Política paternalista ou tutelar do Estado, truculência física pública e privada, precariedade material e pouco conhecimento sobre a floresta, são uns dos obstáculos com que se depara o camponês na fronteira. É nesse contexto que se dá a associação entre os camponeses e o segmento progressista da Igreja Católica.

Conforme Peixoto (1991) o setor da Igreja que se alinha ao camponês desdobra-se na construção de vários espaços de socialização e educação dos camponeses. Traduzida no afã de formação política, que os capacitasse a assumirem a direção de sindicatos e partidos

políticos. As CEB's e MEB's, AP, JUC, possuem esse caráter. As CEB's e o MEB em particular.

Na região de Marabá tem-se registro das CEB's a partir de 1969. Estas unidades foram fomentadores da formação dos sindicatos dos trabalhadores rurais. É nesse sentido que ocorre, em certa medida, uma dependência política e material das organizações camponesas em relação à Igreja, Peixoto (1991).

Além da Igreja⁵, partidos políticos como o PC do B, PT e MDB, e clandestinos, a exemplo do PRC, ajudavam no processo de organização dos camponeses. No tocante a presença da Igreja, investigações de Esterici (1987), Peixoto (1991), Adriance (1996), Intini (2004) e Hébette (2004) pontuam a condição de embrião que teve a mesma na sementeira sindical camponesa.

Vida política, vida sindical e em parte vida religiosa estiveram então imbricadas em medidas e formas diferentes, tanto a leste quanto a oeste do Tocantins, marcadas pela presença de seus líderes (tão diferentes no temperamento, na formação e nas convicções) e pela orientação dos grupos de apoio. A luta pela terra foi durante muito tempo uma força fundamental (HÉBETTE, 2004, p.71).

Ianni (1978) enfatiza que os dominicanos estão na região desde a fundação do município de Conceição do Araguaia, quando o mesmo exercia o papel hoje atribuído à Marabá cidade pólo regional. O trabalho de Adriance (1996) enfoca a organização do STR em Rio Maria e revela a presença dos dominicanos franceses e leigos na organização das

⁵ Entre os personagens da história podemos encontrar D. Alano Pena, Pe. Roberto de Valécourt, Pe. Ricardo Rezende, Emanuel Wambergue, o "Manu" são alguns dos religiosos entrancheados no apoio aos sem terra. No Maranhão, mas nascido em Marabá, Pe. Jósimo Tavares, agita a parte maranhense e do Tocantins do Bico do Papagaio, como coordenador da CPT de Imperatriz, Maranhão, ao mesmo tempo em que D. Pedro Casaldaliga optava pelo trabalho ao lado dos humilhados na região do Xingu. Tem-se ainda o Pe. Humberto, Irmã Adelaide, (ALMEIDA, R. 2004).

CEB's. [...] viajavam a pé ou a cavalo e levavam seis meses para visitar todos os assentamentos da paróquia. Durante essas visitas, organizavam grupos de estudos bíblicos, que foram os precursores das comunidades de base. (ADRIANCE, 1996, p.128).

Marco na definição da posição política sobre a disputa pela terra no Brasil, o documento **Igreja e Problema da Terra**, lançado em fevereiro de 1980, sob a unção da Teologia da Libertação, ocorre na 18ª Assembléia da CNBB, realizada em Itaiaci, Indaiatuba, São Paulo. O documento oficial contendo dados sobre a concentração da terra no país tece críticas sobre o processo de desenvolvimento econômico adotado. Reza sobre a grande propriedade pecuária a responsabilidade do estrangulamento da pequena produção.

A tese do documento é uma defesa da pequena produção agrícola. O diagnóstico sobre a agricultura camponesa apontava todo tipo de limitação: ausência de crédito, precárias condições para escoamento da produção, coerção pública e privada. Uma injustiça institucionalizada que perpassava do delegado ao escrivão do cartório etc.

A síntese do documento com relação ao camponês denunciava as injustiças e violências, incentivava a participação dos camponeses na organização e tomadas dos STR's e refutava tanto o modelo capitalista, quanto às experiências exercitadas sobre o coletivismo marxista.

Num período marcado pela aguda disputa pela terra, constavam na agenda política dos STR's, suas respectivas delegacias sindicais e entidades de apoio, a criação de STR's ou tomada dos mesmos das mãos dos "pelegos", ocupação de terras, enfrentamento direto com os adversários, capacitação de dirigentes para ocuparem cargos de direção dos sindicatos ou nos partidos. Nesse sentido, como ação coletiva, uma das ferramentas que

deu visibilidade à luta pela terra, foram os Gritos da Terra. Cabia à FETAGRI a organização dos Gritos. No primeiro momento ocorreu na capital do Estado, Belém. A partir da década de 1990 passa a ser regionalizado. A ação é realizada anualmente. A dimensão física do estado e a concentração das tensões na disputa pela terra no sul e sudeste resultaram na decisão de descentralizar as ações.

A atuação da Igreja Católica junto aos camponeses é expressiva. No entanto, outros atores sociais atuaram na caminhada de organização dos STR's, delegacias sindicais, cantinas, cooperativas, caixas agrícolas e associações. Entre eles podemos citar: CEPASP⁶, FASE, FATA, CNS.

Nesse momento histórico a criação dos STR deu-se sob a tutela do Estado autoritário. Já na década de 70, em 1974, é criado o primeiro STR na região, o de São João do Araguaia, sob a tutela do INCRA. Sobre a ação dos sindicatos na década de 80, Emmanuel Wambergue, (Manu), cidadão francês radicado na região desde 1975, considera:

“Em 1988 todos os sindicatos da região eram dirigidos por sindicalistas combativos que vinham da luta pela terra, principalmente São João do Araguaia e Itupiranga, onde foi uma luta grande para se conquistar os sindicatos. Aí já estava o Almir Ferreira Barros em São João do Araguaia, o Manoel Monteiro em Itupiranga, Maria de Jesus em Jacundá, e Marabá era o Antônio Chico. Até 1980 a região sudeste só eram esses quatro municípios. Em 1985/1986 já tínhamos todos os sindicatos. Como diante da Lei esses sindicatos eram os representantes legais dos trabalhadores rurais as autoridades tiveram que ouvi-los por bem ou por mal.” (WAMBERGUE, entrevista realizada em 2006)

A ação do Estado, através do aparato burocrático, visava a cooptação dos STR's, como forma de arrefecimento da luta. Os STR's, entretanto, encontravam-se engolfados

⁶ Jean Pierre Leroy (2000) observa que o CEPASP emerge como o braço institucional do Partido Comunista Revolucionário (PCR), junto aos trabalhadores do campo.

por dispositivos legais. Deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS). Tal reconhecimento não se dava imediatamente à fundação e podia se prolongar por vários anos. O STR de Imperatriz, (MA), por exemplo, foi fundado em janeiro de 1967 e só veio a ser reconhecido quase sete anos depois, em 31 de dezembro de 1973. Além do controle burocrático, registram-se sanções. Os aparelhos de poder ordenavam a intervenção em STR's, através da cassação da carta sindical. Foi o que ocorreu com o STR de Pindaré-Mirim (MA), em 1970, no bojo de inúmeros conflitos provocados pela destruição dos roçados pelos rebanhos de grandes pecuaristas. Estes condicionantes não estimularam, num primeiro momento, no caso da Amazônia, que as mobilizações decorrentes dos conflitos fossem canalizadas para os STR's (ALMEIDA, 1989, p. 91)

O Estado ao mesmo tempo em que reprime coopta, [...] com a aprovação da Lei Complementar de nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o Prorural, conhecido também como Funrural, os próprios órgãos oficiais incentivaram a criação de STR's. Havia um propósito de arrefecer as mobilizações camponesas pela transformação dos organismos de representação em núcleos de atendimento médico e assistencial. Visava-se despolitizá-los, enquanto órgãos de encaminhamento de reivindicações, e pelo assistencialismo acoplá-los harmoniosamente a uma suposta delegação de políticos clientelistas detentores do poder local. Pretende-se enfim, quebrar com os mediadores externos tornando os STR's uma extensão dos aparelhos de poder. [...] Ocorreu um crescimento vertiginoso no número de STR's, sobretudo na Amazônia onde já eram dados como linha auxiliar do programa de colonização. No Pará teriam sido criados ou "consolidados" 29 STR's no decorrer de 1972 (ALMEIDA, 1989, p.91 e 92).

No ano de 1997, os STR's dão corpo a versão regional da FETAGRI. Leroy (2000) investiga o processo de organização da regional da FETAGRI e aponta que o debate inaugural surge no ano de 1986. No entanto, a efetivação da mesma só ocorre 11 anos depois. Ao longo dos anos as representações dos STR da região têm ocupado a direção da FETAGRI estadual, a exemplo Antonio de Sousa Carvalho, "Cajazeiras" vinculado ao STR de Marabá. Outro dirigente que ganhou notoriedade foi Atanagildo de Deus Matos, "Gatão". O mesmo foi coordenador da rede GTA, indicada como a principal articulação de entidades da Amazônia. O mesmo chegou a ser o coordenador do Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNPT), vinculado ao Instituto Brasileiro dos Recursos Nacionais Renováveis e do Meio Ambiente (IBAMA).

3.1.1- Luta pela terra e a violência

A assimetria de forças econômicas e políticas integra o extenso repertório de massacres que envolve a disputa pela terra no país. Foi assim com a História do Quilombo de Palmares, no século XVII, em Alagoas; a escrita seguiu a mesma em relação aos índios guaranis, massacrados por portugueses e espanhóis nas Missões, no século XVIII, no Rio Grande do Sul. Já no século XIX o mesmo desfecho teve a Revolta Cabanagem, no Pará; Balaiada, ocorrida no Maranhão; e com os seguidores de Antonio Conselheiro, na Bahia.

A violência tem marcas profundas na história da conquista da fronteira amazônica, com execuções de índios e camponeses, ainda no século XX. Tais episódios se intensificaram a partir da década de 1960 e ganharam índices alarmantes registrados nos anos da década de 1980. Antes de findar o século os massacres de Corumbiara, ocorrido em Rondônia e o de Eldorado dos Carajás, Pará instigaram os centros mais desenvolvidos sobre a situação da disputa pelas terras da floresta amazônica.

As situações de antagonismos ora se dão entre índios, camponeses e garimpeiros, ora as situações de antagonismos mais visíveis se desenvolvem tendo num flanco os camponeses, e se alternando, ou ao mesmo tempo, no outro extremo, com madeireiros, grileiros, fazendeiros, companhias de mineração e o Estado.

Na Amazônia, em particular, as regiões sul e sudeste do Pará ganharam notoriedade por conta de massacre de camponeses, advogados, religiosos, e outros apoiadores na luta pela reforma agrária. Uma prática ainda mantida e que em certa medida ganha outras regiões do Estado, como o oeste; onde a busca de madeiras nobres, como o mogno, ou expansão da fronteira agrícola, tem registrado o deslocamento da situação de violência das regiões sudeste e sul.

Martins (1985 e 1991) em recorte recente de nossa história agrária indica o aspecto concentracionista da propriedade rural do Estatuto da Terra (1966) e o Estado intervencionista como componente central na penetração do capital na fronteira amazônica. Coube ao Estado a efetivação de instrumentos nas esferas políticas, econômicas, jurídicas, além da criação de uma série de instituições com vistas à instalação de empresas do centro-sul do país no ramo da pecuária na região. Na Amazônia Oriental os posseiros são expropriados pelo modelo de grande propriedade rural estabelecido através da política de incentivos fiscais da SUDAM, que teve nas ações do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) a garantia de sua efetivação. A frente de expansão e a frente pioneira, - a segunda considerada categoria ilegítima para explicar a presença do capital - são pontuadas pelo pesquisador para explicar a tensão na Amazônia. A primeira é ativada pelos posseiros sobre as terras tribais, já a segunda pela empresa pecuária sobre os posseiros e índios. Jagunços e militares são pontuados como agentes da coerção. Em 1976 a região concentrava 82% dos conflitos pela terra considerados graves no país.

Almeida (1991) critica a naturalização da violência contra camponeses, posseiros, indígenas e dirigentes sindicais, embutida no processo de modernização da fronteira. O autor nota o descompasso entre a intensificação da violência dos conflitos de terra e o caráter irregular e desigual na intervenção do Estado e sinaliza que tal fenômeno se verifica tanto num período ditatorial, quanto no processo da transição democrática.

Almeida (1991, p. 260) indica os princípios da coerção contra camponeses na fronteira:

O princípio da subordinação dos camponeses por atos coercitivos e por modalidades diversas de banditismo e pistolagem mostra-se historicamente coexistente à consolidação dessa grande propriedade territorial fundada no acesso aos meios de produção pela destruição de apossamento preexistente e da adoção de mecanismos de imobilização, como a peonagem por dívida, que configura modalidades extremas de repressão da força de trabalho.

O corte histórico da análise de Almeida (1991, p.269) indica o momento em que a questão agrária é alçada como uma questão militar. O GETAT e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) foram órgãos criados no sentido de disciplinar a ocupação de terras na Amazônia. O antropólogo enfatiza que na lógica da unidade produtiva camponesa a terra se incorporava ao processo produtivo mediante o trabalho familiar. Já para os grupos econômicos e projetos incentivados interessava uma relação jurídica e mercantil com ela. Em nome desses últimos pressupostos é que os órgãos oficiais começam a falar com frequência em “invasão de terras públicas e particulares” (GETAT. 1981, p.5) na Amazônia. As condições de posseiros e ocupantes passam a ser recobertas pela ilegitimidade atribuída ao invasor.

Como nos tempos dos Bandeirantes, a “conquista” da fronteira amazônica pelas empresas nacionais e internacionais incentivadas pelo Estado tem na violência uma de suas colunas. Uma herança direta das sesmarias e capitânicas hereditárias e a tradição escravista que marca a nossa cultura agrária. O contexto desnuda um liberalismo que não universaliza

o acesso aos direitos e naturaliza o uso do aparato coercitivo público e privados contra os entes da base da pirâmide social, em detrimento da defesa da “propriedade privada”.

A coerção pública e privada contra os camponeses gera a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷. Passados mais de três décadas de atuação, das instituições ligadas à Igreja Católica é a que se mantém com ação mais significativa. Já na década de 1980 cria-se a SPDDH em Marabá como agenda política do Tribunal da Terra⁸, ocorrido entre os dias 18 a 20 de abril de 1988. O tribunal de caráter simbólico teve como objetivo chamar a atenção da sociedade para os massacres contra os camponeses registrados no sudeste e sul do Pará.

Passadas mais de três décadas de registros da CPT a situação de conflito permanece e ganha outras nuances, como a coerção jurídica contra os movimentos sociais, a naturalização de execuções e massacres nos meios de comunicação ou mascarada através

⁷ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". Tem sido relevante a ação da instituição em assessoria jurídica, sistematização de dados sobre a violência, encaminhamento de denúncias sobre a violação dos direitos humanos em cortes nacionais e internacionais.

⁸ A década de 1980 é considerada a mais violenta na região na tríplice fronteira do Pará, Maranhão e norte de Goiás, hoje o estado do Tocantins. Os anos registram várias chacinas e execução de dirigentes sindicais camponeses e seus aliados, e mesmo de família, como no caso dos Canuto de Rio Maria. O Tribunal da Terra, uma instância de caráter simbólico, surgiu a partir de tal demanda. A iniciativa foi da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), e contou com o apoio da CPT, OAB, MMCC, CNBB, CUT e CEDENPA. Ocorreu em Belém entre nos dias 18 e 19 de abril de 1986, no Palácio da Justiça. Teve como objetivo levantar denúncias contra multinacionais, Estado e o latifúndio. O advogado e deputado federal/PT/SP, Luiz Eduardo Greenhalgh, o cutista Jair Menegheli, Pe. Josimo Tavares, Avelino Ganzer, o advogado José Carlos Castro constavam como representação da sociedade civil. O Pe. Ricardo Rezende trabalhou como advogado de acusação. As chacinas Surubim e Ubá constavam no rol de casos, que somou 83 mortes no ano de 1985 na região. Registraram-se ainda o assassinado do sindicalista Benedito Bandeira, no município de Tomé Açu, onde a comunidade revoltado com a execução destruiu a delegacia e matou os três pistoleiros, que receberam CR\$ 5000,00 do fazendeiro Acrino Breda, que nunca chegou a ser preso pelo caso. A área em disputa era a fazenda Colatina. As execuções da missionária Adelaide Molinari e do sindicalista Arnaldo Deocídio foram pontuadas. O Pe Josimo que coordenou a CPT de Imperatriz, Maranhão, morto no dia 10 de maio de 1986, participou do Tribunal para denunciar o atentado que sofrera. Um mês depois foi executado com tiros dados pelas costas. A sentença decidiu: que o Estado deveria ser controlado pelos operários; já as multinacionais seriam nacionalizadas, sendo controladas pelo Estado; e o latifúndio deveria acabar sendo as terras distribuídas de forma igualitárias para os trabalhadores rurais. O advogado José Carlos Castro, escreveu: "Esse Tribunal é um Tribunal porque não pode ser considerado apenas uma informação, porque tem uma expressão política muito forte para a consciência do povo, para a divulgação do que ocorre no campo. É um material de propaganda de novas idéias. (Jornal Resistência, Ano VIII, Nº 71, Belém, Pará, abril/maio de 1986). O Jornal Resistência foi editado pela primeira vez em 1978, e circulou de forma regular até 1983. Ganhou por três vezes o prêmio nacional de defesa dos direitos humanos Wladimir Herzog.

de empresas de segurança privada. Verificam-se ainda trabalhadores em situação análoga à escravidão em fazendas e carvoarias. Registra-se que o Pará ocupa o primeiro lugar no ranking nacional⁹.

A década de 1980 é considerada a mais sangrenta no sudeste e sul do Pará. Nos dados sistematizados pela CPT sobre a violação dos direitos humanos na região três chacinas são destacadas: fazenda Dois Irmãos, Xinguara, saldo de seis mortos; Chacina de Ingá, 13 mortos, em Conceição do Araguaia; e a Surubim, em Xinguara, com saldo de 17 mortos. O documento denuncia que não há processo em tramitação para apurar os casos. Todas ocorreram no ano de 1985. Passado mais de duas décadas todos os massacres continuam impunes. Há casos em que nem mesmo inquéritos foram instaurados com vistas a se chegar aos responsáveis.

Almeida (1989, p. 91) salienta que o conflito integra um processo de organização dos camponeses, e mesmo, uma divisão do trabalho, onde cabe à parte do grupo a tarefa de vigilância, enquanto a outra parte se debruça na tarefa de produção. *[...] os conflitos se difundiram de maneira mais veloz e difusa do que a estrutura sindical dos trabalhadores rurais naquele momento, assim [...] os conflitos, enquanto forma de organização, tanto conduziram os camponeses a criar entidades sindicais, como freqüentemente possibilitaram que se vinculassem às instituições religiosas tomadas mediadoras externas. Mesmo que não se excluam e em grande parte sejam complementares, estas vias de acesso às mobilizações mais organizadas apresentam sensíveis diferenças no encaminhamento de resoluções dos antagonismos. Outrossim, concorreram para fortalecimento de movimentos sociais que surgiram fora dos marcos do clientelismo, fixando as bases de uma organização camponesa autônoma e com projetos próprios.*

⁹ Os dados recentes sobre trabalho escravo estão inseridos no capítulo que trata da questão nos anos recentes.

Outro ponto no processo de luta pela terra é a realização de acampamentos. Na edição de 1989 a Revista Pará Agrário/Idesp, registra o acampamento de dois mil trabalhadores rurais na sede do INCRA de Marabá. Os mesmos reivindicavam demarcação topográfica de todas as áreas desapropriadas pelo PNRA, a construção do sistema viário que dá acesso às áreas bem como o assentamento das famílias beneficiárias da reforma agrária. Acampamentos também são registrados em Tucuruí por conta da instalação da hidrelétrica.

Em oposição à luta dos camponeses podemos citar entre os adversários mais agudos a União Democrática Ruralista (UDR), organização de representação dos fazendeiros. A representação do patronato rural se aglutina e se organiza na defesa intransigente da propriedade da terra e eliminação dos seus adversários. A mesma possui vínculo com o que ficou conhecido na Assembléia Nacional Constituinte, como “Centrão”, coletivo de fazendeiros contrários ao PNRA.

Qual a gênese da representação patronal, sob que princípios atua, quem são os seus representantes, e que táticas usam? Fernandes (1999) investiga que um dos motivadores para a fundação da UDR reside na ameaça de desapropriação de áreas consideradas como área de situação de conflito, conforme a agenda do PNRA, de 1985, caso da região de estudo.

A pesquisadora sobre o perfil do quadro da entidade revela que em boa maioria são pessoas do centro sul do país, que desenvolve atividades nos setores de comércio, indústria, serviços e mesmo bancárias, e que por via legal ou não, adquiriram grandes extensões de terras, caso da família Lunardelli. Ou mesmo, produtores de tradição rural paulista, que possuem origem na oligarquia cafeeira, como a família Lanari.

Formalmente a UDR do Pará foi criada no dia 17 de maio de 1986 no Parque Agropecuário de Redenção. Compuseram a mesa, Ronaldo Caiado, fundador da UDR em Goiás, Roberto Paranhos Rio Branco, presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Alceline Veronese, prefeito de Redenção, Plínio Junqueira, de São Paulo, Udelson Franco, de Minas Gerais. Os laços (articulação) entre o norte-sul foi uma das características da matriz da UDR no Pará. A unidade de Paragominas dialogava com frequência com a capital, Belém, espécie de quartel general. A Associação Rural da Pecuária do Pará (ARPP) é matriz da versão da UDR de Paragominas, a partir de uma reunião com o dirigente Plínio Junqueira e Ronaldo Caiado. Com a intervenção dos irmãos Lincoln e Luiz Bueno, paulistas do celeiro dos cafeicultores, aportados na região desde a década de 1970, a entidade ganha forma, (FERNANDES, 1999, p. 111).

Entre outros artífices no processo de defesa da intocabilidade das grandes porções de terras na fronteira, a Fernandes (1999) pontua a presença do então estudante de Direito da UFPA, Leonardo Lobato, integrante do que ficou conhecido como UDR Jovem. Há ainda Gastão Carvalho Filho, mineiro, e Luiz Otávio Rodrigues da Cunha, paulista, descendente de famílias proprietárias de terras em vários estados da União. Ainda completam o quadro, no processo de privatização de terras, setores tradicionais de pressão. Entre eles: Grupo Belauto, Grupo Marcos Marcelino, Grupo EBD, Grupo Jonasa e a Construtora Estacon.

O fazendeiro da UDR não é o antigo coronel. No geral, não reside no campo. Eles são senhores urbano-industriais, profissionais liberais, homens de negócios, comerciantes, etc., muitos deles premiados com títulos e honrarias pelos seus préstimos à sociedade. Como cidadãos urbano, modernizam o discurso e sofisticam práticas políticas. Todavia, eles são ao mesmo tempo, a continuidade histórica do velho coronel e, para se manterem

donos de terras, movidos pela ideologia escravocrata, coagem a força de trabalho retirando dos camponeses a terra e, invariavelmente, a vida com truculência de sempre (FERNANDES, 1999, p.123).

A defesa radical da propriedade da terra, ainda que em boa parte grilada e improdutiva, descortina na região o período mais sangrento. Entre as chacinas registradas nos arquivos da CPT, na década de 1980, pontuamos sete. Dos sete casos, em apenas dois foram iniciados os processos de apuração. As chacinas tratadas na tabela abaixo contabilizam 62 mortos num prazo de dois anos.

TABELA 02- Violência no Estado Pará - chacinas na década de 1980 no sul e sudeste do Pará

CASOS	LOCALIDADE	ANO	Nº DE MORTOS	SITUAÇÃO JURÍDICA
Chacina dos Irmãos	Xinguara	Junho/1985	06	Sem processo
Chacina Ingá	Conceição do Araguaia	Maió/1985	13	Sem processo
Chacina Surubim	Xinguara	Junho/1985	17	Sem processo
Chacina Fazenda Ubá	São João do Araguaia	13.06.1985/ 18.06.1985	08	Há 20 anos em tramitação
Chacina Fazenda Princesa	Marabá	28.09.1985	05	Há 19 em tramitação
Chacina Paraúnas	São Geraldo do Araguaia	10.06.1986	10	Sem processo
Chacina Goianésia	Goianésia do Pará	28.10.1987	03	Processo desaparecido
Total = 07			Total = 62	

Fonte: Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense (CPT, 2005).

Os massacres que tiveram o processo de apuração iniciados são, a chacina da Ubá, ocorrida em São João do Araguaia, onde oito camponeses foram mortos. Já no caso da fazenda Princesa, cinco camponeses executados, onde alguns tiveram as cabeças decepadas, e os corpos jogados no rio. Ambos os processos tramitam há 21 anos. Já no episódio ocorrido em Goianésia do Pará, o processo é dado como desaparecido. No mesmo período o município de Rio Maria registrou a morte de membros da família Canuto, ligados ao PC do B, assim como os advogados Paulo Fontelles, Gabriel Pimenta e João Batista.

Dados coletados na CPT por Hall (1990, p.101) indicam que 125 pessoas estavam marcadas para morrer em 1987, numa lista organizada pelos fazendeiros, e que 45 camponeses foram presos no ano de 1985, um ano depois, o número pula para 700.

Um dos motivos indicados para a agudização dos antagonismos é o PNRA, datado de 1985, sob a orientação do presidente da República, José Sarney, que “obriga a exploração racional da terra”, ou conferir prioridade à desapropriação de áreas que “apresentam elevada incidência de arrendatário, parceiros e posseiros”. (Pará Agrário/IDESP, 1989, p. 04)

A ineficiência de uma orientação e prioridade, quanto a que imóveis deveriam ser desapropriados levou a que fossem instruídos processos relativos a imóveis cuja desapropriação só interessava aos proprietários. Os latifundiários beneficiam-se, livrando-se de terras de baixa qualidade, que transferiam aos camponeses vantajosamente através do PNRA. A chamada “desapropriação amigável” tornou-se freqüente sob uma visão iludida de conciliar interesses divergentes. Na Amazônia as Comissões Agrárias funcionaram como fator para esfriar o ritmo ao processo desapropriatório (ALMEIDA 1991, p. 283).

Um elemento importante relacionado à posse da terra recai sobre a aquisição de castanhais de pretensos donos ou foreiros no ano de 1987/1988 pelo Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária (MIRAD), sob a direção de Jader Barbalho, como informam Emmi e Acevedo (1997). Na interpretação das pesquisadoras, da qual comungam Hall (1990) e Leroy (2000), não passou de um beneficiamento financeiro de uma elite local. Apesar do pedido de desapropriação das terras ter partido do STR de São João do Araguaia, ganhou outra dimensão.

É nesse período em que os pecuaristas vão fomentar o maior desmatamento da Amazônia, preocupados em forjarem benfeitorias em “suas terras” ameaçadas pelo PNRA, Pinto (2004), lembra que: “nada menos de 200 mil quilômetros quadrados de cobertura vegetal, de todo tipo (sendo 80 mil km² de floresta densa) tinham sido postos abaixo no ano de 1987”.

O STR de São João do Araguaia preteava inicialmente a desapropriação de 34 castanhais. A resposta do MIRAD pareceu, num primeiro momento, ter ido além das pretensões, pois a área quase duplicou: de 34 imóveis perfazendo 147.921 hectares, aumentou para 61 imóveis, com uma superfície total de 235.011 ha. De fato, a aparente ampliação representaria aumento de estoque de terras para resolver problemas fundiários. Dos castanhais adquiridos pelo MIRAD, cinquenta foram vistoriados até 1990. Após essa providência, o INCRA elaborou cinco projetos de assentamento, englobando 24 castanhais, em uma área de 103.999 ha (EMMI e ACEVEDO 1997, p.251).

Emmi e Acevedo (1997, p.252), sinalizam entre as distorções no processo, os seguintes pontos:

- a) desatualização censitária provocada pela absoluta falta de dados confiáveis sobre os ocupantes;
- b) desvirtuamento das situações cadastrais, pois os imóveis sofreram atrasos entre os atos de aquisição e de efetiva transmissão legal;
- c) ocorrência de conflitos dominiais provocados pela superposição de áreas como se observa nas pretensões da CVRD;
- d) desconhecimento da situação efetiva de uso, pois nos denominados projetos de assentamento registram-se situações especulativas, a exemplo de declarações sobre cobertura de castanhais e superfície plantada

Ao se verificar os dados que registram a criação dos projetos de assentamento na SR-27, nota-se que há uma curva de evolução no fim da década de 1980. A mesma pode ser indicada como o início da territorialização camponesa. Territorialização marcada pela

ausência de mínimas condições de produção, escoamento, linhas de crédito, assistência técnica, como indicam Emmi e Acevedo (1997). Após o ano de 1988, o que ocorre é um imobilismo no PNRA. A tentativa de “caráter amigável” do processo de criação de projetos de assentamento, não arrefece os antagonismos na região.

Com vistas a confrontar a violência e combater a impunidade é criada além da CPT e SPDDH e o Comitê Rio Maria. O mesmo mantém alianças internacionais, o que foi decisivo para que ao menos, alguns crimes cometidos contra camponeses chegassem a julgamento. O Comitê Rio Maria tem na luta contra a impunidade a principal linha de ação. Podem-se citar pelo menos umas três formas de ação do movimento na busca de Justiça: pressão através de cortes internacionais que tratam dos Direitos Humanos, manifestos, e acampamentos, quando da realização dos julgamentos. E mesmo a ocupação de mídias balizadas como alternativas.

O Comitê Rio Maria¹⁰ é uma rede internacional de solidariedade. Foi fundado em 1991 para acabar com os assassinatos de lavradores e sindicalistas por pistoleiros contratados pelos grandes fazendeiros no Sul do Pará. Padre Ricardo Rezende, que naquele tempo foi vigário da paróquia católica em Rio Maria, organizou o comitê, junto com um grupo de colegas, inclusive Frei Henri Des Roziers, padre dominicano e advogado da CPT de Xinguara, ainda em atividade na região. O comitê foi organizado depois da morte de Expedito Ribeiro de Souza, poeta, lavrador e presidente do STR. Expedito foi a sétima pessoa assassinada em Rio Maria por causa de liderança ou ligação com o movimento sindicalista rural.

O Comitê Rio Maria contabiliza a seu favor ter conseguido levar a julgamento os mandantes do assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, no ano de 2002 e de João Canuto,

em 2003. No caso de Expedito Ribeiro, morto em fevereiro de 1991, o fazendeiro responsável pela encomenda do crime, Jerônimo Alves de Amorim¹¹, condenado a 19 anos de reclusão em julho de 2000, cumpre prisão domiciliar em sua mansão em Goiânia, sob alegação de problemas de saúde.

Já o pistoleiro do caso, José Serafim Sales, conhecido como “Barreirito”, fugiu pela porta da frente da penitenciária de Marabá em 2000, quando cumpria pena de 25 anos. Por conta da ação da Polícia Federal (PF), o mesmo foi preso no mês de abril de 2006¹². Adilson Carvalho Laranjeira e Vantuir Gonçalves de Paula, fazendeiros responsáveis pela encomenda da morte de João Canuto, que chegaram a ser presos 17 anos e seis meses depois do crime, estão foragidos.

Pode-se afirmar, que nesse período, como ainda hoje, a conquista da terra se configurou como a principal bandeira de luta dos sindicatos, ao lado da tomada dos sindicatos das mãos de dirigentes considerados pelegos. É nessa fase que surge no país o ambientalismo com caráter preservacionista. Assim, são realizados seminários e debates sobre a temática da siderurgia em Marabá. Na região no Xingu, município de Altamira registra-se o Encontro dos Povos do Xingu, entre os dias 20 a 25 de janeiro de 1989. Em Belém, realiza-se o encontro dos atingidos pela barragem de Tucuruí, no auditório do Centro Padre Guido, ente os 12 a 16 de maio de 1989 (Pará Agrário/IDESP, 1989).

¹⁰ Ver página na internet, www.riomaria.org

¹¹ O mesmo foi preso com documentação falsa num cruzeiro em Cancún, México, 1999. Foi a primeira vez que um mandante foi ao banco dos réus.

¹² Nos últimos 60 dias (março e abril), pela Polícia Federal os foragidos Marlon Lopes Pidde, fazendeiro, acusado de ter coordenado a chacina de cinco trabalhadores rurais na fazenda Princesa, município de Marabá, em setembro de 1985; Manoel Cardoso Neto, o Nelito, fazendeiro acusado de ser o mandante do assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta, crime ocorrido em Marabá, em 1982; Domicio de Sousa, o Raul, acusado de ser um dos intermediários do assassinato do Sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, crime ocorrido em Rondon do Pará, em 21 de novembro de 2000, e José Serafim Sales, o Barreirito, pistoleiro condenado a vinte e cinco anos de prisão por ter assassinado, em 02 de fevereiro de 1991, o sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, no município de Rio Maria. (O Liberal, Caderno Polícia, 05 de maio de 2006, Carlos Mendes).

Por conta das áreas inundadas pela barragem de Tucuruí, com ênfase em Jacundá, na região, a questão vai ser um mobilizador dos desabrigados os remanejados pela construção da obra. Duas reivindicações norteiam os desabrigados, a revisão e inclusão nos processos de indenização dos desabrigados e a criação de uma reserva extrativista na área do lago de Tucuruí, que se concretizará mais de uma década depois. O pólo siderúrgico de Marabá vai ser outro mobilizador do debate sobre meio ambiente na região (Pará Agrário/IDESP, 1989).

3.1.2 – A luta pela terra: a Universidade e o movimento camponês

Como sintetizar em poucas páginas uma trajetória de cerca de 10 anos? Uma experiência entre academia e as representações dos trabalhadores rurais, que corroborou com a criação de uma regional da FETAGRI, uma proposta de forma de comercialização, através da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (COOCAT), uma escola família rural, a formação de extensionistas, a possibilidade de produção de vários estudos. Uma caminhada que não se deu sem ruído. Aqui pinçaremos elementos primários sobre a formação do CAT.

Há pelo menos duas interpretações que podem ser salientadas sobre o surgimento do programa CAT. Uma externa, que se relaciona com a possibilidade de financiamento internacional; já a outra, de cunho interno, tem relação com a demanda colocada dos “posseiros” da fronteira do sudeste paraense. Segundo Hébette (2004) é daí que emerge o casamento entre o campo e a academia.

O programa CAT nasce em Marabá no ano de 1988. O mesmo resulta da associação da Universidade Federal do Pará (UFPA), com parte dos sindicatos de trabalhadores rurais da região. O programa é dividido em instâncias de pesquisa e

extensão, encarnado pelo Laboratório Sócio-Ambiental do Araguaia Tocantins (LASAT), e o político, materializada na Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA), uma fundação que aglutina os quatro STR's da região, Jacundá, Marabá, São João do Araguaia e Itupiranga. Num horizonte de gerir um projeto de desenvolvimento rural, sobre o objetivo do programa, Hébette (2004, p.83), explica:

[...] o projeto buscava, a interação do saber camponês e da pesquisa científica, da luta pela terra e da luta por uma ciência democrática, a colaboração do trabalho produtivo e do labor econômico.

A criação do CAT no âmbito do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), respondia a uma expectativa da sociedade civil organizada do Pará que cobrava o compromisso social da Universidade. Mas a resposta dada, embora restrita a um setor da Universidade, ia além do que se podia esperar. O processo com os STR's residia num princípio de troca, onde o CAT se legitimava com a força política dos STR's e ao mesmo tempo colaborava com o fortalecimento e representatividade dos mesmos, (LEROY, 2000, p. 16).

O primeiro e mais fundamental desafio – o casamento trabalho e academia - apresenta-se no nível das instituições implicadas, tão diferentes no seu estatuto, seus objetivos, sua metodologia: o projeto articulava sindicatos dos trabalhadores rurais e órgãos oficiais de pesquisa: UFPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e representantes também do saber prático e da ciência (HÉBETTE, 2004, p. 86).

Numa delimitação sócio-econômica e agro-florestal, caberia à pesquisa o aporte de conhecimento técnico a serviço da demanda dos camponeses. O LASAT busca a participação de pesquisadores e técnicos das mais diversas instituições oficiais ligadas ao

campo, oferecendo a estas um espaço privilegiado de atuação na área da pequena produção, insistindo, quando necessário, sobre seu compromisso institucional. (HÉBETTE, 2004, p. 90).

Os sindicatos deram corpo à FATA, e à COOCAT, surgida anos depois, que desenvolvia projetos de hortas comunitárias, canteiros de mudas para reflorestamento que trataria do setor de produção e comercialização. No sentido de criar uma ferramenta de educação voltada para os filhos de agricultores da região, surge a partir da FATA a Escola Família Agrícola (EFA).

Hébette (2004, p.83), reflete sobre o imbricado terreno que palmilhava o projeto. Num extremo, os sindicatos combativos, com suas agendas políticas, e as instituições públicas, e com seus marcos institucionais, burocráticos. Interessante enfatizar o ponto de vista do pesquisador sobre o momento da trajetória camponesa na fronteira:

Migrantes finalmente fixados na terra ao cabo de duras lutas, de resistência armada em trincheiras, de sucessivos despejos e de múltiplos recursos à Justiça, os lavradores dos citados municípios experimentavam os limites de seus sucessos políticos, a fragilidade de suas vitórias fundiárias, inclusive na falta de uma base econômica mais adequada; perceberam a mutilação de uma roça desprovida de estradas, de transportes coletivos, isolada do mercado ou submetido à inelutável intermediação de atravessadores.

O CAT é o espaço do diálogo entre dois atores sociais distintos: a ciência e os sindicalistas. O primeiro agregado na legenda do LASAT, o segundo na FATA, um diálogo não sem conflito, avalia (ROY 2000), que recorta o Programa Agroflorestral/PAF como exemplo, onde se verifica dissenso entre sindicalistas e pesquisadores. É no seio da FATA, que anos depois aglutinava seis dos 17 STR's da região sudeste do Pará, que vai se gerar a criação da regional da FETAGRI no ano de 1996. Assim explicitam depoimentos do dirigente D'Assis Soledade, Raimundo Nonato e Emanuel Wambergue. A primeira tentativa de criação da FETAGRI regional teria sido em 1987 (LEROY, 2000, p. 14).

Faz-se *mister* sublinhar que a emergência do CAT está inserida no contexto de redemocratização do país. Justo no instante da efetivação do PGC, indutor de uma radical redefinição territorial da região; dinâmica que se desenvolve ao reconhecimento por parte do Estado, das posses dos camponeses, com a efetivação de alguns projetos de assentamento, o que caracteriza, o embrião da territorialização camponesa na fronteira. Assim, pode-se afirmar que o CAT representa uma dimensão na caminhada da trajetória camponesa, onde se alinham conhecimento e saber, com vistas a uma demanda camponesa. Bem como o relacionado com o espaço, físico, 86 ha., às margens do rio Itacaiúnas.

Conforme Leroy (2000) o CAT soma-se ao cenário de mediadores no processo de luta pela terra, ora exercido pelos partidos políticos, ora pelos religiosos e leigos da igreja Católica. Um na perspectiva marxista, trabalhando na preparação de uma hipotética revolução, outro no horizonte de libertação cristã. Nesse sentido, ainda conforme Leroy (2000), o CAT preencheu um vazio entre o imediato e o imaginário a longo prazo, ao propor respostas aos anseios de estabilização camponesa, no sentido de projetar um modelo ancorado no agro-extrativismo local.

O momento histórico, a contragosto dos setores defensores das grandes extensões de terras como modelo, registra o princípio da territorialização do campesinato regional. Ainda que o processo de desapropriação tenha servido à manutenção econômica dos foreiros e fazendeiros, e que a UDR tenha tido êxito do processo de Constituinte, vencendo o embate político no PNRA.

Apesar da coerção pública e privada, derrota na Assembléia Constituinte, os migrantes, posseiros da fronteira, estavam a inaugurar uma jornada de territorialização, contrariando os adversários e teóricos. Verificava-se a garantia de parte de suas posses, resultado de inúmeras formas de luta e associação com uma diversidade de pares. O

conjunto de associações e cooperativas e caixas agrícolas, a COOCAT, EFA, FATA, o numeroso volume de trabalhos de conclusão de curso em diversas universidades do Pará e exterior, a disputa em eleição de dirigentes e apoiadores são expressões econômicas, sociais, políticas e simbólicas da luta camponesa. Percebe-se um variado leque de institucionalidades, a exemplo do Comitê Rio Maria, que tem sua agenda definida para a busca de justiça. Ressalta-se ainda a visibilidade em diferentes meios de comunicação convencionais e os considerados alternativos, bem como o interesse de jornalistas e pesquisadores de outras regiões do país e exterior.

3.1.3- A luta pela terra: reconfiguração espacial, conflitos e atores sociais na década de 1990

Por conta da automação, gerada a partir das novas tecnologias, surge no universo do operário urbano o cotidiano do desemprego. Os sindicatos antes combativos redefinem a sua agenda. Não se fala mais em greve, e sim, na garantia de postos de trabalho. Ao Estado, como agendado no Consenso de Washington, cabe o papel de mediar o processo de circulação do capital. Sob os ditames das agências multilaterais Banco Mundial, em particular, a reforma agrária é alçada à uma questão de mercado.

Com tal quadro, pensava-se que nas terras do Brasil, que a temática da luta pela terra havia arrefecido por completo. Como os STR's da fronteira do Pará, com laços políticos com setores da Igreja Católica, só que nascido no Sul do país, na mesma década de 1980, um novo ator social surgia para inserir na agenda política do país, nas academias, nos segmentos sociais, novamente, o debate sobre a reforma agrária. Não só sobre reforma agrária, mas, sobretudo, sobre um modelo de desenvolvimento econômico para o país.

Trata-se do MST¹³. Organizado em quase todo o país passa a exigir dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, não só o reconhecimento jurídico, com base em titulação, mas um conjunto de políticas que possa efetivar a permanência do trabalhador no campo: educação em todos os níveis, moradia, linhas de crédito para produção e assistência técnica.

Ainda que haja divergências sobre a metodologia de atuação do movimento, há em certa mediada, consenso sobre a sua importância na história recente da luta pela terra no país. Relevância que se estende além fronteiras nacionais¹⁴. O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, que se dedica ao estudo da territorialização camponesa, ressalta se tratar do mais importante movimento social do Brasil. É contabilizado à pressão do movimento, com apoio de um conjunto de entidades de classe e partidos políticos, a criação de uma parte dos projetos de assentamento durante o governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, pela legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O embate se desenvolve, quando a regra econômica indicada para os países periféricos é seguido à risca pelo governo da Social Democracia Brasileira, através do ex-cepelino, sociólogo, Fernando Henrique Cardoso. Acentua-se a precarização no trabalho, privatiza-se setores estratégicos, como a lucrativa CVRD. Na Amazônia dois massacres, o de Corumbiara (1995), em Rondônia, e o de Eldorado dos Carajás (1996), no Pará, vão

¹³ O MST nasce num lugar chamado Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta, estado do Rio Grande do Sul. O I Encontro Nacional, em Cascavel ocorre em janeiro de 1984. O 1º Congresso, em Curitiba, janeiro de 1985. No mesmo período São Paulo vai ser o palco da fundação do PT, o mais importante partido dos trabalhadores da América Latina. (ALMEIDA, R.2004, p.27).

¹⁴ As universidades de Oxford na Inglaterra e Carolina do Norte, nos Estados Unidos, podem ser citadas como referências na promoção de estudos e seminários sobre a reforma agrária. Assim atesta matéria do Estado de São Paulo, 23 de outubro de 2003. França, Canadá e Japão também são citados na matéria, como países interessados na temática. Vale destacar que o MST não consta como mero “objeto” de pesquisa, mas, como aquele que tem assento nos debates, o ator que protagoniza a história e fala sobre ela. (ALMEIDA, R. 2004, p.45)

colaborar, ainda que de forma trágica, com a visibilidade sobre a acirrada, e mesmo desleal, disputa pela terra. Tais fatos provocam na sociedade uma sensibilização, que resulta numa posição favorável a reforma agrária, ao menos no primeiro governo do PSDB (1994-2000) na presidência.

O que há de novo “*front*” nas terras do Araguaia-Tocantins? O processo de territorialização camponesa iniciado no fim de 1980, quando da desapropriação dos castanhais, ganha maior impulso nos anos de 1990. Tendo como pano de fundo a chacina de Eldorado, que se configura como um divisor de água na luta pela terra na região, e em escala nacional, o sul e sudeste do Pará experimentam uma nova reconfiguração. Não só os PA’s, vão corroborar no processo de reconfiguração do espaço regional, a criação de novas unidades administrativas também, animados pela disputa de tributos¹⁵.

Percebe-se que no período que corresponde à Guerrilha do Araguaia, e por mais seis anos posteriores, não há criação de novas unidades administrativas. A reconfiguração através de criação de novos municípios ganha impulso, com a implantação dos “grandes projetos”, a partir da década de 1980, e continua na década de 1990. Hoje, conforme os dados do Estado, as duas regiões possuem 39 municípios¹⁶.

Reconfiguração que não se restringe à questão espacial, como a criação de vários projetos de assentamento na região, que a tornou como a de maior concentração de PA’s do país, 450 registrados até março de 2005, na SR-27. Mas, acima de tudo, institucional. É a partir do episódio de Eldorado, que o antes posto avançado do INCRA de Marabá, vai ganhar o status de Superintendência Regional. Outras institucionalidades vão ocorrer,

¹⁵ A dissertação de mestrado da geógrafa Aداise Lopes, Nova Configuração Territorial do Pará: municípios, estruturas de poder e competição tributária. NAEA/UFPA, 2004, aprofunda a questão.

¹⁶ Estado e IBGE incluem três municípios a mais da referência usada pelo SR- 27. Os mesmos estão localizados na região nordeste do estado: Abel Figueredo, Dom Elizeu e Paragominas.

como a criação do IBAMA, Ministério Público, Polícia Federal, Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na economia a antes principal estatal, CVRD, - maior empresa do setor de mineração do país, e na economia local -, ator expressivo na balança comercial nacional é privatizada no ano de 1997. Além dos atores ligados ao Estado e à economia, os movimentos sociais ligados à luta pela terra passam por “renovação”. Há quem manifesta tratar-se de uma fase de emancipação. Nos primórdios da organização, coube à Igreja Católica um papel, digamos, agregador dos migrantes. No posterior, durante uma década, registre-se a associação com a UFPA, através do CAT.

Se na década de 1980 eram as representações da Igreja Católica, entre elas as CEB's, MEB, CPT, e partidos políticos legais e semi clandestinos, além de organizações de assessoria como FASE, CEPASP, SPDDH os mediadores no processo de luta camponesa e mais tarde a FATA, nos anos da década de 1990, inaugura-se uma outra etapa, onde verificamos o surgimento de novos atores, como as prestadores de serviços e o refluxo ou fim de atividades de outras instituições. O acúmulo gerado em anos idos, onde cabia aos STR's e suas respectivas delegacias sindicais, a principal representação política dos camponeses, com essa nova fase, - vamos argumentar assim-, revela “a saída de cena” dos mediadores no debate sobre a luta pela terra. São anos de organização do MST na região e a efetivação da regional da FETAGRI.

Dos atores que hegemonizam na Igreja Católica somente a CPT segue atuante. A FASE, que antes mantinha um escritório, com sede e uma equipe em Marabá, hoje já não existe mais. Assim como o CEPASP¹⁷. Ainda atuando, só que desprovidas da importância

¹⁷ Por volta dos anos 2000, Raimundo Gomes da Cruz Neto, pelo CEPASP e Luiz Bressan, FASE, seguem a representar as instituições em fóruns da região e fora dela.

que tiveram antes, seguem as CEB's. Ao contrário do que ocorreu com o MEB, extinto no ano de 2003.

O antes inexistente crédito, na década de 1990, ganha espaço com as a criação de algumas linhas de crédito, entre elas: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Fundo Constitucional do Norte (FNO). Na área de assistência técnica, cria-se o LUMIAR. O atendimento de antigas reivindicações faz surgir na cena local camponesa, outros atores nos projetos de assentamento. Outra possibilidade de financiamento e assistência técnica, no mesmo período, foi o Programa Demonstrativo da Amazônia-(PDA)¹⁸. Por conta das linhas de créditos oficiais, entre os novos atores, temos: as associações ou cooperativas¹⁹; e já na outra ponta, com a responsabilidade de prestar a assistência técnica, as prestadoras de serviços e assessoria.

O processo de conquista do FNO-Especial na burocracia, não significou o acesso imediato pelos pequenos produtores à linha de crédito. Em Marabá, quando da realização das ações de massa, os Gritos, nos acampamentos na sede do INCRA, um ponto da pauta de reivindicações, era com a liberação dos recursos. Nos manifestos das entidades nos de 1999 e 2000, como a FETAGRI, MST e CPT há registro de devolução de recursos, por conta do não repasse dos mesmos aos clientes, os trabalhadores rurais.

Interessante grifar que tais processos não são lineares. No interior das entidades de representação ocorrem disputas, divergências e embates. Questões que vão gerar no seio do movimento, outras agremiações que disputam a hegemonia na condução da luta

¹⁸ O PDA nasce na conferencia sobre meio ambientes, ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. O programa financiado via o PPG-7, grupos dos países mais ricos, com mediação do GTA, financiou experimentos com comunidades tradicionais nos nove estados da Amazônia.

camponesa. Por conta de montante de recursos e prestígio político, a partir de atrelamento a grupos dominantes da região, é criada a Federação das Centrais e Uniões de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Pará – FECAP²⁰.

Sob tal ângulo, como fica a fixação do posseiro, agora reconhecido pelo Estado, ainda que limitado, mas com acesso a algumas linhas de crédito? Nas investigações sobre a ruralidade na Amazônia, em particular na fronteira, Hébette (2004), afirma se tratar de uma região de grande mobilidade: mobilidade dos produtores movimentos concomitantes de concentração e desconcentração da terra. Os donos de lote se revezam a um ritmo rápido, principalmente nas áreas mais distantes e não tituladas; permanece o caráter familiar dos estabelecimentos no seu conjunto, mas a população se renova; os primeiros donos vendem ou abandonam o lote. Muitas vezes o lote vendido ou abandonado passa para as mãos de um agricultor mais próspero, de um comerciante ou de um grande proprietário. O lote pode também ser dividido entre parentes, filhos ou irmãos.

Para debater tais questões sobre a fixação do trabalhador rural e o processo de desenvolvimento regional, o conjunto de atores envolvidos em torno do processo de reforma agrária, cria um espaço de debate. É a partir daí que nasce o Fórum de Entidades pela Reforma Agrária e Agricultura Familiar (FERA). O coletivo é o desdobramento de tensão entre as entidades dos trabalhadores rurais e a recém criada SR-27, em 1997.

Em 1997 a SR - 27 mobiliza esforços no sentido de possibilitar um espaço que aglutinasse todos os atores em torno do processo das políticas da superintendência. Intini (2004) explica que o Fórum articulado pela SR-27, com expressiva maioria de instituições

¹⁹ Associações e cooperativas de pequenos produtores surgem como uma exigência burocrática das políticas de crédito. A avaliação dos movimentos sociais, é que tal exigência jurídica, tinha como ponto pano de fundo, o esvaziamento das representações políticas camponesas.

ligadas ao poder público, em suas diversas esferas, não possibilitava o poder de decisão nas mãos dos clientes da reforma agrária.

Implica registrar que a criação da SR-27 não representou, no momento ainda marcado pela tensão resultante do Massacre, o acesso à informação do processo de aplicação das políticas, a agenda de desembolso, ou mesmo o quanto e como eram aplicados os recursos. Entrevistas realizadas com dirigentes, assessores, sinalizam que não tinham conhecimento do funcionamento do Programa Operacional (PO), da SR-27.

As entidades de representação e assessoria dos camponeses, através dos relatos de dirigentes, assessores, deixam claro que o planejamento do PO da SR-27 era decidido com prefeitos associados à AMCAT e AMAT, em detrimento dos principais interessados, os trabalhadores rurais. Assim, a FETAGRI, EFA, COOCAT, CEPASP, FASE, LASAT, CNS, SDDH, MEB, CPT, dão vida ao FERA.

Em entrevista ex-coordenador da FETAGRI-Sudeste comentou que as mobilizações na busca de reconhecimento político, conseguiram se articular com expressões de centrais, como a CUT, CONTAG, CPT. Sobre o cenário do momento, explica que:

O crédito não se tinha. As obras de infra-estrutura eram para atender os interesses políticos de deputados e prefeitos. Eles vinham no INCRA e de acordo com os interesses eles pegavam os recursos e investiam, algumas vezes até fora de áreas de projeto de assentamento. A AMAT foi uma das principais adversárias do movimento popular nessa época. (ex-coordenador da FETAGRI-Sudeste).

Entrevista com um dirigente do MST sinaliza na mesma linha de análise:

Até 1996 o recurso retornava por ausência de demanda. Depois que a gente começou a se organizar através do acampamento e pressionar, o dinheiro passou a não atender a demanda. O INCRA não procurava o povo, e o povo não sabia da existência dos recursos para a reforma agrária (coordenação estadual do MST).

²⁰ Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (FETRAF), uma dissidência do MST é a mais metamorfose da FECAP.

A necessidade de sobrevivência do migrante é indicada como inicial na fronteira da região de Carajás, que concomitantemente disputa território com o que ficou conhecido como grandes projetos. A “conquista” da fronteira pelo capital amparado pelo Estado naturalizou variadas formas de coerção pública e privada contra os camponeses, que no processo de luta pela terra teve a mediação de um leque de instituições: Igreja, partidos políticos, ONG’s e universidades.

O sujeito coletivo camponês se afirma na fronteira em diversas formas após ter experimentado uma diversidade de maneiras de ações no enfrentamento contra as grandes empresas, madeireiros, pecuaristas, grileiros e o Estado. Ligados por laços de parentesco e compadrio organizaram ocupações, acampamentos, manifestos, gritos da terra, jornais, ocupações em órgãos públicos até efetivaram suas representações políticas como a FETAGRI e MST, questionando o modelo de desenvolvimento e de certa forma sendo reconhecido por ele, através do Estado como pequeno proprietário de um lote e acesso a certas políticas públicas. Uma afirmação de cidadania conquistada, e não consentida, com todas as contradições que o processo capitalista pode fomentar.

3.2. A luta pela terra: manutenção da violência

O relativo reconhecimento alcançado pelas organizações dos camponeses, não vai resultar no fim do processo de coerção pública e privada. A naturalização da violência, em seus variados aspectos permanece: escravidão, execução de dirigentes sindicais, massacres como o de Eldorado do Carajás em 1996, o recente de São Félix do Xingu em 2003 e a criminalização das ocupações de terras, além de ameaças de morte. A análise dos dirigentes é que as execuções ganham o caráter seletivo, conforme a importância do dirigente ou assessor, onde a preferência reside em executar militantes com maior capacidade de articulação e mobilização. Ainda hoje a tabela de preços e suas respectivas listas de

marcados para morrer permanecem e selecionam ainda vários religiosos alinhados à defesa da reforma agrária, meio ambiente e direitos humanos, entre eles Frei Henri dês Roziers, Pe. Edilberto Sena, José Boeing, Dom Erwin e Amaro de Sousa.

No massacre do Xingu oito pessoas foram mortas numa sexta feira, dia 12 de setembro de 2003, com tiros na cabeça na Fazenda Primavera, a 180 km de São Félix do Xingu, sul do Pará, distante 980 km da capital do Estado, Belém. Dos oito corpos, sete são de trabalhadores rurais, e o outro de um médio proprietário de terras. Trata-se de uma região conhecida como Terra do Meio, a última reserva de mogno do país, a nova fronteira de expansão.

A chacina resulta de tocaia realizada por pistoleiros quando as pessoas derrubavam a mata para a implantação de pasto. Os anos passam e a violência segue paralela aos variados empreendimentos. A chacina do Xingu ocorre às vésperas da realização do Tribunal Internacional de Crimes de Latifúndio no Pará, que se realizou entre os dias 27 a 30 de outubro de 2003, em Belém, Pará, como o similar ocorrido na década de 1980. O evento teve como objetivo chamar a atenção da opinião pública sobre a impunidade dos crimes ocorridos na disputa pela terra no Pará. A tabela abaixo demonstra a manutenção da coerção contra os camponeses.

TABELA 03- Ocupações de terras e a violência no sul e sudeste do Pará

ANO	OCUPAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE MORTOS	Nº DE PRESOS	TRABALHO ESCRAVO	AMEAÇAS DE MORTE	DESPEJO FAMÍLIAS
1996	29	3.902	34	45	674	12	-
1997	20	4.874	11	19	473	12	209
1998	34	4.200	10	34	254	14	211
1999	32	4.619	03	64	506	10	655
2000	19	2.097	04	0	334	14	630
2001	12	998	07	131	1.267	20	1.603
TOTAL	146	20.690	69	293	4651	82	3.308

FONTE: Relatório da Violência no Campo em 2001 – Comissão Pastoral da Terra (CPT) Marabá.

Nota-se nos dados da CPT, que, tendo como marco histórico o Massacre de Eldorado, ocorre um refluxo de assassinatos de camponeses na região. O que não significa

afirmar que houve redução da violência. A pressão nacional e internacional, ainda exercia uma certa vigilância contra os protagonistas diretos e indiretos da chacina.

Caso seja correta a inflexão que há uma redução com relação às execuções de dirigentes, a lista de marcados para morrer cresce. Em 1996 eram 12 os ameaçados, já em 2001 os registros da CPT contavam 20 pessoas nessa situação. Um crescimento de quase cem por cento. A tensão transparece ainda na lista de ameaçados de morte de 2006, que beira a casa dos 60, entre eles vários religiosos alinhados à luta camponesa.

TABELA 04- AMEAÇADOS DE MORTE EM 2001

Nº	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO
01	Raimundo Nonato Santos da Silva	Coordenação da FETAGRI,	São João do Araguaia
02	Manoel Monteiro	Coordenação da FETAGRI	Itupiranga
03	Sebastião Rodrigues de Castro	Dirigente da ocupação da Faz. Remanso / Talismã	Marabá
04	Sebastião Alves de Souza	Pres. STR de Marabá	Marabá
05	Antônio Gomes	STR de Marabá	Marabá
06	Ednaldo Campos Lima	Filho do dirigente José Pinheiro Lima (Dedé), morto com a esposa e filho.	Marabá
07	José Soares de Brito	Pres. Do STR	Rondon do Pará
08	José Cláudio Ribeiro da Silva	Dirigente sindical	Nova Ipixuna
09	Antonio Rodrigues da Silva	Pres. Do STR de Parauapebas	Parauapebas
10	Osino Silva Monteiro	STR do Parauapebas	Parauapebas
11	Eurival Martins Carvalho	Direção estadual do MST	Parauapebas
12	Vendeilson S. Carneiro	MST do Pará	Parauapebas
13	Ulisses Manaças Campos	Direção estadual do MST	Belém
14	Luiz Gonzaga Filho	Direção estadual do MST	Belém
15	Raimundo Nonato de Souza	Direção estadual do MST/PA	Castanhal
16	Carlos Cabral Pereira	Pres. Do STR de Rio Maria	Rio Maria
17	João Garcia de Oliveira	STR de Bannach	Bannach
18	Domingos Souza Lima	STR de Bannach	Bannach
19	Maria Canuto	Comitê Rio Maria	Rio Maria
20	Orlando Canuto	Vereador PC do B	Rio Maria

Fonte: Relatório da Violência no Campo (CPT), 2001.

Relatório de 2001 da CPT adverte sobre a banalização da situação de conflito e alerta sobre o agenciamento do crime de encomenda, onde a morte de um padre “radical” defensor de trabalhadores sem terra teria a morte avaliada em R\$20 mil reais, no caso de sindicalista, o preço seria de R\$10 mil reais. (Relatório da violência no campo-2001-CPT).

A coerção pública através do Judiciário e o aparato de repressão do estado ganha volume. Em 1997 dados da tabela indicam que 209 famílias foram despejadas pela ação da PM. No ano de 2001 a tabela indica que 1.603 famílias foram jogadas nas beiras de rodovias. O crescimento em relação ao número de despejados em 1996 (209) corresponde a 766%.

Detalhe a ser ressaltado é o número de famílias despejadas, superior ao número de famílias que ocuparam áreas. Desta forma, o Estado mantém a postura de repressão aos movimentos sociais. No total de 3.308 famílias foram despejadas ao longo de cinco anos (1997-2001), 15.9%, do total de famílias que ocuparam. Sendo que no ano de 1996, não há registro de despejo.

Nota-se ainda, como nos anos de 1980, a manutenção de trabalhadores em condições análogas à escravidão. No intervalo de cinco anos a CPT contabiliza 1.267 pessoas libertadas de fazendas. No mesmo intervalo de tempo 69 camponeses foram executados, o que dá um índice de 13,8 mortes por ano. Índice semelhante ao ocorrido entre 1985 a 1987. Verifica-se assim a manutenção do processo de coerção contra os camponeses.

Entre os anos de 2000 a 2003 (setembro), houve denúncia (na CPT) de cerca de 10.000 trabalhadores (9.906) em quase 300 fazendas do Pará (298), numa escala que foi crescendo de ano em ano: 16 denúncias e 334 trabalhadores em 2000, 24 casos e 1.355 trabalhadores em 2001, 117 casos e 4.333 trabalhadores em 2002 e, durante os primeiros 9 meses de 2003, 143 casos e 3.889 trabalhadores. Por si só o Pará acumulou, neste período de 2000 a 2003, 74% do total nacional de trabalhadores envolvidos em denúncias de trabalho escravo (13.331) (PLASSAT, 2006).

Uma análise dos 39 municípios paraenses com ocorrência de trabalho escravo nos últimos 3 anos revela que em 19 deles localizaram-se 85% das denúncias (239 fazendas denunciadas) e 93% dos trabalhadores denunciados como escravizados (8.629). São estes: Parauapebas, Canaã dos Carajás, Xinguara, Rio Maria, Redenção, Piçarra, Sapucaia, Santa Maria das Barreiras, Itupiranga, Água Azul do Norte, Bannach, Novo Repartimento, Curionópolis, Cumarú do Norte, Marabá, Dom Elizeu, Pacajá, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu (PLASSAT, 2006). Ressalta-se que todos os municípios integram as regiões sudeste e sul do Pará.

Os dados apontam que apesar da coerção pública e privada, as ocupações de terra são mantidas. Os seis anos tabelados indicam o total de 146 ocupações, tendo como contingente, 20.690 famílias. Tomando como ponto de partida o ano do Massacre, os dados da CPT sinalizam que entre os anos de 1996 a 1999, a região registra 115 ocupações, envolvendo 14.595 famílias. As ocupações do período representam 78.7%, enquanto o número de famílias totaliza 70.5%.

Por conta da intensificação de ocupações a esfera federal baixa uma série de medidas que vai ficar conhecida como o “Pacote Anti Reforma Agrária” onde vetava por anos a vistoria de áreas ocupadas. Medida que é mantida durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002/2006).

3.2.1 – **Violência: o recrudescimento em 2001**

O ano de 2001 é tratado pelos representantes de defesa dos direitos humanos, como um ano de recrudescimento da violência. 121 pessoas foram presas durante desocupações de latifúndios na região no primeiro semestre de 2001. O equivalente a 20% dos detidos em 1999 em todo o Brasil, 611, conforme dados da CPT nacional. Em Aurora do Pará,

latifúndio do senador Jader Barbalho, 37 pessoas foram para a cadeia de uma só vez, em 26 de junho de 2001. Outros 29 foram encarcerados no dia 05 de abril de 2001, em Eldorado dos Carajás. (Relatório da violência no campo - CPT - 2001). Como já citado quando tratamos da violência na década de 1980, o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida interpreta que a violência integra a dinâmica da modernização da região e tende o aspecto de naturalização. Os fatos que se registram no ano em questão ratificam o ponto de vista de pesquisador.

Sete pessoas foram executadas, sendo três de uma só vez e da mesma família. Caso do dirigente sindical José Pinheiro Lima, a esposa Cleonice e filho de 15 anos, Samuel. A chacina ocorreu no dia 09 de julho de 2001, no bairro de Morada Nova, Marabá. O mesmo se recuperava de uma malária. O dirigente coordenava 130 famílias que ocupavam há dois anos a fazenda São Raimundo, 130 km de Marabá. Na época da chacina, a fazenda já tinha sido vistoriada pelo INCRA e considerada improdutivo. Os fazendeiros João David de Melo, e outro conhecido por “Marruquinho”, são os principais suspeitos pelas mortes. O inquérito presidido pelo delegado Silvio Maués, que deveria ser concluído em 20 dias, passados oito meses após as execuções, não tinha sido concluído (Relatório da CPT de Marabá-2001).

TABELA 05- OCUPAÇÕES DE TERRAS REALIZADAS EM 2001

MUNICÍPIO	FAZENDA	ÁREA/HA	Nº DE FAMÍLIAS
Rondon do Pará	Eldorado	5.000	82
	Água Branca	4.000	80
Eldorado dos Carajás	Alvorada	2.000	40
	Chumbo e Sol Nascente	2.000	25
São João dos Araguaia	Cikel	3.000	200
Goianésia do Pará	Ideal	5.000	105
Abel Figueredo	Complexo dos Morais	9.000	280
Santa Maria das Barreiras	Bonfim	1.800	35

Rio Maria	Marajoara (D. Maria)	2.900	60
Rio Maria	Marajoara II (D. Vânia)	2.500	40
Rio Maria	Santa Helena	2.500	24
Redenção	Cocalina	1.281	28
TOTAL	12	40.981	998

Fonte: Relatório da Violência no Campo (CPT), 2001.

Estima-se em R\$ 100 a 120 mil reais, o custo com tropas de choque da Polícia Militar para despejo. Durante 90 dias uma equipe da DIOE, Polícia Civil, comandada pelo delegado José Alcântara Neves, percorreu os municípios de Aurora do Pará, Tailândia, São João do Araguaia e Água Azul do Norte, no cumprimento de 13 liminares de reintegração de posse, (Relatório da violência no campo- 2001 - CPT - Marabá).

TABELA 06

RELAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE ÁREAS OCUPADAS

MUNICÍPIO	FAZENDA	Nº DE FAMÍLIAS
São João do Araguaia	Ideal	250
Itupiranga	Hidroservice	280
São Domingos do Araguaia	Boa Sorte	32
Bannach	Bannach	118
Bannach	Serra Negra	70
Parauapebas	Santo Antônio	60
Parauapebas	Carajás	20
Marabá	Remanso e Talismã	40
Rio Maria	Rio Maria	60
Redenção	Cocalina	28
Goianésia	Cikel	105
Aurora do Pará	Chão de Estrelas	350
Castanhal	Josemar	200
TOTAL	13 desocupações	1.603

Fonte: Relatório da Violência no Campo (CPT), 2001.

A convivência policial, ou mesmo a associação com os adversários dos camponeses é outra ressalva do relatório. Em determinado trecho o relatório insere documento da Secretaria de Defesa do Estado que avalia o clima de tensão na região:

Embora legítima a luta pela por mudanças na distribuição de terras, é temerário e arriscado qualquer movimento nesse sentido que se faça ao arripio da lei, como aqueles em que estão envolvidos as pessoas ameaçadas. Sem dúvida, as invasões de terras têm como componente intrínseco a violência, na medida em que a cada ação cabe uma reação (Relatório da violência no campo – 2001 – CPT – Marabá)

-apud – Nota oficial da Secretaria Especial de Defesa Social-12 de julho de 2001).

A foto abaixo é bem ilustrativa sobre a sistemática ação repressiva do Estado em relação aos camponeses. A mesma registra a reintegração de posse da fazenda Cabaceiras, no município de Marabá, ocupada desde 1999 por trabalhadores rurais sem terra ligados ao MST. A fazenda é de “propriedade” da família Mutran. O “corredor polonês” da PM a que são submetidos os militantes da reforma agrária revela a ação do Estado na defesa da propriedade privada e a sua dimensão coercitiva.

Os sem terra seguem em fila indiana para montarem suas barracas de lonas pretas à beira da PA 150, que passa em frente da fazenda. Ocupar áreas consideradas improdutivas ou que cometeram o crime de manter trabalhadores em condições análogas à escravidão e violação das leis ambientais, próximas às rodovias tem sido uma estratégia do movimento, que tem no recrutamento de pessoas nas periferias das cidades uma das etapas da organização das ocupações.

A foto retirada por J. Sobrinho, na época ligado ao jornal Correio do Tocantins foi vendida para vários países, conforme informa o autor. A terra arrasada, os barracos precários, o capim, expressam, guardadas as medidas, o saldo do processo da colonização marcada pelos grandes projetos.

No mesmo período o MST denunciou a prisão de três militantes que passaram cerca de 30 dias detidos. São eles: o Sr. Eurival Martins (Totô), Maria dos Anjos Souza e o filho João Batista Souza. Eurival Martins percorreu as cadeias dos municípios de Parauapebas, Mãe do Rio, Paragominas e São Miguel do Guamá. O dirigente acusa ter sofrido tortura psicológica, onde teve revólveres apontados para a sua cabeça. Maria dos Anjos e o filho reclamam terem passado fome na cadeia, e ficarem dias sem saber o motivo da prisão. (O Liberal – 28.07.2001).

Ainda conforme o mesmo cenário de violência, ao mesmo tempo em que o fazendeiro Joãozinho, o principal suspeito de ordenar a execução José Pinheiro Lima (Dedé) era solto, uma tropa de choque da PM aportava em Marabá para efetuar a reintegração de posse de 15 áreas. Ademir Alfeu Federicci, o “Dema”, sindicalista no Município de Medicilândia, oeste do Pará, era assassinado dentro de sua própria casa. O assassinato do sindicalista ocorreu em sua residência no dia 25 agosto de 2001. Após lutar com o assassino, Dema foi morto com um tiro na boca em Altamira, cidade situada no oeste do Pará. Dema iniciou a militância nos anos 70 e era diretor da FETAGRI. Ele também presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia e entre 1996/2000, foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), (ALMEIDA, R, 2004, p. 58).



Foto: Desocupação da Fazenda Cabaceiras – 2003 - Marabá – ocupada pelo MST desde 1999- J.Sobrinho.

Uma das hipóteses da execução de Ademir Alfeu Federicci, 36, conhecido como “Dema”, coordenador do Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) são denúncias que ele vinha fazendo sobre a realidade do Xingu. Entre elas a grilagens de terras e o desvio de recursos da Superintendência de Desenvolvimento da

Amazônia (SUDAM), ou ainda a exploração ilegal de madeira, em particular o mogno, (PT), (ALMEIDA, R, 2004, p. 58).

Denúncias da CPT indicam que um expediente usado pelos fazendeiros tem sido a contratação de “empresas de segurança”. A Master, ironicamente a sigla de um embrião do MST, o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER, organizado no Rio Grande do Sul na década de 50, - e a GRA são duas delas. A Polícia Federal depois de denúncia na Comissão de Direitos Humanos -CDH -da Câmara Federal ficou de investigar as empresas, com vistas a saber se as mesmas possuem registros. Essa forma seria uma espécie de legalização da jagunçagem. (Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos –CDH- da Câmara Federal - 04 de outubro de 2001 - Marabá).

A coerção pública se expressa através das liminares de reintegração de posse e tropas policiais. Na gestão da coerção registram-se as “empresas de segurança”. No que tange à esfera nacional, o serviço de espionagem do Exército Brasileiro (EB) é descoberto em Marabá. O mesmo tinha como tarefa, monitorar as ações das entidades ligadas à reforma agrária, defesa dos direitos humanos e meio ambiente.

O Ministério Público abriu no início de julho inquérito para tentar localizar ossadas de pessoas mortas durante a Guerrilha do Araguaia. Foi o depoimento de um entrevistado que apontou a existência de um serviço de espionagem do exército em Marabá. Munidos de ordem judicial, a Polícia Federal e procuradores realizaram uma operação de busca e apreensão. Um lote de documentos, reservados do exército, foi descoberto por acaso (Folha de São Paulo²¹, 02 de agosto de 2001).

²¹ A reportagem da Folha de São Paulo praticamente durou todo o mês de agosto, foi realizada pelo jornalista Josias de Souza *persona non grata* do MST. O recrudescimento foi pauta de outros meios de comunicação do país, como o Jornal do Brasil, que fez inúmeras reportagens durante uma semana.

Os documentos encontrados revelam que o serviço de inteligência nutre especial interesse por entidades ecológicas de defesa dos direitos humanos e dedicadas à questão indígena, com atuações na Amazônia. A documentação revelada através do jornal Folha de São Paulo descreve que os papéis do Exército estão impregnados de uma linguagem ideológica, anticlerical, avessa aos partidos de oposição e às organizações a eles vinculadas, (Folha de São Paulo, 02 de agosto de 2001).

Antes de chegar até à mesa do chefe do Planalto, a documentação levantada, passa por uma triagem. “Operação Pescada”, assim foi batizada em 1998 uma operação especial só para investigar as ações do MST. No conjunto dos documentos publicizado pela reportagem da Folha de São Paulo, o MST é tratado como um dos alvos principais de ameaça à ordem pública. O conjunto das organizações é tratado como “força adversa. Passível de eliminação” (Folha de São Paulo, 02 de agosto de 2001).

Por conta dos antagonismos acirrados entre camponeses e fazendeiros, ação repressiva do estado contra os camponeses, a Comissão de Direitos Humanos (CDH), da Câmara Federal, realizou uma audiência pública em Marabá. Entre os presentes, Nelson Pellegrino, deputado federal (PT/BA), Socorro Gomes, deputada federal (PC do B/PA), João Batista “Babá”, deputado federal (PT/PA) hoje no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/PA); Percílio de Souza, representante da OAB e membro do Conselho de Direitos Humanos da Pessoa Humana (CDDPH). [...] Também acompanhavam os depoimentos, Elizete Cardoso, superintendente da Polícia Civil de Marabá, Tenente Melo, Roberto Teixeira representando o secretário de segurança Sette Câmara, Elaine Castelo Branco, coordenador do Ministério Público Estadual, além de representantes do Incra, do Ministério Público Federal, da Associação Brasileira de ONG’s (ABONG) e do Centro da Justiça Global.(ALMEIDA, R. 2006, p. 63).

O depoimento de um trabalhador rural de Marabá, sobre a ação da polícia é bem elucidativo: A ação repressiva com a destruição dos roçados inviabiliza a reprodução material do grupo, que regra geral nunca rever as perdas.

“No dia 18 de maio de 2001, o delegado Aquino, mais alguns fazendeiros, pistoleiros, sem mandado de segurança chegaram à fazenda Talismã/Remanso em Marabá para desocupar a área. Destruíram toda a plantação de milho, arroz, mandioca às vésperas da colheita. 50 famílias foram expulsas da fazenda, quatro prisões foram efetuadas. Foram presos eu meu pai e mais dois companheiros. A acusação é a de sempre, formação de quadrilha, que não admite fiança, esbulho possessório. Apesar da acusação de formação de quadrilha não admitir fiança, fomos soltos depois do pagamento de R\$ 400, 00. Hoje a área vem sendo destruída com a exploração das castanheiras”, (Depoimento de trabalhador à Comissão de Direitos Humanos - CDH-04 de outubro de 2001 - Marabá).

Os dados recentes organizados pela CPT indicam que [...] de 1971 a 2004, foram assassinados 772 camponeses e outros defensores de direitos humanos no Pará, sendo que a maioria dessas mortes (574 casos) foi registrada na região sul e sudeste do Estado. Na primeira metade do período mencionado (1971-1985) foram registrados 340 assassinatos em conflitos fundiários. Na segunda metade do período (1986-2004), foram vitimados 432 camponeses, demonstrando assim a persistência no tempo do padrão de violência existente no Pará. (CPT, 2005, p.33).

Examinando as duas décadas em foco, a violência permanece como um elemento no processo de luta pelas terras e os recursos naturais. Ao se investigar os diferentes momentos, eleva-se uma série de modificações nos cenários econômicos, políticos e sociais. Há uma reconfiguração do espaço que perpassa pela criação de novas unidades administrativas.

Há uma institucionalização do Estado em diferentes representações: IBAMA, Polícia Federal, INSS, Ministério Público. Por conta da demanda, criou-se uma superintendência regional do INCRA, no município de Marabá, que administra área

correspondente a 39 municípios da região. A antes estatizada CVRD, hoje tem o status de empresa privada.

Uma série de organizações de apoio aos camponeses consta na década de 1980, ao quase findar da década de 1990, nota-se pela alteração dessa mediação, o que sinaliza, num horizonte emancipação política, como desejavam as CEB's em sua ação de formação. Traduzida em parte pela formatação de uma versão regionalizada da FETAGRI, o surgimento do MST, bem como o refluxo de mediadores como o CEPASP, FASE, MEB, CEB's.

As formas de luta dos camponeses ganham outros rumos e novas demandas, que implica na definição de outras estratégias e novos parceiros. Como trataremos no próximo item. Para efeito de síntese no sentido de visualizar as modificações ocorridas entre os períodos investigados esboçamos o quadro abaixo.

TABELA 07 -QUADRO ANALÍTICO SINTESE DO CONTEXTO HISTÓRICO

PERÍODO	
1980	2000
Estado autoritário	Estado democrático
Liberalismo	Neoliberalismo
CVRD Pública	CVRD Privatizada
Área de Segurança Nacional	Transferência de terras do Estado para a União
Programa Grande Carajás	Avança Brasil
Mesorregião (06 municípios)	Reconfiguração da Mesorregião (39 municípios)
GETAT/ INCRA	SR-27/INCRA
Posseiro	Diversidade (assentado, ocupante, agricultor familiar, etc)
Ocupação	Projeto de Assentamento – PA's
UDR	STR patronal
Aguda violência	Massacre dos Carajás-
STR's e DS's	Regional FETAGRI (cooperativas e associações)
Modesta representação política (posseiros)	Maior representação política (sindicalistas)
Igreja e assessoria política	Assistência técnica (LUMIAR e ATER)
Ausência de política de crédito	PROCERA e PRONAF
Militarismo (GETAT, GEBAM)	Criminalização da luta pela terra
Programa CAT (UFPA e STR's)	Emancipação camponesa (FETAGRI, MST, MAB, FECAP).
Coerção pública / privada	Coerção pública / privada

Organizada por Rogério Almeida-2006.

O quadro resumo ajuda a visualizar uma série de transformações ocorridas ao longo dos últimos vinte anos. Tendo como referência a doutrina de segurança nacional, o estado autoritário integrou a região ao resto do país através de pólos produtivos (madeira, pecuária, siderurgia, energia e mineração), tendo como eixo uma política de renúncia fiscal.

A iniciativa privada tendo o Estado como indutor concentrou grandes extensões de terras. A ocupação de terras por camponeses e a presença dos grandes projetos dimensionaram a terra dos castanhais, no momento marcado pela militarização da questão agrária: GETAT e GEBAM.

Se a UDR representa o patronato rural, o posseiro tinha nas delegacias sindicais e sindicatos suas referências de classe. O universo político tinha vários mediadores: Igreja, universidades, partidos políticos, numa realidade marcada pela adversidade pública e privada, com uma representação política tênue e desprovidos de políticas de crédito.

O desdobramento de seis municípios para trinta e nove, consta entre os desdobramentos dos grandes projetos. Se no Programam Grande Carajás eram os pólos de produção o diapasão da dinâmica econômica, nos dias recentes tendo como horizonte o neoliberalismo, eixos de integração regional que visa a facilitação de circulação de mercadoria no continente é a referência do planejamento.

Se numa perspectiva o campesinato efetivou suas representações regionais (FETAGRI e MST), o posseiro foi reconhecido como assentado da reforma agrária, tem-se a criação da SR-27, políticas de crédito, assistência técnica, e os militantes possuem uma maior representação política, econômica e social, não se obtido êxito em interferir nas

macros políticas, que em linhas gerais prosseguem nos moldes coloniais, exploração dos recursos primários da região.

O Estado ao mesmo tempo em que reconhece e legitima a luta pela terra criminaliza e mantém a coerção, como o Massacre de Eldorado e as recorrentes ações de reintegração de posse. Não se nota uma ação integrada nas diferentes dimensões do poder público voltada para a pequena produção rural.

3.3- Novos atores sociais: INCRA, FETAGRI, MST. COOPSERVIÇOS e o FERA

A elevação do posto avançado do INCRA²² ao *status* de uma superintendência regional é uma das respostas do Estado ao Massacre de Eldorado dos Carajás. Seguindo uma lógica de ações reativas ante as tragédias que continuam a ocorrer na Amazônia, como no recente assassinato da missionária estadunidense, Dorothy Stang, morta no dia 12 de fevereiro de 2005, nove anos depois do caso de Carajás.

O INCRA nasce após um período conhecido como imobilismo, com a modesta criação de projetos de assentamentos nos anos de 1987 e 1988. É a partir de ano de 1996 a 1999, que ocorre o reconhecimento de várias áreas ocupadas como projetos de assentamento. Necessariamente, a efetivação da SR-27, não significou a democratização do acesso do camponês à informação, linhas de crédito, saúde, educação.

Seguindo uma perspectiva militarizada, herança do GETAT, o governo federal empossa como primeiro superintendente, um militar da reserva do EB, o senhor Petrus Emile Abi-Abib, originário do Rio Grande do Sul. A gestão é marcada por falta de transparência no processo de definição do Programa Operacional (PO),²³ corrupção e

²² No Pará o INCRA possui três superintendências regionais. Uma com sede em Belém, uma em Santarém, e a de Marabá. A SR -27 tem 231 funcionários. É subdividida com postos avançados em Tucuruí, São Geraldo do Araguaia, São Félix do Xingu e Conceição do Araguaia.

²³ É no PO que são definidas todas as ações da SR - 27, com seus respectivos prazos e calendário de desembolso.

beneficiamento a políticos e prefeituras da região, além de morosidade no processo de desapropriação de áreas ocupadas. (Documento de Circulação Interna do movimento social camponês - 20 de outubro de 1997 - Marabá - Pará).

O mesmo documento protesta contra o processo de redução dos módulos rurais, além de criticar a tentativa de instalação de condomínios rurais:

“Na década de 70 o módulo na região era de 100 ha., nos anos 80 diminuiu para 50 ha., e hoje o atual superintendente impôs o módulo de apenas 25 ha., sem discussão com os trabalhadores. Além disso, quer implantar nos novos assentamentos o modelo de condomínio rural com título coletivo para os agricultores. Por outro lado, se nega a retirar os não clientes da Reforma Agrária que concentram centenas de hectares nos projetos de assentamentos e impõe dificuldades para mexer no tamanho da grande propriedade ou em desapropriar latifúndios improdutivos”. (Documento de Circulação Interna, datado de 20 de outubro de 1997).

As críticas contra direção de Petrus Emile seguem em outra parte do documento, onde:

Inúmeros acordos negociados com o ministro nas duas vezes em que esteve em Marabá e com a própria superintendência do INCRA não tem sido cumprido, como a Criação de um Conselho Regional de Reforma Agrária, vistorias, desapropriação, infra-estrutura nos projetos de assentamento, etc”. (Documento de Circulação Interna, datado de 20 de outubro de 1997).

Tais descontentamentos vão resultar na organização pela FETAGRI, MST, CPT, e outras instituições, em mobilização em todos os municípios nos projetos de assentamento e ocupações, que vai redundar num grande acampamento dos camponeses no pátio do INCRA de Marabá, como veremos adiante.

Com a criação das versões regionais de suas representações, e ações massivas com vistas a pressionar o Estado para a transparência de sua agenda de trabalho, no caso em debate, o INCRA, os camponeses organizados em suas entidades conseguiram influenciar no processo de definição do programa operacional da SR-27 (acampamentos, pressão coletiva, denúncias e o diálogo). Foi também sob pressão que conseguiram a exoneração de dois superintendentes da SR-27: Petrus Victor e Hugo da Paixão. A exoneração dos

diretores da SR-27 deve ser pontuada como uma vitória na relação de poder entre camponeses e o Estado. Uma dimensão do processo de reconhecimento da categoria, que ao longo dos anos ocupou terras, realizou acampamentos, organizou gritos da terra, tribunais simbólicos e projetou as suas demandas além das cercanias amazônicas firmando associações com pessoas e instituições nacionais e internacionais.

3.3.1 – A FETAGRI Sudeste do Pará

A FETAGRI regional sudeste surgiu em fevereiro de 1996, dois meses antes do Massacre de Eldorado, resultado de uma discussão que data de 1987, segundo Leroy (2000), através da iniciativa do dirigente Almir Ferreira Barros. Por conta de a região sudeste ser a principal demanda do Estado na disputa pela terra. A discussão para a regionalização vinha sendo ponto de pauta dos congressos estaduais da entidade.

Francisco D'Assis Soledade, trabalhador rural, primeiro presidente da regional da FETAGRI, atual ex-vice-prefeito em São Domingos do Araguaia (PMDB/ PT), candidato a deputado estadual nas eleições de 2002, recorda que antes da criação da regional dirigentes e assessores debateram a questão durante o ano de 1995. D'Assis resgata que antes o que havia era uma espécie de delegacia sindical da FETAGRI. Atanagildo de Deus Matos (Gatão), ex-diretor do Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNPT) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Manoel Monteiro, Maria de Jesus, Chico da Cib, ex- vice-presidente da FETAGRI regional, hoje adversário da mesma, foram os dirigentes sindicais que coordenavam a luta.

Os anos foram marcados pelo Grito da Terra e Gritos da Amazônia. A região comparecia em Belém com uma boa representação em números de trabalhadores rurais. No entanto não havia uma articulação política. D'Assis reflete que:

“Passamos o ano de 1995 debatendo, em 1996 criamos a FETAGRI. Aí indicamos um representante de nossa região para a Estadual. Antes já havia o debate de regionalização da FETAGRI na esfera estadual, fruto dos congressos. Era um indicativo que partiu daqui. Estamos no auge dos Gritos da Terra Brasil, Gritos da Amazônia. A gente sempre articulava muita gente para participar em Belém, e não estava articulado para participar politicamente. A gente era mais um nas manifestações.”

Raimundo Nonato Santos da Silva (Nonatinho), ex-dirigente da FETAGRI, assevera que:

“Avalio que dois fatos contribuíram para a formação da FETAGRI regional. Primeiro a ausência da atuação da estrutura estadual da FETAGRI na região, em função da distância geográfica, e a diferença da realidade do sudeste do Pará com a realidade da capital. Aqui no sudeste a principal bandeira de luta é pela reforma agrária. Uma luta árdua que é diferente do entorno de Belém, que é a luta por uma política agrícola (crédito, financiamento). O sudeste é o palco do conflito, a luta pela terra. O segundo aspecto é a dinâmica regional do conjunto dos sindicatos, que vinha se articulando para que se tivesse uma estrutura regional. A lógica era a realidade, os problemas comuns entre os municípios da região, e o responsável era um só.”

Adiante “Nonatinho” recorda que:

“A idéia era que a gente tivesse mais força. A gente tinha essa experiência através da FATA, via CAT, que se consolidou ainda mais com a criação da FETAGRI regional em fevereiro de 1996, para o enfrentamento com os governos federal e estadual. Antes já havia saído em Congressos estaduais da FETAGRI a proposta de regionalização. Lembro que em 1993 houve uma tentativa de criação da regional sudeste do Almir Ferreira Barros que era da estadual da FETAGRI. A FATA foi o espaço muito importante através dos sindicatos de Itupiranga, Nova Ipixuna, São Domingos do Araguaia, Marabá, São João do Araguaia e Jacundá. Esses são os sindicatos que animaram a formação da FETAGRI, que já vinham da experiência da FATA”.

A FETAGRI sempre existiu aqui na região, mas centralizada em Belém. Em 1995 decidimos pela decisão da regional da FETAGRI. A organização da regional se deu em fevereiro de 1996. A iniciativa é dos sindicatos. A FATA não respondia pelas necessidades dos sindicatos. A FATA não foi criada para representar os sindicatos. Como ficam seis sindicatos numa ilha? A criação da FETAGRI foi um grande debate que envolveu a própria FATA, CNS, FASE, CEPASP, CPT, (entrevista de dirigente da FETAGRI - Marabá).

Quando o dirigente reflete sobre a FATA e a representação sindical, está se referindo que no momento de criação da FETAGRI sudeste, em 1996, já existiam 17

STR's, e a FATA aglutinava somente seis, a esse aspecto ele chama de “ilha”, onde os demais sindicatos não integravam a FATA.

3.3.2 – O MST no sudeste do Pará

Uma das ações da agenda do MST é o processo de organização em escala nacional, expandir a luta pela reforma agrária em todos os estados da União. Nos estudos de Bernardo Mançano esse é um dos pontos ressaltados, o geógrafo indica três etapas do processo de territorialização camponesa: ocupação, acampamento e PA. As dimensões físicas amazônicas sempre configuram um obstáculo nesse sentido. Na Amazônia o movimento conseguiu se estabelecer no Maranhão, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso e Pará.

No Pará a inserção do movimento é maior no sudeste, onde possui mais assentamentos²⁴ e ocupações. O MST tem assentamentos na região metropolitana de Belém, Mártires de Abril, na Ilha de Mosqueiro, e no município de Castanhal, assentamento João Batista.

Os dados aqui apresentados foram levantados a partir da página na rede mundial de computadores do movimento popular: www.bicopapagaio.hpg.com.br no link destinado ao MST. Os dados foram organizados pela Secretaria Estadual do MST Pará. Outra fonte foi através de entrevista realizada com a dirigente estadual, Isabel Rodrigues, militante do MST de Marabá.

²⁴ São áreas indicadas sob a coordenação do MST: Palmares I e II, município de Parauapebas, 1º de Março, município de São João do Araguaia, acampamento Salvador Alende, município de Breu Branco; acampamento 26 de Março (ocupação da fazenda Cabaceiras - desde 1999), município de Marabá, acampamento Lourival Santana (ocupação da fazenda Peruano), município de Eldorado dos Carajás. As duas últimas fazendas citadas estão em nome da família Mutran.

A ação do MST no Pará tem início no ano de 1989, com militantes do MST oriundos dos estados do Maranhão, Ceará, Goiás e Pernambuco. Sindicatos de trabalhadores rurais ligados a CPT colaboraram no processo de implantação do movimento no Estado. Justo quando o imobilismo marca o processo de desapropriação.

A primeira ocupação do MST no Pará se dá no dia 10 de janeiro de 1990 no município de Conceição do Araguaia, no sudeste do Pará. Cem famílias ocuparam uma área da fazenda Ingá. Os dados organizados pelo MST indicam que a outra parte da área de quinze mil hectares, estava ocupada por posseiros, que vinham enfrentando jagunços e resistindo na terra.

Iniciava-se assim, as ações do MST no Pará: sem-terra lutando junto com posseiros. No mesmo ano, no mês de julho, 150 famílias ocupam a Fazenda Canarana, também no Município de Conceição do Araguaia. No final do ano de 1990, o MST inicia o trabalho de base na microrregião de Marabá.

Com o apoio da CPT intensificaram os trabalhos de base na microrregião de Marabá. Depois de sete meses de reuniões nas comunidades, mobilizaram em torno de três mil famílias e decidiram organizar uma ocupação massiva.

Conforme a dirigente e os dados da página na internet, denunciam que:

Nesse tempo, as lideranças foram seguidas pela Polícia Federal e o telefone da secretaria do MST foi grampeado. Em meados de junho de 1991, as Polícias Civil, Militar e Federal fecharam todas as saídas da cidade de Marabá para impedir a ação dos sem-terra. No dia 17, cercaram a quadra onde estava localizada a secretaria e prenderam sete lideranças, acusando-as de serem guerrilheiros e de promoverem invasões de terras em série na região.

Por conta da situação repressiva as ações só irão ser retomadas um ano e meio depois, em julho de 1992 quando 540 famílias ocupam a fazenda Rio Branco no município de Parauapebas, área de 22 mil hectares. A ação foi marcada pela coerção da PM e jagunços. Antes mesmo de a última família adentrar a área, as primeiras já estavam sendo

retiradas da fazenda. O grupo segue para a prefeitura de Parauapebas, onde reivindicam transporte para seguirem para o INCRA de Marabá.

Na cidade de Marabá inicia um acampamento que dura cinco meses com sucessivas negociações em Belém e Brasília. Em dezembro as famílias reocupam a fazenda e o INCRA adquire 12 mil hectares para assentar 250 famílias, daí surge o PA Rio Branco.

Como a formação política é uma matriz do movimento, o ano de 1993 foi marcado por essa ação de formação e organização de núcleos e da secretaria estadual. A retomada de ocupações ocorre no ano em julho de 1994. Após a realização do encontro estadual o movimento ocupa uma área do Cinturão Verde da CVRD, com duas mil e quinhentas famílias, de onde são expulsos três dias depois da ocupação. Uma vez mais a história se repete. Seguem para a Prefeitura de Parauapebas, e em seguida para Marabá, onde são impedidos pela PM de acessarem o INCRA.

Sem sucesso resolvem retornar para Parauapebas, onde realizam um ato contra a CVRD. Em 1995 ocupam a outra parte da fazenda Rio Branco. Depois de quinze meses de empreitada entre idas e vindas a Belém e Brasília e várias manifestações é criado o PA Palmares, uma referência ao líder negro Zumbi, conhecido quilombo do Brasil, Palmares, localizado na Serra da Barriga, Alagoas, durante o período colonial brasileiro. Quando da entrega dos lotes por Francisco Graziano, então presidente do INCRA no dia 05 de novembro de 1995, o MST já reivindicava a desapropriação da Fazenda Macaxeira, que vai desaguar no Massacre de Eldorado.

A Delegacia de Conflitos Fundiários é criada no mês de agosto de 1995 pelo governo do Estado. Na avaliação do MST uma resposta do Estado às reivindicações dos

ruralistas da região. Uma forma de se criar um aparato de estado para se monitorar e reprimir de uma forma mais sistemática as ações do movimento.

Entre novembro de 1995 e março de 1996, 1.500 famílias montam acampamento no Centro de Orientação e Formação Agropastoril de Curionópolis, aguardando o resultado da vistoria da Macaxeira. No laudo de avaliação "técnica", o latifúndio foi classificado como produtivo. Os sem-terra ocuparam a Macaxeira²⁵ e organizaram a resistência contra os jagunços e a Polícia. Iniciaram o processo de negociação com o INCRA, que propôs assentá-los em uma área de cento e cinquenta mil hectares, na região de Tucuruí. Os sem-terra não concordaram. Muitas famílias haviam enfrentado problemas com malária naquela região.

As ações do MST seguem no Estado, seja na formação política de seus militantes, seja nas organizações de escolas, cooperativas, ou com a organização do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio no Pará, organizado entre 27 a 30 de outubro de 2003, uma estratégia de promoção de visibilidade sobre a impunidade das mortes de dirigentes do movimento, como o Massacre de Eldorado, e outros ocorridos na década de 80.

Um ato relevante na ação do MST foi a ocupação da fazenda Cabaceiras, que teria como proprietário Evandro Mutran, ocupada desde o dia 26 de março de 1999, quando do primeiro aniversário de morte de dois dirigentes do movimento Onalício Araújo Barros, o “Fusquinha” e Valentim Serra, “Doutor”, assassinados por pistoleiros da Fazenda Goiás, no Município de Parauapebas.

²⁵ O assentamento 17 de Abril completou este ano 10 anos de existência, oriundo a partir da desapropriação da fazenda Macaxeira após a chacina. É ação da mobilização para a ocupação de terras, o ponto áureo do trabalho coletivo do movimento. Com a efetivação dos assentamentos a coordenação se torna uma questão delicada. Assim esclarece a publicação, Rompendo a cerca: a História do MST, autoria de Sue Brandford e Jan Rocha, editora Casa Amarela, 2004.

A fazenda rebatizada de acampamento “26 de Março” tem sido palco de constantes ações da PM para desocupação. Mary Alegretti, na época, coordenadora da Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, chegou a visitar a área para a implantação de projeto de assentamento agro-extrativista. Madeireiros têm feito incursões para retirada de madeira. Matérias publicadas na imprensa depois de denúncias do MST atestam a presença de cemitério clandestino na fazenda. Em outubro de 2004 o INCRA desapropriou a área, Evandro Mutran recorreu à Justiça. Até o instante não há resultado sobre o recurso.

Como já referido, a formação política é elemento na agenda do movimento, ora se desenvolve através de cursos intensivos, ora na organização de ocupações e acampamentos. E mesmo na efetivação de cursos superiores em modelo diferenciado. Nesse sentido Agronomia e Pedagogia são os dois cursos que o MST desenvolve no Pará e consta que pleiteia uma turma de Letras. Dirigentes da FETAGRI e coordenadores da CPT concordam que a metodologia de ação do MST ajudou no processo de enfrentamento com o conjunto de opositores aos alinhados na defesa da reforma agrária.

Com sede na Universidade Federal do Pará, Belém, a turma de Pedagogia teve início em 2001 e encerramento em 2005. MST, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Universidade Federal do Pará (UFPA) são os coordenadores. Os cursos integram o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A coordenação é da regional do MST da Amazônia, 43 alunos integram essa primeira turma. São provenientes do Pará, Maranhão e Tocantins. Há quatro alunos dos Estados do Ceará e Piauí, dois de cada Estado.

A primeira turma de agronomia teve início em 2004. Os alunos são provenientes do Pará, Maranhão e Tocantins, num total de 42 alunos. A sede do curso é em Marabá. A organização segue a matriz do curso de Pedagogia. Dividido em 19 etapas, o objetivo do

curso é trabalhar a profissionalização de militantes que já atuam no setor de produção do movimento. São 10 dedicadas ao estudo na UFPA e nove nos trabalhos de base, para que se possibilite a troca e aplicação da experiência adquirida.

Há turmas ainda em nível médio, três estão funcionando no sul do Pará direcionadas para a formação de técnicos em pecuária e agrícola. As turmas estão distribuídas nos projetos de assentamentos 17 de Abril, município de Eldorado do Carajás, 1º de Março, município de São João do Araguaia, e Projeto de Assentamento Palmares, município de Parauapebas. Reúne homens e mulheres de vários projetos de assentamento do Pará.

Ainda como parte de seu planejamento o movimento mantém através de seus núcleos regionais cursos de formação política. Com auxílio de facilitadores os militantes repassam clássicos como Caio Prado Jr., Darci Ribeiro, Sérgio B. de Holanda, Nelson Werneck Sodré, histórias de luta pela terra.

3.3.3 – Coopserviços - uma prestadora de serviço regional

A necessidade de se criar a Coopserviços surge no debate do Fórum de Entidades Pela Reforma Agrária (FERA), gerado durante o acampamento de trabalhadores rurais no INCRA em Marabá no ano de 1997. O FERA dura com vida relativamente ativa uns três anos. A cooperativa foi composta no início por técnicos oriundos do extinto projeto de assistência técnica Lumiar, antes ligados ao CEPASP, três equipes que assistiam aos PA's Gameleira, São Francisco, Veneza e Paulo Fonteles, uma média de 17 pessoas além de um técnico da CPT. Hoje há técnicos oriundos de Minas Gerais, São Paulo e Ceará, recrutados após processo de seleção.

Segundo dados disponibilizados na página na rede de computadores o principal objetivo da Cooperativa “é a prestação de serviços de assessoria a instituições afins, coleta de dados, planejamento e assessoria técnica para agricultores e agricultoras familiares e suas organizações”. A execução destes serviços é feita com base no “desenvolvimento sustentável” em parceria com entidades de apoio da agricultura familiar, sob o ponto de vista econômico, ambiental, organizacional e social das famílias atendidas.

A Cooperativa atua em 13 municípios da região sudeste do Pará mediante assessoria sindical e intervenção técnica e atende 71 Projetos de Assentamentos, que agrupam 3.738 mil famílias. Com ligação umbilical com a FETAGRI a cooperativa tem sido a principal âncora dos projetos da política de reforma agrária da região. Programas como o SIPRA, PDA, PRONAF são desenvolvidos pela instituição, que tem a sempre o seu cronograma de atividades suspenso conforme o desembolso desses projetos junto ao INCRA.

Ainda conforme os dados colhidos na página na rede mundial de computadores, consta que a cooperativa assessora um trabalho técnico/pedagógico na FATA e EFA - para proporcionar uma aprendizagem prática sobre as atividades agropecuárias/agro ecológicas. Também tem o objetivo de reproduzir animais para suprir as demandas do crédito PRONAF, auto-sustentação da FATA/ EFA, bem como material de estudo visando a obtenção de índices técnicos voltados para a realidade da agricultura familiar.

Para a realização das atividades mencionadas a cooperativa firmou convênio com o LASAT, para assessorar os trabalhos durante a vigência do convênio entre Coopserviços e INCRA. A instituição tem a sua sede em Marabá, conta com auditório, telefones e acesso a internet. Na infra-estrutura podem ser encontrados 10 computadores, três caminhonetes 4X4, um uno e 08 motos. A Coopserviços atualmente tem 80 técnicos no quadro, onde 20

possuem formação de nível médio e 60 de nível superior, distribuídos em escritórios nos municípios de Piçarra, Nova Ipixuna, Eldorado dos Carajás, Comunidade de Quatro Bocas (Marabá), São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Itupiranga e Jacundá. São agrônomos, zootecnista e técnicos agrícolas, sendo que estes últimos representam a maioria do quadro. Cada coordenador de equipe possui um *note book*.

3.3.4- Acampamentos em Marabá - Ações coletivas

Até o ano de 1997 os clientes da reforma agrária não conheciam o volume de recursos da SR-27, muito menos como eram aplicados. A falta de transparência da superintendência motivou a realização de um acampamento no pátio da SR-27. A ação coletiva emerge de um processo de luta desencadeado a partir de 1997, tendo como epicentro a cidade de Marabá, sudeste do Pará. FETAGRI, MST apoiados pela CPT e outras organizações populares são os atores sociais que conduzem o acampamento. No mesmo ano que o MST anima a Marcha Nacional Pela Terra, Emprego e Justiça rumo a Brasília, um ano após o Massacre de Eldorado do Carajás (17 de abril de 1996). A escolha pela cidade se reflete por ser a referência econômica e política da região e sediar uma superintendência regional do INCRA, bancos, meios de comunicação, além de várias instituições federais (BASA, IBAMA, POLÍCIA FEDERAL, MINISTÉRIO PÚBLICO e INSS).

Erguido inicialmente sem o consenso da FETAGRI regional sudeste e FETAGRI estadual, o acampamento vai se configurar como um dos principais instrumentos da história recente da luta pela reforma agrária da região. As ações vão se seguir até 2003. Um dos motivos da ausência de consenso recai sobre a data de início dos acampamentos, geralmente o primeiro semestre do ano, quando se define o Programa Operacional (PO) do

INCRA, não se coaduna com as datas de ação de massa, como o Grito da Terra, organizado pela CONTAG.

Os acampamentos de Marabá ocorrem nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001, anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, período de avanço da política neoliberal. A ação de massa ficou conhecida como grande acampamento, 10 mil pessoas constam nos cadastros dos organizadores em cada ato.

Em 2003 estando na presidência da República do Brasil um representante dos setores populares, Luís Inácio Lula da Silva, os atores organizados na FETAGRI e MST, com o apoio da CPT continuam a ação de massa, já sem aglutinar o número de pessoas dos acampamentos anteriores, apenas três mil participantes. Tinha-se a expectativa do atendimento imediato da agenda de reivindicações das entidades de base dos trabalhadores.

É rico o contexto político, econômico e social em que a ação de trabalhadores rurais sem terra, assentados pela política de reforma agrária se desenvolve. Trata-se de um período de avanço das políticas neoliberais, encarnada com a privatização da CVRD em 1997, reagendamento de grandes projetos para a região dentro do PPA, que não se coaduna com as demandas dos setores populares do sudeste do Pará.

A realização dos grandes acampamentos²⁶ como ação de massa e pressão política do campo popular, sugere a redefinição espacial da estrutura agrária da região. Dois anos antes do primeiro acampamento em 1995, o INCRA, agora com status de uma regional, registrava o número de 64 PA's, já em 1999 contabilizava 266 PA's (ver tabela no próximo capítulo).

²⁶ A categoria surgiu a partir da ação coletiva por conta da participação dos camponeses, estimada em 10 mil pessoas.

Alguns fatos podem ser cogitados para se explicar a questão. No primeiro sugere-se a luta histórica dos posseiros pela conquista da terra. Como levantado nos depoimentos dos dirigentes e assessores, havia área antes da legalização com mais de dez anos de ocupação. Portanto toda uma demanda reprimida no sentido de se homologar a criação dos PA's.

O segundo momento vale recordar sucessivas denúncias de corrupção nos processos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária pelas entidades que encabeçam o movimento na região - FETAGRI, MST e CPT. Há dois processos denunciados durante a direção do senhor Vítor Hugo da Paixão à frente do INCRA que podem servir como exemplo.

Temos assim um elenco de elementos que sinalizam no sentido da territorialização do campesinato no sudeste do Pará. Entre eles a caminhada no sentido de organizações de instituições representativas da categoria, como a FETAGRI e o MST. Um elemento é a criação de turmas de curso superior direcionadas aos camponeses. Bem como a criação de prestadores de serviços cujo diálogo e associação política passam pela FETAGRI e o MST. No repertório de elementos cumpre sublinhar as ações coletivas massivas na sede do INCRA de Marabá, que redundaram na exoneração de dois superintendentes da SR- 27.

E o que é mais visível, o reconhecimento da luta, com a criação de significativo números de PA's na região, a colocando como a de maior concentração do país. Se no sentido ocorre o reconhecimento por parte do Estado, via a criação de PA's e efetivação de acesso ao crédito, numa outra perspectiva a luta camponesa não conseguiu arrefecer a coerção pública e privada.

Os números que indicam a impunidade revelam incapacidade de agendar tal demanda na agenda política do Estado. O Grito da Terra organizado pela FETAGRI

estadual no ano de 2006 pontua a questão e tenta através de articulações internacionais pressionar os órgãos responsáveis. Aqui os reveses continuam sendo mantidos e as mortes no campo naturalizadas.

4-Terra conquistada - A territorialização do campesinato no sudeste do Pará

Sob que dimensão (ões) pode-se analisar o processo de territorialização do campesinato no sudeste paraense? A princípio pelo menos duas devem salientadas. A primeira tem relação com a reestruturação do papel do Estado. Medida exigida pelas novas dinâmicas da economia mundial e seus agentes, em particular o Banco Mundial. Isso se explica pelo fato da política de reforma agrária obedecer às orientações do Banco. Já a segunda diz respeito ao processo histórico acumulado de luta pela terra na fronteira, como tratado no capítulo anterior.

É durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), na presidência da República do Brasil que se registra o reconhecimento em grande escala de áreas ocupadas por trabalhadores sem terra, como áreas de projetos de assentamento. Concorreram para a ação reativa do Estado as chacinas de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás.

A efetivação de tais áreas como de assentamentos rurais tem relação tanto pela pressão exercida pelos movimentos sociais, quanto aos ajustes agendados pelo Banco Mundial no setor agrário na América Latina, Ásia e África, cujo princípio reside em dinamizar o mercado de terras.

É sob tal orientação que ocorre a política de reforma agrária no período de Fernando Henrique Cardoso, que ficou conhecida como Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) ou o Novo Mundo Rural. Conforme orientação do Banco Mundial, caberia ao Estado o papel de organizar a base técnica, que pudesse servir de suporte de definição de uso do território.

Diniz (1999, p.21) considera que o contexto nacional configura o esgotamento simultâneo de um dado modelo de desenvolvimento econômico, de seus parâmetros ideológicos e do tipo de intervenção estatal responsável por sua implementação, dentro de um quadro mais geral de reestruturação da ordem política. Desta forma, a nova agenda inclui, entre seus objetivos prioritários, além da estabilização econômica e da reinserção internacional, a institucionalização da democracia.

O papel do Estado no MRAM seria: definir as “regras do jogo”, e os marcos normativos mais amplos, a fim de estimular a oferta de terras no mercado; b) construir uma estrutura de administração de terras descentralizada, de modo a prover melhores condições para as transações de mercado; c) fornecer crédito subsidiado para a compra de terra a beneficiários auto-selecionados; d) prover capacitação, quando necessário; e) quando os próprios beneficiários não pudessem fazê-lo (PEREIRA, 2004, p. 92 e 93).

O debate e disputa sobre a questão agrária no Brasil tem assim dois agentes ao centro: o Estado como agente regulador e um atuante movimento camponês. É nesse contexto que se desenvolve a territorialização camponesa no Brasil. Em certa medida creditada a organização do MST em escala nacional. É através dele e outras organizações ligadas à luta no campo que se dá o reagendamento do debate sobre reforma agrária no país. Vale sublinhar que é no contexto do MRAM que emerge a categoria agricultura familiar, alinhada ao paradigma do capitalismo agrário¹, uma forma de legitimar a inserção subordinada do camponês ao mercado.

Com base em Pereira (2004), Fernandes (2006), Navarro (s/d), Leite e Medeiros (s/d), analisaremos o processo de territorialização camponesa que se desenvolve no sudeste

¹ Ricardo Abramovay (1992) e Xico Graziano são referências do paradigma. Em linhas gerais, para o paradigma não há sentido em realizar a reforma agrária. Posto a eficiência do modelo do agronegócio, baseado em monoculturas e aporte tecnológico.

paraense, tendo como corte histórico o início da década de 1960, quando ainda se registra a mediação de entidades confessionais, partidos políticos e ONG's. Com o decorrer dos anos a presença camponesa se consolidada na experiência dos sindicatos dos trabalhadores rurais, fruto de associações com mediadores, como parcela da Igreja Católica militante, bem como a experiência com o CAT, e o desdobramento da fundação de uma FETAGRI em versão regional, além do nascimento do MST e outras formas de representação. É nesta seção que tentaremos analisar os dados do INCRA sobre os projetos de assentamentos.

4.1 - Pequena inflexão sobre a política de reforma agrária do Banco Mundial

Uma política compensatória no sentido de aliviar as medidas desencadeadas pelas reformas estruturais. Assim foi implantada a política de reforma agrária nos últimos anos da década de 1990, impulsionada tanto pelas ações de ocupações de terras pelos movimentos sociais, quanto às exigências da agência multilateral, Banco Mundial. A partir de tal cenário, pode-se afirmar que a ação do Estado se desenvolveu num horizonte reativo.

A apresentação do livro *O Banco Mundial e a Terra* (2004, p.09) sintetiza que os princípios da política do Novo Mundo Rural foram definidos basicamente em três pontos: (1) o assentamento de famílias sem terra como política social compensatória; (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades da União para estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”.

Rosset (2004, p.16) analisa intervenção do Banco Mundial nos países periféricos:

[...] tem sido no sentido de financiar grandes obras hídricas e mega-projetos de infra-estrutura, agora ele considera a questão da terra fundamental para a sua estratégia de desenvolvimento rural no mundo inteiro.

Segundo Rosset (2004, p. 17) são três os fatores que servem de baliza das políticas do Banco Mundial, que para o autor não passam de instrumento de retórica, que são: a) crescimento econômico – a distribuição desigual de bens, isto é, da terra, que retarda as taxas de crescimento econômico; b) estimular o fluxo de investimentos privado em áreas rurais nos continentes da América Latina, África e Ásia, que segundo análises dos economistas, tem sido modesto; c) redução da pobreza.

Já falamos anteriormente que a privatização é um dos eixos das reformas estruturais impostas ao Estado. Na observação de Rosset (2004, p.19), a questão agrária não escapa à regra, onde as terras públicas e comunais constam na agenda da política de privatização:

A privatização de terras públicas pode ser feita mediante concessões a companhias que concordem em investir na produção rural ou disponibilizar a terra para algum tipo de “reforma agrária” do Banco Mundial. O autor indica como exemplo o modelo implantado no México, onde as terras comunais, (ejidos), grandes extensões de terras comunais garantidas durante a revolução de 1917, estão sendo tituladas.

O Banco Mundial tem uma política geral de crédito, algumas vezes chamada de “bancos da terra” ou “fundos de terra”, para países que, supostamente, têm mercados de terras funcionando. Em tese, agricultores pobres podem obter crédito fundiário e adquirir terra de pessoas mais ricas. Esse é o modo como o Banco diz que a distribuição acontecerá e como o objetivo de redução da pobreza será alcançado (ROSSET, 2004, p.21).

Pereira (2004, p. 07), com base nos estudos de Homem de Mello (1999), advoga que, com o advento do Plano Real (julho de 1994), houve uma queda relativa do preço da terra, que se estende até 1999. A queda seria provocada pela redução da inflação e pela manutenção de altas taxas de juros reais, o que diminuiu os ganhos especulativos e produtivos derivados na propriedade fundiária. Ele sintetiza que mesmo com a queda relativa do preço da terra, ainda assim, era considerado elevado, comparando com padrões internacionais. É a partir de tal quadro que o governo de Fernando Henrique Cardoso

orienta as bases da política agrária e cria o Programa Cédula da Terra, que vai desaguar mais tarde na criação do Banco da Terra.

Assim, o Novo Mundo Rural no Brasil é introduzido em 1997 a partir do estado do Ceará, através do mecanismo de Cédula da Terra, no sentido de compensar os efeitos sociais negativos oriundos das políticas de reformas estruturais na economia. Na perspectiva política, visava diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terras e a ascensão política dos movimentos sociais do campo. Já na dimensão econômica, tinha como meta a dinamização do mercado de terras, ou a mercantilização da reforma agrária, (PEREIRA 2004).

Pereira (2004, p.123), com base em nas pesquisas de aspecto ressaltado por Medeiros e Leite (2003) ressalta a estadualização das demandas de pressões dos movimentos sociais. No plano do governo federal, a estratégia consistia na criação de Conselhos Estaduais de Reforma Agrária, um fórum que teria como missão aglutinar os atores envolvidos no processo de disputa pela terra, e definir prioridades e imóveis a serem desapropriados.

No relatório do INCRA de atividades do período de 1995 a 1999, - quando mais se efetiva projetos de assentamento no país, tal medida é festejada como uma forma de desonerar as atividades do governo federal. Outra medida considerada relevante pelo relatório diz respeito à criação do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, no ano de 1997, que logo depois vai originar o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O texto do relatório não obsta em ressaltar a importância da pressão exercida pelos movimentos sociais através das ocupações de terras no reconhecimento como áreas de assentamento rural.

Pereira (2004) explica que o Cédula da Terra surgiu com o aporte de 4 milhões (1996/1997) via o Banco do Nordeste (BNE), pelo governo cearense, para empréstimo aos camponeses. O recurso tinha como objetivo a aquisição de áreas a serem desapropriadas, através do Projeto São José, no ano de 1995. O mesmo deu-se via o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), sucedâneo de outras experiências. A escolha do Estado do Ceará foi feita por conta do crescente índice de pobreza no meio rural no Nordeste. Em 1970 a região detinha 45,8%, e que em 1999 soma a marca de 68,17% dos pobres no campo.

O PCPR é inserido no plano do Comunidade Solidária, e tem como objetivo, financiar obras de infra-estrutura social e produtiva. Além do Ceará, Bahia, Maranhão, Pernambuco e o norte de Minas Gerais, implantam o Cédula da Terra, a partir de financiamento do Banco Mundial, onde a meta era atingir 15 mil famílias em três anos. MST e CONTAG refutaram o programa. O embrião de cunho regional ganha *status* de projeto nacional a partir da criação do Banco da Terra.

O Banco da Terra/Fundo de Terras é um projeto creditado a Espiridião Amin, (PPB-SC), protocolado no senado no dia 26 de fevereiro de 1997, o projeto de lei nº 25, com base da experiência quando governador (1983-1987). A iniciativa nasceu como desdobramento da bem sucedida experiência do Cédula da Terra. O mesmo foi aprovado por unanimidade em dezembro do mesmo ano, com dois substitutivos. Mesmo desprovido de uma avaliação do Programa Cédula da Terra, o Banco da Terra, tem como objetivo ser de alcance nacional. O mesmo foi aprovado com apoio do patronato rural, e derrubada de emendas da oposição, no dia 02 de fevereiro de 1998, através de lei complementar, nº 93/98. Assim se instituiu o financiamento de terras a trabalhadores rurais através de um fundo nacional, Pereira (2004).

A quantidade de famílias a ser alcançada pelo programa Cédula da Terra é uma das críticas sobre a política agrária dos segmentos alinhados ao movimento camponês, 15 mil famílias em três anos. Número considerado insignificante diante do universo de 4 milhões de famílias sem terra. Como erradicar a pobreza com metas tão tímidas, onde regra geral do modelo implica no endividamento do pequeno produtor rural? A ação do governo é criticada ainda quando se considera que as ações visavam o esvaziamento das representações políticas dos camponeses com medidas tanto de coerção de feição jurídica, quanto de medidas administrativas.

Na análise de Leite e Medeiros (s/d) a política agrária estabelecida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso privilegiava a perspectiva de mercado, além de buscar o esvaziamento de entidades representativas dos camponeses, em particular o MST. Um dos instrumentos criados foi o cadastramento do interessado através dos Correios². E ainda proibição de vistoria em áreas ocupadas, através da Medida Provisória, 2109/52, datada de 24 de maio de 2001³, onde se vetava a vistoria por dois anos de áreas ocupadas, e não participação de dirigentes ou militantes nas áreas elencadas para desapropriação. Eis alguns elementos do pacote de esvaziamento das entidades representativas dos camponeses.

A grande propriedade improdutiva tem sido privilegiada desde então, onde a garantia constitucional de desapropriação de terras para fins de reforma agrária ganhou o segundo plano. Se o mercado prepondera, o modelo de desapropriação por função social é tratado como obsoleto.

² Ao interessado (a) ao invés de procurar alguma entidade de representação camponesa, bastaria procurar uma sede dos Correios, preencher um formulário e enviar ao INCRA.

³ A medida foi mantida no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

O Banco argumenta que, o “velho” estilo de reforma agrária, baseado na expropriação, tal como implementado por países independentes e/ou revolucionários, não é politicamente possível no contexto atual, porque as elites econômicas resistem e ocorrem muitos conflitos. Pagando a terra pelo preço de mercado – o Banco sugere- seria possível superar a resistência das elites e isso reduziria o conflito. [...] Nesse modelo o objetivo é não incomodar as elites econômicas, confiscando suas propriedades, mas apenas comprar a terra daqueles que estão dispostos a vender, pelo preço que estão dispostos a pedir. Não raro ocorrem super avaliações⁴ em áreas indicadas para desapropriação (ROSSET, 2004, p.22).

É claro que em tal cenário o mercado é o objetivo almejado na política agrária para o assentado. Leite e Medeiros (s/d) refletem que no planejamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a lógica era tornar o camponês em agricultor familiar, ou seja, inseri-lo na perspectiva do mercado, em tese, sem a tutela do Estado. Em tal lógica a tendência do assentado seria se tornar um empreendedor.

O referido relatório do INCRA ratifica tal observação, quando alerta que, o Novo Mundo Rural, teve como objetivo básico transformar o trabalhador rural assentado em agricultor viável economicamente. Afirma o referido documento que com a integração da política agrária e agrícola, estaria garantida a sustentabilidade da agricultura familiar.

⁴ Na região dois casos tiveram repercussão, o da Fazenda Flor da Mata, localizada no município de São Félix do Xingu, e Fazenda Oito Barracas, localizada em São Domingos do Araguaia. Conforme relatório de 1999, da CPT de Marabá. A fazenda tem 11 mil e 770 hectares, custou em 1995 ao fazendeiro R\$100 mil reais, em 1998 foi avaliada por técnicos do INCRA em R\$ 2 ,5 milhões, 25 vezes a mais o valor de compra. No caso da Fazenda Oito Barracas, a FETAGRI e a CPT acusam técnicos do INCRA de terem incluído benfeitorias que não existiam na fazenda. Segundo o laudo a fazenda possuiria 20 Km de estrada em bom estado de conservação. A assessoria das entidades verificou que só existem 8km; dos 35 mil metros de cerca de 5 fios em bom estado de conservação, apenas 2.500 metros foram encontrados em péssimo estado de conservação. As denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público em 1999. (Relatório da CPT de Marabá, 1999). Dados do INCRA/SR-27 indicam que a Flor da Mata foi desapropriada no dia 27 de maio de 1998, para a criação do PA Lindoeste. Já a Oito Barracas, com área de 3.559 ha, foi desapropriada em 09 de dezembro de 1998.

Ocorre então interrogar o que seria a agricultura familiar, trata-se de novo paradigma? Bernardo Mançano Fernandes observa a obra de Abramovay (1998), *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*, considerada referência sobre a temática e alerta que, segundo tal modelo de análise, o produtor familiar que utiliza recursos técnicos, e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas que nem todo agricultor familiar é camponês.

Fernandes (2005, p.06) arremata a questão afirmando que:

“Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como um eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. O que está em questão nesses estudos é a defesa da tese em que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo, que a sua existência deve-se muito mais às políticas criadas pelo Estado para garantir a produção de alimentos do que aos interesses políticos e às lutas dos pequenos agricultores”.

Haesbaert (2002) e Fernandes (2006) deixam evidentes os riscos que estão embutidos nas análises que privilegiam os reducionismos ou a visão linear do processo de territorialização camponesa no Brasil. O segundo ao cunhar a categoria conflitualidade⁵ quando analisa a questão agrária brasileira, sublinha que a mesma sempre esteve ligada ao conflito por terra. Aonde a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. [...] Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram.

⁵ Para o autor a recriação do campesinato se explica tanto pela sua ação coletiva de luta, como ocupação de terras, formação de base, criação de cooperativas quanto pela dinâmica do capitalismo.

Na cena rural brasileira registra-se um impulsionamento das ações de ocupação de terras pelos movimentos sociais do campo. Leite e Medeiros (s/d) ao analisarem a política agrária do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ponderam que por conta da ação de ocupação de terras⁶ em massa o governo viu-se obrigado a responder às demandas colocadas pelas entidades representativas dos camponeses. Navarro (s/d, p.20) segue interpretação semelhante e sublinha que ocupação de terras foi decisiva para impulsionar o programa de reforma agrária durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Assim, temos entre as principais críticas do Novo Mundo Rural a elevação da questão agrária à dimensão de mercado, bem como a orientação de trabalhar o esvaziamento da representação política das entidades dos trabalhadores rurais. É em tal período que se constrói um aparato jurídico no sentido de criminalizar a principal ação de pressão dos movimentos camponeses, a ocupação de terras. Há críticas ainda na direção de super dimensionar as ações do MDA no item assentamentos rurais.

Teixeira e Hackbart⁷ (1998) indicam que nos relatórios do INCRA ocorreu a manipulação dos dados de criação de projetos de assentamento, onde antigas áreas de assentamento foram inclusas como ações do governo de Fernando Henrique Cardoso, com objetivo de alcançar ou superar metas. Ainda que as críticas sejam ácidas, não se nega que foi o período em houve um elevado índice de famílias assentadas.

Leite e Medeiros (s/d, 373) tomando como base de dados estudos do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) indicam que assentamentos promovidos pelo INCRA, bem como projetos de colonização, reassentamentos e outras

⁶ Leite e Medeiros (s/d) indicam que coube a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e ao MST a responsabilidade pela animação da ação.

formas de iniciativa federal, estadual e municipal apontam que, dos 4.264 projetos do período de 1985-99, 14% foram criados entre 1985-99, 11% entre 1990-94, e 75% entre os anos de 1995-99, o que mostra claramente que em resposta ao aumento das pressões populares o governo reagiu implantando uma quantidade maior de projetos (NERA-1999).

É a região Norte do país, que responde com 61% do território nacional (IBGE), por tanto terras públicas, onde se concentrara as ações de reforma agrária. Conforme indicadores do governo Fernando Henrique Cardoso, 40 mil famílias foram assentadas entre 1994 a 2002, ao custo de R\$ 20 bilhões. A região amazônica concentrou 62%, onde os posseiros foram transformados em assentados; 27 % são referentes a projetos de governos anteriores; 90% não dispõem de abastecimento de água; 80% sem acesso a estradas e à energia elétrica, 57 % não teve acesso a crédito para habitação e 53% está excluída de assistência técnica, (ANDRIOLI, 2003, p. 03). Como se percebe, a precariedade marca a situação.

Ocorre interrogar, quem ganhou com a reforma agrária? Para Andrioli (2003, p.03), foi o proprietário de terras improdutivas, que viu na desapropriação, uma forma de se capitalizar:

A comercialização de terras se tornou um grande negócio para os latifundiários, que puderam vender terras improdutivas a preços superiores aos vigentes no mercado, com pagamento à vista ou em Títulos da Dívida Agrária (TODA's) – Títulos da Dívida Agrária -, que puderam ser investidos no processo de privatização das empresas estatais, conduzido pelo mesmo governo.

Na trajetória da análise percebe-se a situação de conflito que norteia a reprodução do campesinato, onde (FERNANDES, 2006, p.07), sintetiza que:

A formação do campesinato não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo. A outra condição de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra.

⁷ Rolf Hackbart hoje exerce a presidência nacional do INCRA. Tem sofrido as mesmas críticas em super dimensionar as ações da autarquia.

Sobre tal linha de pensamento Navarro (s/d: p. 20), ao tratar da criação de PA's, a conquista da terra, sublinha que pesam a favor os seguintes elementos: a) Há uma ativação relativa da atividade produtiva; b) Ocorre a presença de “agricultores dirigentes municipais” passam a pressionar as instituições locais para a efetivação de políticas; c) Os assentamentos rurais provocam uma renovação política nos rincões rurais, democratizando-os lentamente e produzindo novas práticas sociais, antes comandadas especialmente pelos grandes proprietários rurais.

4.2 – Território em disputa: Projetos de assentamento, áreas de reserva, CVRD e o latifúndio.

É possível confiar nas bases de dados oficiais? O presente exercício demonstrou que há uma série de limitadores, como a sobreposição de áreas de projetos de assentamento em áreas indígenas; áreas de PA's em superiores a áreas totais dos municípios. Com a presente base de dados é possível a sistematização de políticas para a região? A crítica não é nova, o que nos suscita a indicar a produção de zoneamento econômico e ecológico, a unificação da base de dados dos diferentes órgãos que interferem na região, assunto amiúde debatido em diferentes fóruns. Por tanto, os dados aqui apresentados devem ser relativizados em sua exatidão.

No universo físico, simbólico, econômico, social e político em questão esgrimam pela disputa do uso da base natural dos recursos da floresta e financiamentos públicos um vasto mosaico de atores: empresa de mineração, pecuaristas, indígenas, camponeses, companhia energética, pólo de siderurgia e o Estado em diferentes formas. O heterogêneo universo de atores sociais desenhou um imbricado mapa político igualmente heterogêneo em suas formas de definição do território: reservas minerais, fazendas, reservas indígenas,

projetos de assentamento, reservas extrativistas, hidrelétricas, pólo siderúrgico, e uma variedade de reservas ecológicas (FLONA, REBIO, APA).

Grosso modo pode-se sinalizar que hegemonizam os PA's convencionais tendo como base a pecuária. No conjunto de 450 PA's, apenas o PA Praia Alta Piranheira, localizado no município de Nova Ipixuna, tem o *status* de agroextrativista, sob influência do CNS. Somente o elemento ambiental nos projetos de assentamento renderia estudos a perder de vista, apenas como registro, cumpre informar não ser raro encontrar nos mesmos fileiras de fornos de produção carvão. Fornos podem ser encontrados no PA Gameleira, no município de Marabá e mesmo em PA's ligados ao MST, como no PA Palmares no município de Parauapebas.

Antes de avançar, cumpre interrogar como se estrutura o agrário no Pará? Para o economista Costa (2000, p. 134) são três as estruturas básicas em torno das quais se organizam a produção e a vida rurais no Estado do Pará: unidade de produção camponesa, a fazenda e a grande empresa latifundiária. Costa (2000) indica que até 200 hectares as unidades se caracterizam como camponesas; são mensuradas como fazendas as áreas na faixa entre 200 a 5000 hectares; e são considerados latifúndios empresariais as áreas superiores a 5000 hectares.

O Pará é o segundo estado em extensão territorial do país, medindo 1.247.689.515 Km² (IBGE), que correspondem a 14,6% do território do nacional, área que comporta 143 municípios. O estado integra a Amazônia Legal, que representa 61% do território brasileiro, sendo a região com maior concentração de projetos de assentamentos rurais do país (ANDRIOLI, 2003, FERNANDES, 2006).

A referência para o nosso estudo, o sul e o sudeste do Pará, que compreendem 36 municípios, onde atua a SR-27, totaliza uma área de 281.342 km² (IBGE), o equivalente a 22,5% do território paraense. Sobre o processo de territorialização que examinamos, Almeida (2005), como já tratado, indica que o mesmo tem relação direta com o processo de redemocratização do país na década de 1980, fruto de uma diversidade de formas de organização do universo camponês amazônico.

Os dados aqui examinados têm no INCRA a principal fonte, conseguidos após exaustivas visitas a SR-27. Hoje a região possui 450 projetos de assentamento, onde estão assentadas 58.152 famílias⁸, quando a capacidade seria de 85.061, o que indica uma diferença a menor de 26.909 famílias. A se considerar a fidelidade dos dados do INCRA tem terra sobrando. Os assentamentos totalizam uma área de 147.534 km², o que corresponde a 52,4% da região em foco e 11,8% do território do estado. Portanto, temos em termos de território, considerando somente o sul e sudeste do Pará, uma significativa territorialização camponesa. Desenvolvida numa região de aguda disputa pela terra, sob o contexto de imbricadas redes, econômicas, sociais e políticas. O período analisado corresponde a 18 anos, entre 1987 a 2005.

Examinamos no primeiro momento o processo de evolução dos projetos dos assentamentos por período, relacionando os momentos de maior reconhecimento de áreas ocupadas, como projeto de assentamento, com o respectivo contexto histórico. No segundo instante dialogamos sobre a distribuição dos PA's por município, buscando conhecer onde há maior ocorrência de assentamentos. Para tanto fizemos o desmembramento dos PA's por município, cruzando a área total do município, adotando os dados do IBGE, com a área

⁸ Conforme relatório expedido em 02 de fevereiro de 2006 (INCRA-SR-27). Dados não disponibilizados apontam que há cem

áreas em processo de desapropriação na SR-27.

ocupada pelos PA's. O objetivo do exercício é dimensionar a porcentagem de área ocupada pelos PA's em cada município. Pontuamos, sem o devido aprofundamento, algumas distorções entre volume de terra de um PA em relação com o número de famílias assentadas em PA, que nos chamaram atenção pelo “gigantismo” da área.

Ao se observar a tabela abaixo, que trata do processo de evolução dos PA's por ano, nota-se que o início do processo de territorialização, tendo como uma das dimensões o reconhecimento pelo Estado do posseiro como assentado, ocorre nos anos 1987 e 1988. Momento de redemocratização do país, marcado por acirrada disputa pela terra na região, elevados níveis de antagonismo entre posseiros, madeireiros, donos de castanhais e o Estado.

Ainda que tenha havido nos respectivos anos a homologação de 24 áreas de castanhais como projetos de assentamento (1987/1988), tal medida, conforme já refletido anteriormente, traduziu muita mais como benefício aos “donos” dos castanhais, do que aos camponeses. As observações de Emmi e Acevedo (1997) evidenciam as precárias condições em que viviam os posseiros alçados a condição de assentados.

Cumpramos registrar que na Nova República a mobilização dos ruralistas mutilou o PNRA, no processo da Constituinte de 1988, bem como agudização do antagonismo contra os posseiros, com a criação da UDR em 1986. Nota-se nos três anos que se seguiram haverá somente a criação de sete PA's. Tal período ficará conhecido como imobilismo. A criação de PA's vai ser retomada nos anos de 1992 e 1993 quando foram criados em cada ano, 10 PA's. Os dois anos que seguiram há uma nova acomodação, onde se registra apenas a criação de 13 PA's, nos anos de 1994 e 1995.

TABELA 08- CRIAÇÃO DE PA's POR ANO

ANO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE PA'S
1987	6
1988	18
1989	01
1990	00
1991	06
1992	10
1993	10
1994	01
1995	12
1996	21
1997	32
1998	56
1999	93
2000	17
2001	41
2002	17
2003	35
2004	21
2005	53
TOTAL	450

FONTE: INCRA / SR 27 / SIPRA - sistematização-: Rogério Almeida

Conforme a tabela que trata da evolução dos PA's em três períodos, constata-se que nos oito anos correspondente entre 1987 a 1995, apenas 64 PA's foram criados, o que corresponde a 14.2% do total de 450 PA's/2005.

TABELA 09: CRIAÇÃO DE PA'S POR PERÍODO

PA's CRIADOS NO PERÍODO	QUANT. DE PA's CRIADOS
1987 a 1995	64
1996 a 1999	202
2000 a 2005	184

FONTE: INCRA / SR 27 / SIPRA – sistematização -Rogério Almeida

O ano de 1996 torna-se emblemático pelo rápido reconhecimento de áreas como PA's. Lembremos que é o ano que se dá o Massacre de Eldorado dos Carajás. O episódio exige uma reação do Estado que passa por inúmeras esferas institucionais. A exemplo da criação da SR-27. As ações de massa realizadas pela FETAGRI, MST e CPT que ficaram

conhecidas como grandes acampamentos no pátio de INCRA de Marabá, podem ser pontuados como outro indutor do processo de reconhecimento do posseiro como assentado.

É no período de três anos que corresponde entre 1996 a 1999 que a SR-27 efetiva a maioria dos projetos de assentamentos, num total de 202. Um crescimento de 315.6% em relação a 1987 a 1995, ou seja, 44.8%, do total de 450 PA's, dados tabulados até o ano de 2005. Os cinco anos que vão de 2000 a 2005, sendo dois anos do governo de Fernando Henrique Cardoso e os demais no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, respondem com 40,8% dos 450 PA's.

Dialogando com a primeira tabela que trata da evolução dos PA's por ano, os dados apontam que houve uma retomada de efetivação de PA's a partir do governo do Partido dos Trabalhadores, onde foram criados, 109, PA, entre os anos de 2003 a 2005, ou seja, 24,2% do total.

É possível mensurar a territorialização do campesinato na região em debate? Além do elemento físico encontram-se representações de entidades como a FETAGRI e MST. As mesmas atuam para que: a) os seus quadros disputem assentos no executivo e legislativo municipais; b) na construção de cooperativas e associações de produção c) criação de organizações de assistência técnica; d) na acessibilidade de políticas de assistência técnica; e) acessibilidade a políticas de crédito PRONAF; f) acessibilidade a educação em níveis fundamental, médio, e superior.

No que se restringe ao aspecto dos PA's, fizemos o seguinte exercício para o conhecimento do quadro da disputa pelo território. Os dados do IBGE sobre o território em questão foram cruzados com os dados obtidos no INCRA sobre a área dos PA's. A tabela resume o desmembramento da distribuição dos PA's, como segue abaixo. No cruzamento

das informações nos deparamos com um problema. Os números indicam que a área que corresponde aos PA's nos municípios de Marabá e Tucumã é superior a área total dos municípios.

Técnico do setor de cartografia do INCRA informa que no caso de Marabá o problema reside no PA Itacaiúnas Açu, que mede 94 mil ha., que além do município de Marabá ocupa municípios vizinhos. No caso de Tucumã a questão se repete. O único PA mede 400 mil ha., abarca terras dos municípios Água Azul do Norte e São Félix do Xingu. Por conta do imbróglgio deixaremos em aberto a taxa de percentagem da área ocupada pelos PA's desses municípios. No entanto consideramos as respectivas áreas ocupadas pelos PA's nos municípios no cálculo total sobre a região. Segundo os dados da SR-27 o PA Tucumã tem capacidade para abrigar 6.500 famílias, mas as famílias assentadas somam 3.035, o que equivale a 131 ha., para cada família. O PA foi desapropriado da construtora Andrade Gutierrez no dia 2 de março de 1991.

Os dados absolutos indicam que o município com a maior extensão territorial, São Félix do Xingu, responde com a segunda menor taxa de territorialização, ficando atrás somente de Canaã dos Carajás, como atesta a tabela abaixo.

Ao se hierarquizar a concentração dos PA's por município nota-se que Marabá e o município de Novo Repartimento, seguido de Itupiranga e Conceição do Araguaia são os municípios em que há maior incidência de PA's na região. Em certa medida a territorialização em Marabá se explica por ter sido área de grande incidência de castanhais. Áreas que vêm sendo desapropriadas desde a década de 1980, por conta da ação de ocupação dos posseiros organizados em sindicatos ou não.

TABELA 10**Distribuição de PA's por município nas regiões sul e sudeste do Pará.**

Nº	MUNICÍPIOS NO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Nº DE PA's	ÁREA TERRITORIAL MUNIC / Km ²	ÁREA OCUPADA PA's / Km ²	TAXA DE TERRITORIALIZAÇÃO (PA) / MUNIC (%)
01	ÁGUA AZUL DO NORTE	13	7.577	480	06
02	BAIÃO	10	3.758	282	08
03	BANNCH	2	2.957	313	11
04	BOM JESUS DO TOCANTINS	2	2.816	99	04
05	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	3	1.188	56	05
06	BREU BRANCO	7	3.943	427	11
07	CANAÁ DO SCARAJÁS	1	3.147	38	01
08	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	33	5.829	2.175	37
09	CUMARU DO NORTE	2	17.085	378	02
10	CURIONÓPOLIS	3	2.369	102	04
11	ELDORADO DOS CARAJÁS	21	2.957	1.908	65
12	FLORESTA DO ARAGUAIA	6	3.444	677	20
13	GOIANÉSIA DO PARÁ	2	7.021	41	01
14	ITUPIRANGA	34	7.880	3.675	47
15	JACUNDÁ	1	2.008	210	10
16	MARABÁ	73	15.092	110.930	XXX
17	NOVA IPIXUNA	9	1.600	451	28
18	NOVO REPARTIMENTO	35	15.399	5.705	37
19	OURILÂNDIA DO NORTE	3	13.826	1.122	08
20	PACAJÁ	15	11.832	1.516	13
21	PALESTINA DO PARÁ	4	984	137	14
22	PARAUPEBAS	6	7.008	1.216	17
23	PAU D'ARCO	2	1.671	156	09
24	PIÇARRA	12	3.312	822	25
25	REDENÇÃO	7	3.824	183	05
26	RIO MARIA	14	4.115	487	12
27	RONDON DO PARÁ	9	8.247	303	04
28	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	21	10.330	2.776	27
29	SANTANA DO ARAGUAIA	20	11.591	2.688	23
30	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	12	1.392	447	32
31	SÃO FÉLIX DO XINGU	14	84.212	1.576	02
32	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	19	3.270	932	29
33	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	9	1.280	410	32
34	TUCUMÃ	1	2.513	4.000	XXX
35	TUCURUÍ	9	2.086	232	11
36	XINGUARA	16	3.779	571	15
	TOTAL	450	281.342	147.534	52

FONTE: INCRA / SR 27 / SIPRA em 02/02/2006 - IBGE 2006. Tabela elaborada por Rogério Almeida.

Sugiro a mesma linha de raciocínio para o caso de Conceição do Araguaia, que desde a construção de rodovias no fim dos anos de 1950, registra ocupação por posseiros de inúmeras áreas. Nesse sentido seria correto fazer a inflexão de que, o processo de territorialização faz o reconhecimento de áreas ocupadas em período anteriores ao surgimento da SR- 27.

Vale ainda sublinhar que a região onde a ação do UDR se deu com maior intensidade, ao sul, região de Rio Maria e Xinguara há registros de 30 PA's. Sendo 14 no município de Rio Maria e 16 no município de Xinguara. Se não houve redução da violência, posto incidir ainda uma situação de tensão, o movimento camponês logrou êxito na conquista da terra. Antagonismo verificado através de inúmeras denúncias de trabalhadores rurais em condição análogas à escravidão e mesmo a prisão de envolvidos em chacinas ocorridas na década de 1980.

Áreas marcadas por disputa sangrenta hoje são projetos de assentamento a exemplo da fazenda Princesa, os Castanhais Cuxiú e Ubá. Mas, uma outra questão nos chama atenção, como o gigantismo de alguns PA's. Em Marabá o PA Pe. Josimo Tavares, criado em 22 de setembro de 1999 que mede 10.624,167 hectares. O PA resulta da desapropriação da fazenda Três Marias e Nova Olinda, cujo "dono" foi o senhor Eduardo Ferreira, onde conforme tabela do SR-27, estariam assentadas somente 28 famílias. Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), 22 trabalhadores foram libertos de condição análoga à escravidão. A fazenda criava bovino para corte. A se considerar a análise do economista Francisco Costa cada família seria uma fazendeira, já que corresponderia a cada família uma área de 3.794 hectares.

O número de famílias assentadas soa como uma contradição se compararmos com o PA Rio Gelado, criado em 1992 a partir da desapropriação da fazenda Carajás, no município de Novo Repartimento, onde estão assentadas 2.122 famílias divididas numa

área de 198.985, hectares, o que indica 93 hectares para cada família. O mesmo município registra outro PA de vasta extensão, o Tuerê, efetivado em 04 de agosto de 1987, proveniente da gleba Carajás, com 238.136 hectares, ocupados por 2.960 famílias, o que caberia 80 ha., para cada família.

O conjunto de dados aqui apresentado, embora limitado, nos incita a uma série de questionamentos: como conhecer as dinâmicas econômicas que os PA's ativaram em cada município? Investigar os processos de desapropriação no sentido de saber de possíveis irregularidades que tenham ocorrido e medir o nível de fixação em cada PA? No entanto, o limite imposto nesta pesquisa abrange variáveis políticas e sociais organizativas que concorreram no processo do que chamamos aqui de territorialização camponesa.

Almeida (2005) ressalva o rompimento do clientelismo político ao abordar a questão da territorialização do heterogêneo campesinato da Amazônia. Ao conferir o número de PA's na região percebe-se que na região dos castanhais ocorre uma reconfiguração que não é meramente física. Há um montante de registros que demonstraram que se no plano político o segmento camponês conseguiu afirmação na fronteira agro-mineral, também ficou patente que o reconhecimento de inúmeras áreas ares ocupadas - algumas marcadas por intensos conflitos - oxigenou economicamente fazendeiros em ocaso.

Julgo prudente afirmar que há o reconhecimento tanto político como econômico⁹ da categoria campesinato da região, num horizonte de cidadania conquistada a duras penas, mas que ainda tem laivos de preconceito, como o viés dos meios de comunicação da região. A territorialização em termos de município corrobora para o reconhecimento de dirigentes em diversas instâncias de poder local: câmaras, conselhos, secretarias e mesmo

⁹ Sobre o assunto ver a pesquisa: Impactos dos Assentamentos - Um estudo sobre o Meio Rural Brasileiro (UNESP-2004).

no executivo. A efetivação de PA's , sublinhe-se, é resultado de esforço acumulado pelo movimento camponês por pelo menos, quatro décadas recentes.

Os posseiros agora são reconhecidos pelo Estado, alguns acessam créditos¹⁰, possuem seus lotes de produção individualizados. Ao invés de delegacias, que por muito tempo serviram como o principal espaço de debate das demandas de áreas e ocupadas e PA's, por conta do aparato legal de acesso crédito, proliferaram associações e cooperativas. Seria com o intento de fazer esvaziar o debate político em detrimento do econômico?

Percebe-se ainda a possibilidade de acessar créditos fez fissuras nas entidades de representação do camponês, onde hoje há um conjunto a disputar assistência técnica e créditos. Com os PA's vieram as empresas e cooperativas de prestação de assessoria aos assentamentos. Uma com a devida compreensão do processo de luta de conquista pela terra, outras nem tanto. Com o reconhecimento político e econômico nota-se um burocratismo nas entidades de representação política, onde predomina uma agenda com os órgãos públicos.

Se num horizonte o governo acena para a efetivação de reconhecer áreas ocupadas como projetos de assentamento, num outro define macro-políticas para a região que obedecem a um sentido oposto. Ao se analisar o Plano Plurianual o que se verifica são projetos que vão de encontro à demanda camponesa. Os eixos de integração da região do Araguaia-Tocantins primam em projetos que privilegiam o agronegócio, que tem nas monoculturas em extensas terras o seu eixo.

Para tanto o governo agenda e implementa uma rede multi-modal (rodovia, ferrovia e hidrovias), com vistas a reduzir o custo de escoamento da produção de grãos do Centro-

¹⁰ Até 2004 a política de crédito atendia somente 28% da clientela dos assentados (ALVES & NAVAGANTES, 2006, p. 169).

Oeste do país. Por ser a bacia com significativo potencial de energia, a região do Araguaia-Tocantins várias hidrelétricas foram erguidas nos últimos anos nos estado de Goiás e Tocantins, e outras estão projetadas, sem citar a duplicação da hidrelétrica de Tucuruí. O reassentamento dos atingidos pela barragem e deslocados pela criação de lagos é um dos passivos provocados pelas hidrelétricas.

O reconhecimento do posseiro como assentado da reforma agrária não implica no fim da precariedade que marca a condição do camponês da fronteira. Não é rara a desistência de lotes, e mesmo o ressurgimento de minifúndios, como denunciados inúmeras vezes pela FETAGRI, MST e CPT, como ocorre em Eldorado dos Carajás, como a “compra” de lotes por comerciantes da cidade. Se a fase da organização e acampamento é quando se exercita com mais vigor a solidariedade e as atividades comunais, ao se definir o lote a influência das entidades diminui, bem como os laços antigos. Se antes leigos e missionários ancorados na teologia da libertação agitavam o debate político, prolifera em ocupações e assentamentos a presença dos neo-pentecostais¹¹.

Hasbaert (2002) revela que as territorialidades são múltiplas e sempre estão se alterando. Como antagonista ao movimento camponês, ocorre a territorialização de áreas de interesse da CVRD, conforme se verifica no mapa. Na estratégia da empresa ocorre um mosaico de áreas com vistas a impedir a tensão entre a mesma e o movimento camponês e as comunidades indígenas. Ou mesmo a cooptação, como ocorre na área de assentamento conhecida como Gelado, nas áreas definidas como reservas indígenas, áreas de preservação ambiental, áreas de proteção ambiental. Outras territorializações são registradas como a definição de área de floresta nacional.

¹¹ Na ocupação 26 de Março, fazenda Cabaceiras, no município de Marabá, por exemplo, há 03 templos pentecostais e um espaço dedicado à Igreja Católica. A presença pentecostal tem avançado no meio rural da região.

Fernandes (2006, p.07) analisa a disputa pela terra entre capitalistas e camponeses e reflete que a ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território- da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este o ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo.

Nesse reconfigurado cenário rural no sudeste do Pará que universo foi desconstruído de fazendas e latifúndio para a efetivação dos PA's ? A tomar como referência a análise de Costa (2000) sobre o universo rural no Pará, a partir do desmembramento dos dados da tabela da SR-27 tem-se que quatro áreas consideradas de base da agricultura camponesa, até 200 ha foram desapropriadas. Num total de 194 ha, sendo três localizadas no município de Redenção, que concentra 92 ha e uma no município de Xinguara, que mede 100 ha. Interroga-se qual o sentido em desapropriar uma área que é inferior ao estabelecido como uma unidade camponesa? O PA Casulo Nascente localizado no município de Redenção desapropriado da Prefeitura no ano de 1999, aglutina 38 famílias em 43 ha, o que corresponde a pouco mais de um hectare para cada família, quando o lote é de 25 ha estabelecido pela SR-27. O PA Casulo Borboleta, criado em 1999, mede ainda menos, 28 ha onde estão assentadas 21 famílias. Já em Xinguara o PA Casulo Salto da Esperança, criado em 1998, tem 26 famílias assentadas em 100 ha, cada uma com pouco mais de três hectares para garantir a sua reprodução material.

286 áreas consideradas fazendas foram desapropriadas, num total de 780.331 ha, o que equivale a cerca de 5% da área total desapropriada pela SR-27 na região. Desse total o município de Marabá detém 49 fazendas, que medem 118.975 ha; o segundo o município em concentração é Conceição do Araguaia, com 26 fazendas desapropriadas medindo 79.062 ha, sendo que o município de Novo Repartimento com a terceira maior concentração

de fazendas desapropriadas, 25, detinha uma área de 58.720 ha, seguido do município de Itupiranga, com 18 áreas, que medem 49.141 ha. Percebe-se que Marabá e Itupiranga fizeram parte do polígono dos castanhais, que desde 1970/1980 tem suas terras ocupadas por posseiros. O que sugere uma explicação sobre a concentração de fazendas desapropriadas.

Pode-se afirmar que ao longo dos 18 de registros analisados ocorreu uma radical alteração da fisionomia agrária na região. 160 áreas consideradas latifúndios foram desapropriadas para a efetivação de PA's, numa extensão de 13.972.894 ha, o que equivale a 94% das desapropriações. O município de Marabá concentra 24 do total que totaliza 10.974.187 ha. A hierarquia deve obedecer a extensão da área desapropriada e não a quantidade de latifúndios desapropriados. O município de Novo Repartimento ocupa o segundo lugar com uma área de 511.800 ha desapropriados que totalizam 10 latifúndios, o terceiro da hierarquia é o município de Tucumã com único latifúndio que ultrapassa as suas fronteiras de 400.000 ha, seguido do município de Santana do Araguaia que soma 18 latifúndios com 260.076 ha.

TABELA 11- ÁREAS DESAPROPRIADAS PARA EFETIVAÇÃO DE PA's

MUNICÍPIOS	PROJETOS POR ÁREA					
	QUANT	ATÉ 200 HÁ.	QUANT	200 ATÉ 5.000 HÁ.	QUANT	ACIMA DE 5.000 HÁ.
Água Azul do Norte			10	23.784,2217	3	24.292,2795
Baião			9	17.060,3924	1	11.188,6700
Bannch			1	1.444,3568	1	29.907,0000
Bom Jesus do Tocantins			1	3.876,7200	1	6.058,3623
Brejo Grande do Araguaia			3	5.611,3493		
Breu Branco			4	12.731,9258	3	30.034,8722
Cannaã do Scarajás			1	3.845,7076		
Conceição do Araguaia			26	79.062,2307	7	138.483,0901
Cumaru do Norte			1	4.220,3681	1	33.600,0000
Curionópolis			2	4.111,7763	1	6.108,6499

Eldorado dos Carajás			11	37.990,0182	10	152.869,3406
Floresta do Araguaia			3	12.541,0000	3	55.114,0871
Goianésia do Pará			2	4.114,4116		
Itupiranga			18	49.141,6443	16	318.385,3948
Jacundá					1	21.000,0000
Marabá			49	118.975,0516	24	10.974.187,8983
Nova Ipixuna			7	17.159,8785	2	27.998,2330
Novo Repartimento			25	58.720,1092	10	511.800,5121
Ourilândia do Norte			1	503,5200	2	111.711,9935
Pacajá			9	22.239,0903	6	129.420,4215
Palestina do Pará			4	13.716,9087		
Parauapebas			2	6.094,5302	4	115.536,5833
Pau D'arco			1	1.636,0000	1	13.996,1500
Piçarra			7	25.546,1671	5	56.723,5884
Redenção	3	92,7946	2	3.809,2444	2	14.403,3096
Rio Maria			13	40.388,3382	1	8.358,0000
Rondon do Pará			7	15.803,9689	2	14.562,1861
Santa Maria das Barreiras			5	20.459,9021	16	257.159,2375
Santana do Araguaia			2	8.769,4490	18	260.076,3489
São Domingos do Araguaia			11	27.139,0308	1	17.572,0000
São Félix do Xingu			5	16.648,6461	9	140.990,9569
São Geraldo do Araguaia			14	27.722,9156	5	65.478,4983
São João do Araguaia			6	15.201,8955	3	25.876,8678
Tucumã					1	400.000,0000
Tucuruí			9	23.204,0855		
Xinguara	1	100,5488	15	57.056,4327		
	4	193,3434	286	780.331,2872	160	13.972.894,5317

FONTE: INCRA / SR 27 / SIPRA em 02/02/2006 - Tabela elaborada por Rogério Almeida

A partir do presente esboço da definição de territórios, cumpre interrogar sobre o peso das grandes propriedades rurais na região com medida a partir de 10.000ha¹², o que representa? Conforme dados da SR-27, tais imóveis rurais representam 34,1% do território da região em foco, somando 65 propriedades. O município com a maior extensão territorial da região, São Félix do Xingu, que mede 84.212 km² (IBGE), concentra a maior parte desses imóveis, num total de oito, que ocupam uma área de 125.273 há (12.528 km²), ou seja, 14,8% do município.

¹² Não foi possível acessar a relação das propriedades rurais na SR-27. Conseguimos apenas a relação das propriedades com mais de 10.000 ha.

Já o terceiro município em extensão, Marabá, que ocupa o primeiro na escala de PA's fica em segundo quando se trata de latifúndios, com sete imóveis rurais, numa área de 112.665 ha (11.266km²), que corresponde a 7,4% do município. Já em Cumaru do Norte, segundo em extensão territorial, reúne cinco áreas consideradas latifúndios, 69.454 ha (6.954 km²), o que equivale a 4% das terras do município, que o coloca em terceiro no ranking de concentração de terras na região.

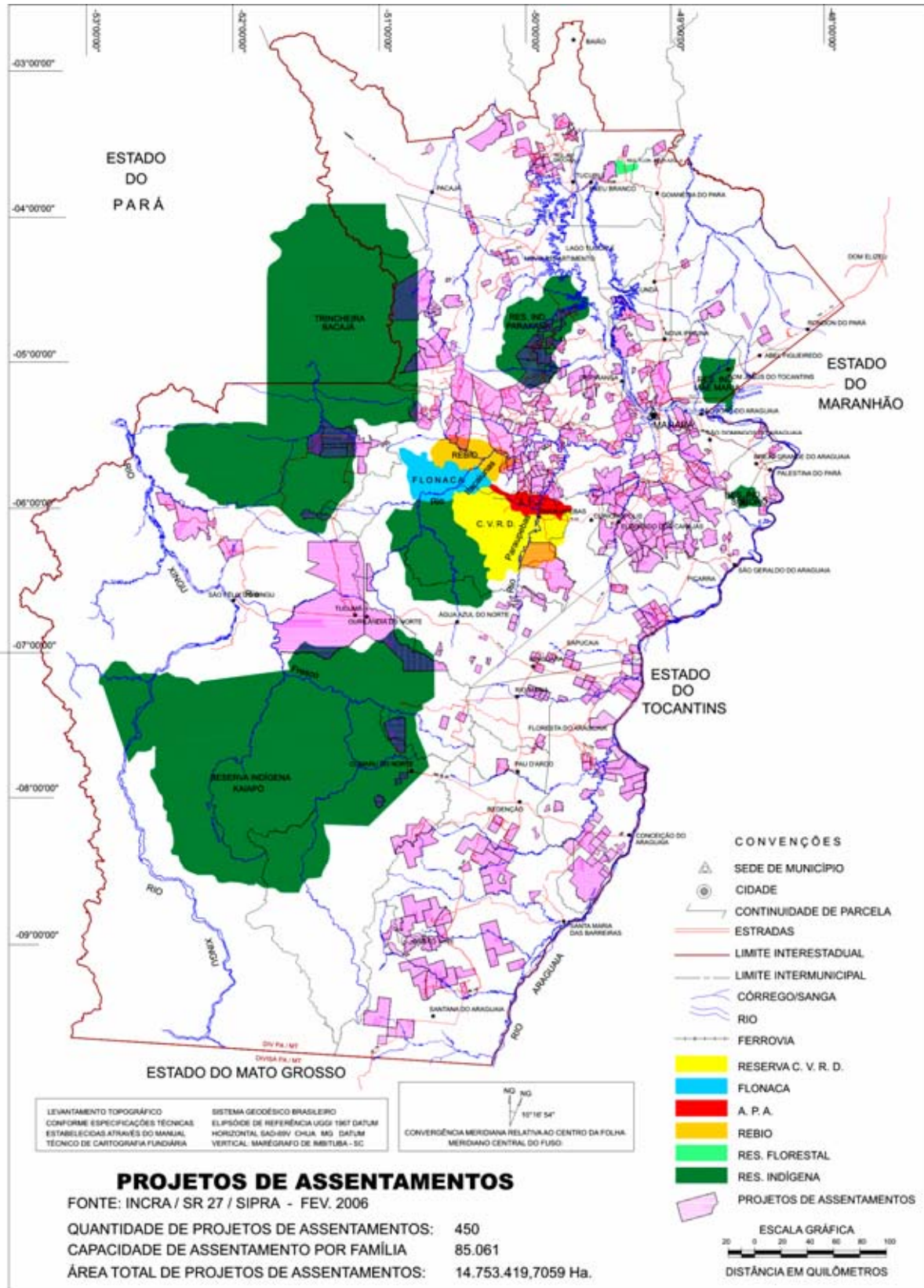
Empatam em quarto lugar os municípios que ficam ao sul, por coincidência, berço da UDR, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia¹³, cada um tem cinco áreas avaliadas como latifúndio. No primeiro os imóveis rurais somam 77.305 ha (7.730 km²), o que traduz 7% do município. As áreas do vizinho Santana do Araguaia medem 74.437 ha (7.443km²), o que equivale a 6% do município. Os municípios em foco possuem respectivamente 21 e 20 PA's, que em porcentagem equivale a 27 e 23 por cento. O município considerado o mais tenso na história recente da região, Rondon do Pará, que registra nos últimos a morte de três dirigentes sindicais, além de ameaças, segundo os dados do INCRA, não há registro de imóveis rurais com área equivalente a 10.000 ha.

Até que ponto os dados aqui expostos se aproximam da precisão? Uma simples verificação no mapa externaliza a sobreposição de áreas de assentamento em áreas indígenas Kayapó, Bacajá e com bastante ênfase na reserva Parakanã. Há ainda o agravante de projetos de assentamentos com áreas em vários municípios e nos dados do INCRA pontuados apenas em uma localidade, como nos casos registrados em Marabá e Tucumã.

¹³ O município tem se destacado no agronegócio como importante pólo produtor de abacaxi.

Com tal contexto a construção de uma tabela sobre territórios da região tem a sua precisão comprometida. Ainda que a exatidão não seja alcançada faremos o exercício de compor uma tabela com os diferentes territórios que moldam a região.

Sobre a precisão dos dados já colocamos os limites. Por conta de tais limitações impostas produziremos duas tabelas. Tendo como base a referência do IBGE (281.342 área total da região-Tabela 09), ao cruzarmos com as demais fontes, temos a seguinte amostragem: os PA's – conformam 52.4%, as áreas Indígenas 4.1 %; as reservas ecológicas do eixo de Carajás, 25.8%; enquanto as propriedades com área equivalente ou superior a 10 mil ha., abocanham 34.1%; os dados sobre mineração indicam o controle 6.8%; já o mosaico de Tucuruí equivale a 2.2%, enquanto a APA do Araguaia define 0.8%. O cruzamento entre os dados gera uma margem elevada de diferença, algo em torno de 26% a maior das fontes não relacionadas com o IBGE. A diferença em parte se explica com relação aos dados das áreas indígenas que não delimitam as fronteiras entre os estados.



Fonte : INCRA/SR27/SIPRA – Fev./2006

TABELA 12- RELAÇÃO DE IMÓVEIS COM MAIS DE 10.000 Ha.

Nº	MUNICÍPIO	QUANT. IMÓVEIS	ÁREA IMÓVEL (Ha.)
01	Água Azul do Norte	1	10.469,60
02	Baião	0	0,00
03	Bannach	0	0,00
04	Bom Jesus do Tocantins	1	14.836,30
05	Brejo Grande do Araguaia	0	0,00
06	Breu Branco	2	22.645,90
07	Canaã dos Carajás	0	0,00
08	Conceição do Araguaia	3	38.787,20
09	Cumaru do Norte	5	69.454,00
10	Curionópolis	0	0,00
11	Eldorado dos Carajás	3	50122,10
12	Floresta do Araguaia	2	33.680,90
13	Goianésia do Araguaia	0	0,00
14	Itupiranga	3	35.905,70
15	Jacundá	0	0,00
16	Marabá	7	112.665,90
17	Nova Ipixuna	0	0,00
18	Novo Repartimento	1	11.351,10
19	Ourilândia do Norte	0	0,00
20	Pacajá	1	10450,50
21	Palestina do Pará	0	0,00
22	Parauapebas	3	38.921,80
23	Pau D'Arco	2	25.008,90
24	Piçarra	2	25106,10
25	Redenção	1	12.110,70
26	Rio Maria	1	15.456,90
27	Rondon do Pará	0	0,00
28	Santa Maria das Barreiras	5	77.305,70
29	Santana do Araguaia	5	74.437,10
30	São Domingos do Araguaia	0	0,00
31	São Félix do Xingu	8	125.273,90
32	São Geraldo do Araguaia	4	80.335,10
33	São João do Araguaia	2	24.932,70
34	Tucumã	0	0,00
35	Tucuruí	0	0,00
36	Xinguara	3	52.858,20
TOTAIS		65	962.116,30

Fonte: INCRA / SR-27 / SIPRA

TABELA 13- Amostragem de modalidades de território no sul e sudeste do Pará

MODALIDADE	ÁREA/km
P Assentamento	147.534
Áreas indígenas	11.768
Reservas do Eixo Carajás	72.654
Latifúndio	96.211
Mineração/CVRD	19.375
Mosaico de Tucuruí	6.338
APA de São Geraldo Araguaia	2.400
TOTAL	356.280

Fonte : INCRA / ISA / ELETRONORTE

Conclusões

Este estudo permite assegurar que no sul e sudeste do Pará ocorre uma territorialização camponesa, e que podemos tomar como marco inicial, os anos de 1987/1988, ou mesmo os anos iniciais da década, quando se registra a retomada da organização das representações do movimento camponês amazônico, como sugere ALMEIDA (2005). Faz-se necessário entender que tal reconhecimento tem início na luta pela terra marcada pela busca de uma forma de reprodução social, e logo depois com a mediação de partidos políticos e entidades confessionais e a universidade, antes de chegar a um caminho de autonomia política.

Sublinhe-se que outra dimensão da territorialização da década de 1980, tem como referência a experiência do CAT, no projeto de associação do conhecimento com o saber, da universidade, com as representações dos camponeses (as). O projeto CAT, compreendo, foi um passo, tanto no sentido de aporte logístico do conhecimento científico, quanto financeiro, bem como na definição de uma área física no município de Marabá para uso das entidades representativas do movimento camponês.

Se a dimensão física é no primeiro plano o que mais nos chama a atenção, urge registrar que a conquista dos camponeses também se desenvolve em galgar cargos de representação política institucional. Como nos revela a eleição de camponeses ou apoiadores da categoria a cargos nos executivos municipais da região. Em Nova Ipixuna, José Pereira de Almeida (Zezão), cumpre o mandato como prefeito. O hoje prefeito reeleito coordenou a cooperativa que trabalha com a agroecologia, o Correntão. Em São João do Araguaia, Claudemir Pereira, do projeto de assentamento 1º de Março, ligado ao MST, foi eleito uma vez como vereador e atualmente é vice-prefeito. O dirigente com maior expressão ligado a FETAGRI, Francisco D'Assis Soledad, foi eleito vice-prefeito em São Domingos do Araguaia, na legislatura de 2000. E já concorreu ao legislativo estadual.

No município de Parauapebas, o educador Darci Lermer, ex-coordenador de uma ONG no mesmo município, que prestava assessoria aos camponeses, foi eleito prefeito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 2004. Há uma avaliação, que não conseguimos acessar, da duplicação de representantes nas câmaras municipais das regiões, que teria dado um salto de uma média de 100%. Havia cerca de oito vereadores camponeses, até a eleição de 2000, número que teria saltado para 16.

No processo de conflito, negociações de acomodações com Estado, no ano de 1997 os assentados e ocupantes de terras da região ou mesmo as suas entidades representativas não conheciam o orçamento da SR-27 e como ele era definido ou mesmo as linhas de crédito. Só a partir de ações de massa via acampamentos em Marabá é que foi possível o acesso a tais informações. O conjunto de representações do movimento camponês conseguiu ainda a substituição de dois superintendentes do INCRA de Marabá, Petrus Emile Abi-Abib e Victor Hugo da Paixão.

Se na esfera federal foi possível estabelecer uma correlação de força, na estadual deu-se o contrário. Percebe-se que a coerção pública e privada persistiu durante os 12 anos (1994-2006) de governo do Partido da Social Democracia (PSDB), como atestado durante o trabalho, com ações de reintegração de posse, detenção de dirigentes e militantes e mesmo execuções. O que se pode avaliar dos casos que julgamentos que chegaram a ocorrer, muito deles provenientes da década de 1980, como o caso de João Canuto, Expedito Ribeiro, Irmã Adelaide, Fazenda Ubá, o caso do dirigente sindical José Dutra da Costa (Dezinho), ocorrido em 2006, resulta de pressão em cortes internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

As associações e cooperativas estão na base da organização da economia, uma exigência do PRONAF, que veta que os créditos sejam mediados através dos STR's. Entidades como a FETAGRI e o MST possuem diálogo com cooperativas de assistência técnica, como a COOPSERVIÇOS. Podem-se registrar ainda as turmas especiais de nível superior: Pedagogia, Agronomia e Letras. Na área de comercialização a antes COOCAT ganhou caráter de uma federação. Como se nota há uma série de dimensões sobre a territorialização camponesa na região.

A memória pode ser um outro item que ganha relevo a partir da efetivação dos PA's. Nomear os PA's tem sido uma forma de recuperar a História de dirigentes e pessoas solidárias à reforma agrária que foram executadas na luta pela terra na região. Assim encontramos PA's batizados com os seguintes nomes: Pe. Jósimo, João Canuto, Expedito Ribeiro, João Batista, Irmã Adelaide, José Dutra da Costa (Dezinho), José Pinheiro Lima (Dedezinho). Ou simplesmente 17 de Abril, que lembra a data do Massacre de Eldorado.

Com base nos dados pode-se afirmar que houve um rompimento do caráter homogêneo que serviu como norte dos projetos de uso do solo e desenvolvimento para a região em questão. Projetos inspirados numa lógica exógena, que tinham como regra a indiferença aos atores sociais locais. Bem como a superação com as tradicionais formas de dominação, como as oligarquias e mesmo o caráter onipresente dado a CVRD.

A princípio o que se salienta reside numa esfera física. No entanto cumpre investigar de forma mais aprofundada a presença camponesa na região. Se tal ator é capaz de estabelecer um paradigma de desenvolvimento local, inverter a matriz da pesquisa técnica para as suas demandas. O presente ator social conseguiu reconhecimento econômico, social e político, no entanto se faz necessário interrogar se conseguirá estabelecer bases de um desenvolvimento que contemple o uso equilibrado dos recursos naturais.

Ao contrário do que ocorreu nos anos 1960 em diante, que tinha como base pólos de produção, a atual matriz de desenvolvimento segue uma lógica de eixos de desenvolvimento (comunicações, transporte e energia). Nesse sentido volta-se a se privilegiar uma produção de base homogênea, a exemplo das culturas exóticas, como a soja. As obras de hidrelétricas seguem a mesma perspectiva. Na Amazônia estão os principais croquis do plano, com relevância para as bacias do Araguaia-Tocantins, Madeira e Xingu. Tal quadro revela uma situação ambivalente da ação do governo, que assenta os camponeses, e em certa medida possibilita acesso às políticas de crédito, assistência técnica, educação e saúde.

Numa democracia ainda em construção, marcada por traços de autoritarismo fortes, a jornada que levou até a conquista foi longa e marcada por inúmeras mediações. Alcançar a conquista da terra foi um passo, ocorre a partir desta fase outras interrogações, como

conhecer os limites do processo de organização e produção dos PA's. Percebe-se que o momento de maior unidade se dá na caminhada de luta pela terra, onde as entidades e representação possuem uma inserção sobre os seus filiados.

No entanto a partir do “corte da terra” e o reconhecimento do Estado, o acesso às políticas de crédito inserem demandas diferentes das vivenciadas até a conquista da terra. Outras formas de organização, a exemplo da crescente presença dos neo-pentecostais, que ao contrário da ênfase experimentada da ação coletiva na luta pela terra, agendam uma perspectiva do individualismo, também reforçada pelo modelo das políticas públicas. Outra questão a ser sublinhada é a assimetria entre demanda e a capacidade política e operacional das organizações de base. Repetimos, a territorialização camponesa se expressa em diferentes dimensões, no entanto cumpre questionar se a categoria será capaz a partir dos PA's de construir uma viabilidade de desenvolvimento regional no cenário marcado passivos sociais e ambientais os mais variados.

BIBLIOGRAFIA

A Igreja e Problemas da Terra - documento aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB, Itaici, 14 de fevereiro de 1980. In: STÉDILE, J.P. **A questão agrária no Brasil**. vol. II. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005, p.277-304.

ACEVEDO MARIN, R. E Conflitos Agrários no Pará. In. FONTES, Edilza (org.) **Contando a História do Pará**. Belém. Ed. Emotion, 2002 - vol. II, p. 211-262.

ANDRIOLI. A.I. **A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade** Revista Espaço Acadêmico- nº31- dezembro de 2003. www.espacoacademico.com.br

ADRIANCE.M.C. **Terra prometida: as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais**. Edições Paulinas, São Paulo, 1996.

ALMEIDA, A W. B. Movimentos sociais e crises dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In. D'INCAO, M. A. & SILVEIRA,I. M. **Amazônia e a crise da modernização: universalização e localismo**. Museu Emílio Goeldi. Belém, 1994. p.521-537.

-----O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). LÉNA, Philippe e OLIVERIA, Adélia E (orgs.). **Amazônia a Fronteira Agrícola: 20 anos depois**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1991. p. 259-290.

-----O movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1988-1990). **PARÁ AGRÁRIO**, Belém, IDESP, 90/100, JAN/DEZ,1989.

-----Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do**

campesinato no Brasil, CARVALHO, H.M. (org.) Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2005. p. 84-92.

ALMEIDA, R. H. **Apanhados do chão: História recente do campesinato do sudeste do Pará**, FIPAM/NAEA/UFPA, 2004.

.....; **Araguaia-Tocantins: fios de uma História camponesa**. Fórum Carajás, São Luís, 2006.

ALVES, L.N. O Técnico e o humano: A construção de uma nova assistência técnica no Sul do Pará. In MONTEIRO, D.& MONTEIRO, M, **Desafios na Amazônia - uma nova Assistência e Extensão Rural**, Belém, UFPA/NAEA, 2006.p.165-178

ARCHETTI, E.P. **Una vision general de los Estudios sobre el Campesinato**. Estudios Rurales Latinoamericanos. vol.1; 97-31, jan-abr,1978.

BASTOS, E.R.A mobilização camponesa do nordeste 1954/1964 In. SANTOS, J.V.T. (org) **Revoluções camponesas na América Latina...** Icone Editores, São Paulo, 1985. p. 265-282.

BECKER, B. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros em Carajás. In. LÉNA, Philippe e OLIVERIA, Adélia E (orgs.). **Amazônia: a fronteira 20 anos depois..** Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1991. p. 333-351.

BRADFORD, S. & ROCHA, J. **Rompendo a cerca: a História do MST**. Editora Casa Amarela, São Paulo, 2004.

BRETON, B. **Todos Sabiam: A morte anunciada do Padre Jósimo**, Edições Loyola, São Paulo, 2000.

BORDIUE, P. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

CANNABRAVA, F. **América Latina Pós Consenso de Washington - compondo uma nova cultura**. Nova Sociedade Comunicação, São Paulo, 2003.

CARVALHO, H.M. A reforma agrária que não se faz. **REVISTA SEM TERRA**, São Paulo, Ano VIII, -n 33, DEZ/2005, p. 14-17.

CASTRO, E. **Cidadania, Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil**, Belém, Pará, s/d.

CHAYANOV. A V. **La organizacion de La unidad economica campesina**. Buenos Aires. Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**, São Paulo Xamã, 1996. cap I e VI.

COELHO, M.C. A CVRD e o Processo de (RE)Estruturação e Mudança na Área de Carajás (Pará). In: COELHO, M.C. & COTA, R. (org.) . **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém. UFPA/ NAEA, 1997, p.51-78

COELHO. M.C., LOPES, A G., SILVA. A, SILVA, F, FONSECA. H, MATOS. I., SOUZA. M. Território, cidades e entorno no espaço da mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental. In. TRINDADE, S. & ROCHA, **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. G. Editora Paka-Tatu. Belém, Pará. 2002, p.137 a 170.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT Goiânia. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense**. Justiça Global, Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, F de A. Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia. In. XIMENES, T. (org.).**Perspectivas do desenvolvimento sustentável uma contribuição para a Amazônia 21**. NAEA/UFPA, Belém, 1997.

-----**Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. SEPEQ/NAEA/UFPA, Belém, 1992

-----**Formação Agropecuária da Amazônia: Os desafios do Desenvolvimento Sustentável.** Uma proposta teórica para a investigação da economia camponesa. Belém, UFPA, NAEA, 2000. p. 110-129.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil nos anos 90. In DINIZ, Eli AZEVEDO. **Reformas do Estado e democracia no Brasil.**, S. Brasília, Unb/ENAP,1987.

Discurso da proteção ambiental toma espaços no meio rural. **PARÁ AGRÁRIO**, Belém, IDESP, n.º 06 e 07. JAN/DEZ, 1989. p.14-42.

Documento de Circulação Interna – Comissão Pastoral da Terra – CPT- Marabá/PA- 20 de outubro de 1997.

EMMI, M. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/ UFPA., 1987

-----**Trabalho nas áreas de Castanhais do Tocantins:** CFCH – UFPA, n.º 02, Belém. 1987. p .12-21.

EMMI, M. & ACEVEDO, R. De posseiros a assentados: Precariedades da Ações Fundiárias no sudeste do Pará. In: COELHO, M.C. & COTA, R. (org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás.** Belém. UFPA/NAEA,1997. p. 251-274.

ESTERCI, N. **Conflitos no Araguaia peões e posseiros contra a grande empresa.** Petropolis, Vozes, 1987.

FERNANDES, M. **Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista – UDR.** UFPA/NAEA, Belém, 1999.

FERNANDES, B. M. **500 anos de luta pela terra.** CULTURA VOZES, Petrópolis,.
<http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293html>,capturado no dia 22 de janeiro de 2006

-----**Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.**

<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Dataluta/>.html. Capturado no dia 02/02/2006

-----**Movimento social como categoria geográfica.** www.mst.org.br.

Capturado em 20 de dezembro de 2004.

-----**A questão agrária no limiar do século XXI.**

<http://www.cibergeo.org/agbnacional/documentos/textoaberto23.html>. Capturado no dia 02/02/2006

-----**Delimitação conceitual de campesinato.** www.mst.org.br. Capturado em

20 de dezembro de 2004.

FIGUEIRA, R. R. **Posseiros e padres no Araguaia: A Justiça do lobo.** Editora Vozes Rio de Janeiro, 1986.

-----**Rio Maria : Canto da terra.** Editora Vozes Rio de Janeiro, 1993.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Editora Graal, Rio de Janeiro, 1990.

GUERRA, G. A D. **O Posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense.** Belém: UFPA/ NAEA, 2001.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos,** Editora Contexto, Rio de Janeiro, 2002.

HALL, A. **Amazônia Desenvolvimento Para Quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás,** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.

HÉBETTE, J. O surgimento do Programa CAT. A luta camponesa pela terra. **CAT – Ano décimo: Etnografia de uma utopia;** HÉBETTE, J. & NAVEGANTES, R. (org.), Belém, UFPA, 2000.

-----A Velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** EDUFPA, Belém, 2004, Vol. II, p. 33-43.

----- A resistência dos posseiros. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** EDUFPA, Belém, 2004, Vol. II, p. 192-196.

----- Movimentos sociais contemporâneos no campo paraense. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** EDUFPA, Belém, 2004, Vol. II, p. 197-211

----- Terra “pra burro” no Pará **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** EDUFPA, Belém, 2004, Vol. II, p. 43-50

----- O contexto do surgimento do Programa Centro Agro-ambiental do Tocantins – CAT: a luta camponesa pela terra. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** EDUFPA, Belém, 2004, Vol. IV, p. 73-80.

----- O centro Agro-ambiental do Tocantins: propostas e desafios. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** EDUFPA, Belém, 2004, Vol. IV, p.83-94.

----- O campesinato paraense. In **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil,** CARVALHO, H.M. (org.) Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2005. p.93-101.

HÉBETTE. J. & MOREIRA, E.S. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. In: **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. HÉBETTE. J, EDUFPA, Belém, 2004, Vol.. IV. p. 23-42.

HOBBSAWM, E. Camponeses e a política. In **Pessoas Extraordinárias**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999, Capítulo 11, p. 215-377.

----- Ocupações de terra por camponeses. In **Pessoas Extraordinárias**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999, Capítulo 12, p. 242-276.

HOLANDA, de S. B. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

IANNI, ° **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis, Vozes. 1979.

----- Revoluções camponesas na América Latina In: SANTOS, J.V.T. (org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. Ícone Editores, São Paulo, 1985. p. 15-45.

----- **A sociologia no século XXI**, Humanas. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, v-18, n.º 1/2, jun/dez, 1995.

INTINI, J.M. **Luzes e Sombras negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas para reforma agrária e agricultura familiar**. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar / NEAF / EMBRAPA, UFPA, Belém, 2004.

LEITE, S. & MEDEIROS, L. **Política agrária: Marchas e contra-marchas na política agrária**. CPDA/UFRRJ, s/d.

Jornal Resistência, Ano VIII, Nº 71, Belém, Pará, abril/maio de 1986

LEROY, J. P. Da fronteira sem Lei nem Direitos a uma Democracia em constituição: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, J. &

NAVEGANTES, R. (org.). **CAT – Ano décimo- Etnografia de uma utopia**. Belém, UFPA, 2000.

LÉVI-STRAUSS. C. A ciência do concreto. In: **O pensamento selvagem**. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1975. p;19-55.

LIMA, A, C. S. Militares, índios e fronteiras políticas. In LÉNA. P. & OLIVEIRA, A, E (org.).. **Amazônia: a fronteira 20 anos depois**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1991. p. 59-82.

LOPES, A,G. Nova Configuração Territorial no Pará: municípios, estruturas de poder e competição tributária. NAEA/UFPA, Belém, 2004.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STÉDILE, J.P. **A questão agrária no Brasil**.. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005, Vol. II, p. 217-275.

MALINOWSKI. R. **Um diário no sentido estreito do termo**. New York: Harcourt, Brace and World, 1967.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1983.

-----**A militarização da questão agrária no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 1985

----- **Caminhada do chão da noite – emancipação política e liberdade nos movimentos sociais do campo**. Editora Hucitec São Paulo, 1989.

-----**Expropriação e violência- A questão política no campo**. Editora Hucitec. São Paulo/SP, 1991

-----**A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil.** Revista de Sociologia, USP/SP. 1995.

MENDES, C. O Liberal, **Guerra contra a impunidade de crimes no campo.** Caderno Polícia, Belém, Pará, 05 de maio de 2006

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas,** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

MONTEIRO, M. de A. A Siderurgia e a Produção de carvão Vegetal no Corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, M.C & COTA, R. G.(ORG). **10 Anos da Estrada de Ferro Carajás.** Belém. UFPA/ NAEA,1997.p. 183-222.

MOURA, C. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos – da destruição do belo Monte ao aparecimento do MST,** São Paulo, Editora Expressão Popular, 2000

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta: Colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental.** Edições Vértice, São Paulo, 1988.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil In: SANTOS, B. S. (org.). **A Reinvenção da emancipação,** Universidade de Coimbra., S/D

NETO,M.D. O “NOVO MUNDO RURAL” In MARTINS, M.D, (org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** Editora Viramundo. São Paulo, 2004, p.27-29.

Sem terra denuncia que sofreu tortura psicológica de policiais. **O Liberal** Caderno Atualidades, Belém, 28 de janeiro de 2001, p.08.

O Liberal, **Sem terra denuncia que sofreu tortura psicológica de policiais.** Caderno Atualidades, página 08, Belém, Pará, 28 de julho de 2001.

OLIVEIRA, de R. C. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever.** Revista de Antropologia, São Paulo. V.39,n.1, p.13-37.1996.

OLIVEIRA, F. A Reconquista da Amazônia. In: D'INCAL, M. ^a & SILVEIRA, I. M.. **A Amazônia e a crise de modernização.** Museu Emílio Goeldi, Belém, 1994, p.85-95.

Os novos rumos da reforma agrária. **PARÁ AGRÁRIO**, Belém, IDESP, nº 03 JUL/DEZ, 1987.p. 03-07

Pará Agrário - Instituto de Desenvolvimento Econômico-social do Pará, Belém, 1989

PALHETA DA SILVA. J. Reestruturação sócio-espacial e gestão do poder local; o uso do território em Carajás. In TRINDADE, S. C. & ROCHA, G.M, (org.). **Cidade e empresa na Amazônia-gestão do território e desenvolvimento local.** Editora Pakatatu, Belém, 2002.p. 171-191.

PEIXOTO, C.D.R. A Ação Cultural e Concepção Política entre a Igreja Católica e os Camponeses (um estudo na região de Marabá). In: LÉNA, P & OLIVEIRA. A. E. (org.). **Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 Anos Depois.** Museu Paraense Emílio Goedi (MPEG), Belém, 1991. p. 145-160.

PEREIRA, A.C. Garimpo e fronteira na Amazônia: as transformações dos anos 80 In: LÉNA.P. & OLIVEIRA,A, E. (org.). **Amazônia: a fronteira 20 anos depois.** Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p.305-318.

PEREIRA.JM. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados.** CPPD/UFRRJ, Rio de Janeiro,2004.

PINTO, L. F. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia,** Rio de Janeiro, Editora Marco Zero e Studio Alfa Fonteles e Editora, 1981.

----- Os Grandes Projetos e a crise. In: **Os Grandes projetos da Amazônia: Impactos e perspectivas**. COSTA, J. M. M (org.), Belém, UFPA/NAEA. Cadernos do NAEA, nº 09,1987, p.73-103

----- **CVRD, A sigla do enclave na Amazônia** – as mutações da estatal e o estado imutável no Pará. CEJUP, Belém, 2003.

----- A moralidade é o limite. **Jornal Pessoal**, nº 316, Belém, 2004

PLASSAT, X. **Denúncia de Trabalho Escravo Resulta em Novas Ameaças Contra Agentes da CPT, Trabalhadores e Procurador da República**.
<http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio024.htm>, capturado no 13 de março de 2006

RASFESTIN. C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Ática, 1993.

Relação de projetos de assentamentos do sul e sudeste do Pará, Gerência Operacional de Sistemas- GSO-SIPRA – 02/02/2006, Superintendência Regional do Sul do Pará-SR-27, INCRA de Marabá, PA.

Relatório da Comissão Pastoral da Terra, CPT de Marabá - 2001

Relatório da Violência no Campo em 1999: sul e sudeste e micro região de Belém, Comissão Pastoral da Terra – CPT- sub-secretaria de Marabá.

Relatório da Violência no Campo em 2001: sul e sudeste e micro região de Belém, Comissão Pastoral da Terra – CPT- sub-secretaria de Marabá.

Relatório de Atividades do INCRA, 1995 a 1999. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA/Brasília. <http://www.incra.gov.br>, capturado no dia 15 de março de 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA de Marabá. Relatório da Gerência de Implantação e Consolidação de Projetos de Assentamentos. Marabá: FEV/2006.

ROSSET, P. O BOM, O MAU E O FEIO: A POLÍTICA FUNDIÁRIA DO BANCO MUNDIAL. In: MARTINS, M.D. (org.), **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. Editora Viramundo, São Paulo, 2004. p. 16 - 26.

ROY, Gerard. A Experiência do Centro Agro-Ambiental do Tocantins: o diagnóstico agro-sócio-econômico e o desenvolvimento entre sindicalistas e pesquisadores. In HÉBETTE, J. & NAVEGANTES, R. (org.). **CAT – Ano décimo: Etnografia de uma utopia**; Belém, UFPA, 2000. p. 215 - 242.

SÁ, P. Carajás: proposta de Desenvolvimento Regional Integrado. In: COSTA, J.M.M (org.). **Os Grandes projetos da Amazônia: Impactos e perspectivas**. Belém, UFPA/NAEA. Cadernos do NAEA, nº 09, 1987, p.73 – 103.

SAHA. S. K. Industrialização e Mudança Social na Área de Marabá-Carajás na Amazônia Oriental Brasileira. In. COELHO, M.C. & COTA, R. (org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém. UFPA/NAEA, 1997.p-107-137

SANTOS, M. O território do dinheiro e da fragmentação. In: SANTOS, M. (org.). **Por uma outra globalização**. São Paulo, Record, 2000. Cap. IV. p-79 - 116.

----- O retorno do território. In: **Reforma agraria y lucha por tierra en América Latina: Territorio y movimientos sociales**. OSAL. Año VI, n.º 16. Enero-abril 2005. p. 261-262.

SOUSA, M O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento In: CASTRO. J., CORRÊA. R., GOMES. P.C., (org.), **Geografia: conceitos e temas**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995,. p.77 - 117.

SOUZA, J. **Arquivo revela ação secreta do Exército**. Folha de São Paulo, 02 de agosto de 2001.

TEIXEIRA, G & HACKBART,R. **A reforma agrária virtual do governo FHC: uma análise crítica ao Caderno de Campanha do candidato FHC**.[http.www.pt.org.br](http://www.pt.org.br) capturado no dia 13 de 04 de 2006.

THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral: A contribuição da História Oral**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992. p.105-137.

VELHO. O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

----- **Capitalismo autoritário e campesinato**. Editora Difel, Rio de Janeiro.1979.

WAMBERGUE, E. O programa CAT – Memórias de um protagonista. In HÉBETTE, J. & NAVEGANTES, R. (org.). **CAT – Ano décimo: Etnografia de uma utopia**; Belém, UFPA, 2000. p. 37 – 44.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.

----- **Guerras Camponesas no Século XX**, São Paulo, Global Editora, 1984.

YIN, R. **Estudo de Caso: Planejamento e método**. Editora Bookman, São Paulo, 2001.